

O time de  
OPINIÃO  
está na  
página 4

GAZETA MERCANTIL

Primeira  
reação:  
os juros,  
caem

Previsões  
(refeitas)  
do Morgan

Mongeral  
perde  
e faz  
queixa

O poder  
de decisão  
na Nuclen

Páginas  
apreendidas

Polícia foi à gráfica e  
levou na marra duas pági-  
nas do jornal. A "Gazeta"  
mandou refazê-las e aca-  
bou circulando normalmen-  
te. Saiba porque o gover-  
no quis impedir a "Gazeta  
Mercantil" de circular na  
última quarta-feira, dia 22.  
Pág. 3

# EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 78 - Cr\$ 20,00 - 23 A 29 DE AGOSTO DE 1979



Edson Khair



Cleodon Silva



J. C. Brum Torres



Altherio Duarte

## Ditadura anistia torturadores e declara guerra aos trabalhadores

# VERGONHA NACIONAL

**A aprovação da anistia restrita de João ditador, que só é irrestrita para os torturadores a soldo da ditadura. E a declaração de guerra aberta contra os trabalhadores, com o assassinato de mais um operário em Minas Gerais, sequestros, prisões, processos, intervenções sindicais e afastamento de lideranças. Entenda o porquê desses fatos e veja como as greves continuam a crescer nesta semana.**

Págs. 6, 7 e 9

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA  
DA ESQUERDA BRASILEIRA  
1960 - 1979



## O Partido Comunista antes do golpe de 64

Página 9



Benedito, mais um morto pela polícia mineira

## Cultura

Imprensa: Mino Carta fala do novo diário nacional "Jornal da República".

E a Salada Mista, uma seção contra a seriedade.

Professores cassados voltam às aulas.

Página 10

## Líbano

Dirigente do Partido Comunista

libanês fala com exclusividade ao EM TEMPO,

numa entrevista feita em Cuba.

Página 11



## PT e PP em debate

No "Encontro de São Paulo", realizado no último fim de semana, mais de 400 lideranças políticas, sindicais e intelectuais debateram a reorganização partidária, dando continuidade às discussões do "Encontro de São Bernardo" e outros. As propostas de Partido dos Trabalhadores (PT) e de Partido Popular (PP) foram o centro dos debates.

Página 5

## Mulheres

A situação dos movimentos feministas no Brasil está na página 12. Depoimentos de "Nós Mulheres",

Associação das Mulheres Paulistas,

Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e do Movimento da

Mulher pela Liberação, (de Porto Alegre)

Mais mulher na página 8.

## E mais:

- ★ Luta operária na Zona Leste de São Paulo
- ★ A mais completa cobertura sindical do País

# aparte

## Duas defesas da Revolução Cubana

Acompanho este semanário quase desde o seu primeiro número. Tenho-o como um jornal sério que coloca o seu espaço em prol da causa dos oprimidos e explorados do mundo inteiro. Mas, qual não foi a minha surpresa ao ler na edição do dia 26 de julho (n.º 74) um pseudo "balanço dos vinte anos da Revolução Cubana, matéria assinada por Tivo Maitan (pseudônimo?) que nem sequer consta do expediente deste semanário.

O motivo que me leva a escrever essa carta é a discórdia e indignação que a matéria produz em qualquer admirador da Revolução Cubana e naqueles que a estudam; não o faço sem ter refletido muito anteriormente.

Não creio que o Sr. Livio estivesse embuído de má-fé ao escrever esse punhado de fatos distorcidos, como o fez.

Alguns pontos que passarei a colocar, creio que mereçam uma reavaliação por parte do Sr. Livio, bem como da direção desse jornal, e de resto, por todos aqueles que o tornam possível. (...)

Quando o Sr. Livio diz que as assembleias de massa (como ele próprio as chama) "só incluí poder de decisão sobre questões específicas" o mínimo que se pode perguntar é: quais são essas especificidades? Ao que se sabe, em Cuba tudo é discutido ampla e livremente, para depois ser aprovado pela "assembleia de massa", princípio contido na própria Constituição Cubana (...)

Ao correr de parcialidades sindicalistas o Sr. Livio me sai com essa: "A resposta à questão da existência em Cuba de estruturas políticas e de organização de massa que garantiram (como?) não garantem?) uma autêntica democracia socialista — ou seja o exercício do poder de decisão pelas massas, juntamente com um grande debate realmente democrático dos grandes objetivos políticos e econômicos (bela definição!) só pode ser negativa." Negativa só porque o Sr. quer, viu Sr. Livio? Só o Sr. que viu, só contaram pro Sr. Pergunte a um cubano se ele realmente pensa dessa maneira e então (após a consulta de base) o senhor transmita tal aberração ao público brasileiro. Conchavado? (...)

Num julgamento geral, contra o obscuro, o Sr. Livio nos coloca quatro pontos que nos dão certeza de sua inteligência e perspicácia (além de profundos conhecimentos de estratégia política) atestados pela informação (seria esta verdadeira) de que em Cuba hoje se tem como moda "comparar a China atual à Alemanha de Hitler". Se não fosse triste, seria engraçado. Onde é que o Sr. viu isso? Não vamos inventar, certo? (...)

"Repito que 20 anos após a revolução (são deles as minúsculas) não existe em Cuba uma genuína democracia socialista". Olha, façamos o seguinte: o Sr. vai até o México (para ficar mais fácil, faça a partir daí) arruma um barco não muito grande, armas, homens decididos, desembarque e suba até Sierra Maestra e derrube a "burocracia" Castro; essa fórmula costuma dar certo quando se olha para a história. Agora um cuidado, Sr. Livio. Apesar de só ter havido um congresso dos CDRs até hoje, como sacramentamente o senhor explorou, eles não estão dormindo não.

Um abraço,

Virgílio Mattos, São Paulo

Caro Virgílio,

Infelizmente o Sr. Livio Maitan não poderá responder pessoalmente as suas objeções. De fato, ele não faz parte do corpo de redatores desse semanário. Ele é um militante socialista italiano, membro do Secretariado Unificado da IV Internacional, estudioso das revoluções proletárias, com vários artigos e livros publicados em todo o mundo. Ele não é conhecido no Brasil e portanto foi uma falha de nossa edição não tê-lo apresentado ao leitor brasileiro.

Quando ao nosso critério de edição, temos de dizer que, contrariamente à sua opinião, consideramos o artigo sério e que coloca questões pertinentes, embora polémicas. Por outro lado, o artigo fica claro que o autor está fazendo uma defesa da Revolução Cubana, tentando mostrar que, diferentemente de outros Estados Operários, o Estado Cubano não degenerou burocraticamente ainda que contenha germes de burocratização. Consideramos essa discussão fundamental porque não achamos possível construir o socialismo sem a devida superação de todos os erros e problemas que ele vem colocando a nível mundial nos últimos 60 anos. Consideramos ainda que só a verdade e não a apologia é revolucionária.

um grande abraço

P.S.: Como contribuição, podemos esclarecer um ponto específico de suas objeções. O EM TEMPO n.º 59 reproduziu várias charges do Gramma comparando a China atual à Alemanha de Hitler. Algumas são engraçadas, mas todas são tristes.

## Mulheres denunciam a hipocrisia do aborto

A TV Globo, no 4.º episódio da série Malu Mulher, teve o mérito de levantar pela primeira vez nos meios de comunicação de massa, a questão do aborto no Brasil. O programa mostra, de maneira muito verdadeira, como uma mulher de classe média pode resolver o problema de um filho não planejado. A maneira como o assunto é tratado neste episódio deixa a nu a hipocrisia com a qual a sociedade brasileira enfrenta o problema do aborto: apesar de ilegal, ele é acessível às mulheres que têm condições econômicas para submeter-se à escandalosa comercialização resultante desta ilegalidade jurídica. No entanto, Malu Mulher, concentrando-se na classe média, não aborda o problema de uma maneira global. Como mulheres, nos preocupamos com este dilema, que tão frequentemente nos atinge, independentemente de classe, raça ou nacionalidade. Em particular, lembramos que a grande maioria das mulheres brasileiras não têm condições que permitam o acesso à clínicas onde o aborto é realizado com condições mínimas de segurança e por isto, são obrigadas ou a recorrer a "fazedores de anjos" ou a ter um filho que não tem condições (econômicas, psicológicas, materiais, sociais, etc.) de assumir.

Nós defendemos o direito de todas as mulheres ter o controle sobre seus corpos, o que implica que elas tenham o mais amplo acesso à contracepção, acompanhada de controle médico adequado e a opção do aborto, como último recurso. Estas são as condições necessárias para a eliminação da hipocrisia do aborto no Brasil.

Beth Lobo, Flávia Franchetto, Anna Leite, Darcy Esquivel, E. Pinto, E. Conzelez, Eliana Reis, Dorine Plantenga, Claudomira Mello, Lígia Rodrigues, Leila Pereira, Lúcia Nunes, Maria Alice Rocha, Mira Lopez, Maria José Lima, Miriam Abramovai, Nira Magalhães, Stella Maria Mendonça, Martha Teles, Marhel Oliveira.



## Francelino consegue adeptos na imbecilidade

Os patrões e o governo mineiro (com a polícia representando ambos) já não sabem o que fazer para jogar nas costas dos trabalhadores a culpa pela situação caótica em que o país está, justamente devido à incapacidade de um grupo que se meteu a fazer o que não sabe — governar — e de outro que só tira proveito de tudo — os patrões.

Os trabalhadores da mina de Morro Velho, em Nova Lima (MG), que entraram em greve, além de atacados gratuitamente pela polícia mineira, ainda receberam a acusação de estarem querendo envenenar a água da cidade (coisa ridícula, pois são eles e suas famílias que utilizam essa água). Para completar, um

dos diretores da empresa mineradora disse que seus empregados — justamente por aceitar trabalhar na mina — são "primatas e desqualificados".

Ora, um cara que confessa de público que oferece emprego em condições que tornem os trabalhadores "primatas e desqualificados" merece, no mínimo, pegar uma cana. Mas, a polícia — esta sim, imbecilizada pelo tipo de coisa que exige dela — não prendeu o diretor da Morro Velho e não prenderá nunca este e os outros verdadeiros responsáveis pelo caos mineiro: os demais patrões, o governo (firme ali, Francelino!) e ela mesma. (MBS)

## Ei, mineiros!

Isso mesmo, mandem o Francelino plantar batatas (será que o governo garante?). Mas, não se esqueçam que o vice-francelino é João Marques, nada mais que um vice-francelino. E mineiro, mas nem por isso é melhor que o titular. Aproveitem o embalo e restabeleçam as tradições agrícolas de Minas Gerais: mandem o distinto plantar batatas também. Mais braços para a agricultura e menos atividades biónicas (que tal aproveitar e incluir na equipe também o biónico-padrão Murilo Badaró? (RVN)

## Tecnocratas continuam os mesmos

Os economistas, ou seja, os tecnocratas, que têm sido até agora a base de sustentação pseudo-técnica do regime, estão começando a tirar o corpo fora. Sinal que nem eles acreditam na sobrevivência do dito cujo.

Ao final do III Encontro Brasileiro dos Economistas, realizado entre os dias 14 e 17, eles lançaram uma carta contendo suas conclusões. Entre outras coisas, eles reconhecem como justas as reivindicações salariais acima dos índices do governo (ou seja, deles mesmos) e necessária a reforma agrária. Não é que eles queiram isso; querem entregar o anel para não perder os dedos.

No total, são onze assuntos abordados na "Carta dos Economistas", sendo que o 11.º diz:

"O papel social do Economista: O economista brasileiro passa por uma crise de identidade, reflexo de um processo crítico ao nível de suas funções como cientista, como técnico e como político. Esta fase de auto-crítica e de preparação para novos tempos, caracterizados por dificuldades econômicas e reclamações sociais, requer do economista sensibilidade, grandeza de propósitos, humildade do aprendizado e capacidade de diálogo com a sociedade. O primado da racionalidade econômica do âmbito de processos de planejamento e decisão fechados podem tornar a legitimidade política necessária, um simples referendo, vulnerando o Economista".

Cinicos, muito cinicos os marajás de 31 de março, ou seja, os tecnocratas que estiveram por 15 anos ajudando a arrasar a vida do povo brasileiro, planejando nossas desgraças, enriquecendo às custas de nossa pobreza. Depois de fornecerem durante todo esse tempo argumentos falsos para os autocratas, sentiram a barra e querem mudar apenas para continuarem por cima e não porque vêem qualquer justiça nisso. Falam agora em "reclamações sociais, sensibilidade, diálogo com a sociedade" e outras coisas porque isso vai se tornar necessário. Enquanto não foi, o negócio era ferro na boneca, índices falsos e polícia em cima.

Querem mudar para ficar, invulneráveis, só isso. Usando um palavreado enganador, complicado, mostraram-se apenas um bando de delírios, nada mais. Os ratos que estão abandonando o barco da ditadura porque ele está afundando, nem por isso deixam de ser ratos. Memória, pessoal, memória! (RVN)

## EDITORIA APARTE S/A.

### CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Aluisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadai, Robinson Ayres, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

### JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável e Secretário de Redação: Robinson Ayres.

Editor-Geral: Carlos Tibúrcio.

EDITORIAIS: Nacional: F. Pereira, Antonina, Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Maria Candida, Reiton Fracalossi, Se-

## Mentira

O governo mandou falar e a grande imprensa falou: não haverá racionamento de derivados de petróleo. Só que não falam nada em reabertura dos postos de gasolina nos fins de semana.

Pô, se fechar os postos dois dias por semana não é racionamento, o que é? O Delfim já está começando a funcionar, a dar suas versões, como já deu pra ver.

(OF)

## Os bons costumes da censura postal

Existe um decreto-lei que permite ao correio censurar telegramas, cancelando os que firam a moral e os bons costumes, ou que "atentem contra os interesses do país". Num desses baratos aí foi incluído e anulado um telegrama enviado pelo grupo feminista "Nós, Mulheres", de São Paulo, à senhora política Elza Monnerat, solidarizando-se com sua greve de fome. A palavra greve foi a responsável pela anulação.

Só não explicaram se "greve" fere a moral (só se for a moral capitalista dos patrões), se greve de fome fere os bons costumes (realmente, não é um bom costume ficar sem comer, mas nesse caso milhões de brasileiros poderiam ser

incluídos aí, embora suas greves de fome sejam involuntárias) ou se ela atenta contra os interesses do país. No último caso, entendem por país uma meia dúzia de mandantes aí, né? Exatamente os que estão atentando contra os interesses do país.

Enfim, parece que no correio estão entendendo por "abertura", alguma coisa do tipo abrir correspondência, ou talvez abrir o jogo (dessa vez eles avisaram: devolveram o telegrama). E, enfim, também, acharam quem aceitar ficar com a censura: o Ministério da Justiça não quer, o da Educação também não, então vai para o Correio. Tá!

(OF)



## A publicidade da crise parte para a imitação

Merece atenção dos interessados (prós e contras) nos processos de comunicação de massa a nova onda publicitária que consiste em imitar, parodiando, publicidade alheia. Assim a rede Eletro-Radiobraz, de Supermercados, em São Paulo, parodia publicidade da Rede Zacharias e Pneu, de pneus. Além de, se não quero me enganar, publicidade de muito sucesso da Bombril — a do cara sem jeito que mandava a mulher que não usava o produto passar um "creminho" nas mãos, fazendo cara de nojo — e que já era paródia da publicidade de um modo geral. A Rede Imcosul, de Porto Alegre, lança uma série parodiando propagandas de muito sucesso entre elas a fajutice do Pêl com a Vitasay esse tipo de propaganda medicinal sim é que deveria ser proibida, onde um negro (que, não por acaso, é visivelmente preto) entra numa farmácia atrás de uma "liquidação" e apronta algumas confusões. A publicidade é uma fazedora de mitos,

imagens muito rápidas da série desejo-satisfação-frustração: desejo porque ela o condiciona, via fetichismo, a uma satisfação imaginária; frustração, porque essa satisfação não deixa o nível do imaginário, já que a compra de um sabonete não garante beleza, nem o maciço nesse mundo cada vez mais sujo e poluído. Nesse sentido as imagens publicitárias remetem sempre a novas imagens publicitárias, da mesma forma que o voyeur (desculpem-me tão ousada intromissão da língua francesa em plena nota) sempre retorna ao buraco da fechadura e o apostador ao guichê (como é introneteada essa língua francesa na cultura!) do jockey (agora é o inglês! Isso não pára mais!). Foi dessa forma que o Gerson deixou de dizer que ele gostava de levar vantagem em tudo para aparecer ao lado de uma mulher que diz (pelos gestos) gostar de homens que gostam de levar vantagem em tudo. Dessa forma a publicidade, como um todo, cria um processo de auto-afirmação. Quando isso começa a descambar para a paródia aberta, só pode significar duas coisas, e graças está em que são paralelas: de um lado, é que se firma a imagem de que o público já não deve estar tão hipnotizado como antigamente; quer dizer já não somos confundidos com um bando de idiotas que qualquer filminho vai vender disso ou daquilo; do outro lado, revela o enorme poder de absorção do linguagem publicitária, pois tudo, até a crítica e a ironia que toda paródia encerra pode ser absorvida por ela. Aqui, o que o processo publicitário procura absorver é a crise de sua própria credibilidade: nesse mundo cada vez mais "infernal" as suas magias "paradisiacas" têm cada vez menos crédito. É assim que a crise do achatamento salarial, que neste ano entrou firme classe média adentro (também) chega aos arraiais publicitários. Convinhamos, se não é vero, é bene trovato (agora é o italiano — pega! pega!) — (IS)

Recebido no aeroporto de Assunção por autoridades governamentais, com as devidas honras, Somoza — cuja fortuna pessoal é calculada em 600 milhões de dólares — fixará residência num luxuoso palacete de 15 cômodos, situado em uma das principais avenidas da capital paraguaia. Em declarações recentes o embaixador paraguaio nos Estados Unidos, Miro Ercobor, deixa explicita as intenções de seu país, em conceder asilo político a "Tachito" e seu "staff", constituído de 20 pessoas. No momento em que a grande maioria das nações negam a concessão de asilo permanente aos ditadores depostos, enquanto perdurarem os regimes militares autoritários no continente, a América Latina continuará como "paraíso" natural de todo "fazedor arrojado" do poder pelas forças populares. (SSJ)

## Estatísticas

Qualquer cara que esteja no poder, cerca-se de pessoas de sua confiança, colocando no "caixa" alguém de confiança total, para não roubar ou para roubar em comum acordo.

Mas, sutilezas de um milagreiro, o Delfim Netto, novo ministro do Planejamento, precisa também de um cara de inteira confiança para controlar as estatísticas (afinal, o que são os milagres?). Tá explicado porque ele trocou a direção do IBGE? (MBS)

## Paraíso de ditadores

Definitivamente a América Latina consolida-se como refúgio acolhedor e seguro a déspotas sanguinários, destituídos do poder. Reza Pahlevi, ex-xá do Irã, vive tranquilamente no México, protegido pelo exército mexicano; os maiores criminosos da guerra nazista estão espalhados pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, intocáveis pelas leis locais. Agora, Anastácio Somoza, ex-ditador nicaraguense desembarca no Paraguai, sob a guarda de seu velho amigo e co-irmão Alfredo Stroessner, o mais antigo chefe de ditaduras latino-americanas.

Recebido no aeroporto de Assunção por autoridades governamentais, com as devidas honras, Somoza — cuja fortuna pessoal é calculada em 600 milhões de dólares — fixará residência num luxuoso palacete de 15 cômodos, situado em uma das principais avenidas da capital paraguaia. Em declarações recentes o embaixador paraguaio nos Estados Unidos, Miro Ercobor, deixa explicita as intenções de seu país, em conceder asilo político a "Tachito" e seu "staff", constituído de 20 pessoas. No momento em que a grande maioria das nações negam a concessão de asilo permanente aos ditadores depostos, enquanto perdurarem os regimes militares autoritários no continente, a América Latina continuará como "paraíso" natural de todo "fazedor arrojado" do poder pelas forças populares. (SSJ)

bastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Tom Duarte, Guido Mantega; Internacional: Cândido Fernandes, Vilma Amaro, João Machado, Olgária Matos, Roberto Grum, Virginia Pinheiros, Elzeir Rizzo de Oliveira, José Veiga. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador). Arte e Produção: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martine, Cadinho, Cláudio Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos, Ennio Brauns Filho; Revisão: Washington Magalhães, Vera Rodrigues; Arquivo e Pesquisa: Virginia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Marisa Araújo, Amarillo (Administração). Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schmer, Sosa (Redação); Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração). Rio de Janeiro: (Praia de Botafogo 316, Sala 269) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto

Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba, Orlando Guilhon Braga, Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8 — 1.º andar — Sala 14) Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

COLABORADORES: São Paulo: Letânia Menezes, Jorge Batista, Tibério Canuto, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Júnior, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Rita Kehi; Recife: Cecy Prestello, Orlando Mindello; Aracaju: David Dantas; Campinas: Maria Alice; João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos; Natal: Cláudio; Maceió: Régis Cavalcanti; Campina Grande: Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 35-7.3.3. Redação: Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros — São Paulo — CEP 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio SP-BH-Brasília-Vitória). Superbancas Ltda. (Rua Ubaldino do Amaral, 42-RJ) — Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Impressor de São Paulo, Rua dos Italianos, 463 — Telefone: 221-6929.

# aiis

## O Mobral em apuros

A notícia de que o número de analfabetos no Brasil havia aumentado — divulgada não faz muito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — deixou o Mobral em má situação. Afinal, o Movimento Brasileiro pela Alfabetização fora criado, na rota milagreira, para resolver de vez o problema do analfabetismo. Pelo menos na retórica — porque o objetivo mesmo era a formação barata, e sem maiores complicações ideológicas ou de consciência, de mão-de-obra capaz de entender um bilhete com explicações de trabalho, de assinar o nome, e de engordar estatísticas. O último dano, embora não único, era de capital importância — pois o mais importante no chamado "milagre" sempre foi a retórica de que um regime infalível ("irreversível") havia chegado. Quando nem isso é possível sustentar, urge medidas para remediar a situação.

Ao que parece, o Mobral tentou tomar algumas. E convocou, no mês de julho passado, uma reunião de

linguistas brasileiros, para examinar as medidas e dar o imprimatur potest da razão científica nessas medidas. Entretanto muitos desses cientistas, que nos anos da euforia nunca foram chamados para opinar sobre o assunto — e deveriam ter sido chamados, já que são especialistas na matéria — sacaram o negócio. O que o MOBREAL pretendia era rebaixar o nível de exigência para uma pessoa ser declarada como alfabetizada e assim rearranjar as estatísticas — de tal modo que daqui a alguns anos se pudesse declarar o analfabetismo erradicado no Brasil. Felizmente, a maioria dos cientistas da linguagem presentes ao encontro acabou por se recusar a coonestar tal manobra, deixando o Mobral entregue a seus problemas estatísticos.

Enquanto isso a rede escolar oficial cai aos pedaços, os professores fazem greve em toda parte graças ao salário de fome que recebem. Mas, é claro, o país vai bem. O povo, esse mal agradecido, é que insiste em passar mal.

## Fome de liberdade

O deputado arenista, que por sinal é líder de seu partido na Câmara (um defeito a mais, portanto), Nelson Marchezan — na questão da greve de fome dos presos políticos — acha que o negócio é alimentar os grevistas na marra. Pô, Marchezan, tem muitos milhões de brasileiros passando fome e sua turma (os capitalistas) nunca pensou em pagar um salário decente para eles se alimentarem. Não vá querer ser contra a fome em cima dos grevistas, eles sabem o que fazem e estão presos justamente por lutarem contra o regime que você representa, que impõe a fome involuntária aos trabalhadores.

Se não fosse por esse regime militar, nem haveria presos para fazerem greve de fome e talvez nem houvesse a fome espalhada pelo país todo. Tome jeito, renuncie e pare de falar besteiras que é o melhor que pode fazer. (RVN)

## convites

### Carestia

O próximo dia 26, domingo, é Dia Nacional de Protesto contra a carestia e a alta do custo de vida. Nesse dia deverão acontecer manifestações públicas em diversas capitais e principais cidades do País.

O Dia Nacional de Protesto está sendo organizado pelo Movimento Contra a Carestia e em São Paulo vai acontecer um Ato Público, às 15 horas, na Praça da Sé. Em Porto Alegre o Ato Público será no Parque Farrópilha.

### Músicos

Na próxima segunda-feira, dia 27, vai ser realizada a assembleia de fundação da Associação Profissional dos Músicos da Bahia. A assembleia vai acontecer às 19 horas na Biblioteca Central-Barris.

A Comissão Pró-Associação dos Músicos, que está organizando a assembleia, defende a necessidade da entidade como um "canal de expressão e participação, mobilização e elevação do nível de consciência dos músicos, que se organizam para defender os seus direitos e afirmar os seus legítimos valores e aspirações".

### Eleições

Dia 26, das 9 às 17 horas, no plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, serão realizadas as eleições para o Diretório Metropolitano do MDB de Porto Alegre. A Tendência Socialista do MDB/RS convida a todos os opositores a comparecerem às eleições para apoiarem a chapa que tem por eixo programático a Organização Independente dos Trabalhadores.

### Greve

José Ibrahim discute na próxima segunda-feira, dia 27, os "11 anos da greve de Osasco", com a participação de membros das oposições sindicais. O debate vai ser no TUCA (Rua Monte Alegre, 1024), em São Paulo e começa às 20:30 horas. É uma promoção do grupo Opinião.

## Governo tenta impedir jornal de circular

Agentes da Polícia Federal apreenderam as páginas 1 e 10 (ainda no past-up) da "Gazeta Mercantil" da última quarta-feira, dia 22, dentro da seção gráfica da S.A. O Estado de S. Paulo.

A direção da "Gazeta", contudo, não se amedrontou e mandou refazer as duas páginas surrupiadas, dentro da gráfica, pelos agentes do regime. O jornal saiu normalmente, apenas com algumas horas de atraso.

Até agora o governo Figueiredista ainda não ousara mandar apreender nenhum órgão de imprensa. O último jornal a sofrer tal arbitrariedade foi o nosso, no findar do governo Gelsel, praticamente na última medida do então ministro da Justiça, Armando Falcão.

A razão para a tentativa de suspensão da circulação da "Gazeta Mercantil" de quarta-feira foi a publicação da matéria "O poder

de decisão da Nuclen" sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha.

Na matéria publicada com destaque no jornal do sr. Herbert Levy fica claro que, "em contrapartida ao aporte tecnológico dos alemães", a empresa alemã Kraftwerk Union (KWU) "detem o controle efetivo da subsidiária da Nuclenbras".

"Esse controle — diz a matéria — é assegurado, entre outras coisas, pelo fato de que as decisões mais importantes serão sempre de ser adotadas por unanimidade tanto na diretoria como no Conselho de Administração e na assembleia-geral".

Outro dispositivo que consta do acordo de acionistas firmado entre a Nuclenbras e a KWU a 17 de dezembro de 1975, "como um dos instrumentos complementares do acordo nuclear Brasil-Alemanha, de 1975", deixa claro que a Comissão Técnica da Nuclen dará sempre a "última palavra em todas as decisões de caráter técnico, prevalecendo o seu ponto de vista até mesmo quando houver divergência em relação à diretoria da Nuclen".

Acontece que, ainda segundo a matéria da "Gazeta Mercantil", a empresa alemã tem o controle da Comissão Técnica da Nuclen. Talvez a presença no país do ministro da Economia da RFA, conde Otto Lambsdorff, tenha contribuído para que a ditadura praticasse mais esse atentado contra a liberdade de imprensa, buscando dessa vez preservar os interesses do capital alemão no Brasil. (C.T.)

## Lembrando

Mais um operário foi morto pela polícia em Minas. Seus assassinos continuarão livres e talvez matando outros operários, como estão livres os assassinos do operário Orocílio em Belo Horizonte mesmo, de Wladimir Herzog, do deputado Rubens Paiva, do operário paulista Manoel Fiel Filho e muitos outros. (RVN)

## O gordinho planejou mal

O Delfim Neto começou dando fora, no Ministério do Planejamento. Convidou "extra-oficialmente" o físico José Goldemberg para o cargo de presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Acontece que o Goldemberg já cansou de condenar o Acordo Nuclear e apontar irregularidades na construção das usinas nucleares de Angra dos Reis e por isso mesmo a Nuclenbras pressionou Delfim para que ele voltasse atrás no seu convite. E aconteceu também que o Goldemberg não é muito dado a apoiar ditaduras, especialmente a brasileira e por isso mesmo seu nome foi vetado pelos "órgãos de segurança".

Concluindo: Delfim, discretamente, retirou seu convite. O homem dos números começou bem no seu planejamento.

## Dá-lhe Maluf

O governador-trombadinha de São Paulo, Paulo Maluf, deu uma clara demonstração da abertura que ele quer. No último dia 9, concedeu através de decreto uma área de apenas 1,596 metros quadrados para a ampliação do DOI-CODI do II Exército. Essa área vai ser cedida pela Secretaria da Fazenda de São Paulo para ampliação do DOI-CODI paulista, o maior centro de torturas do país, onde foram assassinados Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

E esse o espírito de abertura do regime, o qual o Maluf está bem afinado: concede uma anistia restrita, mesquinha e nojenta, e amplia irrestritamente seus aparelhos de tortura.



## Os expurgos na UFRGS

Dentro da programação nacional aprovada pelo Encontro das Associações de Docentes, realizado durante a última reunião da SBPC — Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência — a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — ADUFRGS — promoveu no último dia 20, segunda-feira, um encontro com a imprensa de Porto Alegre onde foi feito o pré-lançamento do "livro negro" da UFRGS, marcando assim o Dia Nacional de Luta pela reintegração de todos os atingidos por atos de exceção na Universidade Brasileira.

Na terça-feira, uma caminhada pelas ruas centrais de Porto Alegre, liderada pelo Centro Brasil Democrático, tendo à frente

## O feminismo do Pai-Herói

No último capítulo da novela "Pai Herói", da Rede Globo, a Karina (é com "K") me sai com essa: "A mulher luta, luta e acaba escrava do homem que ama". Tudo como se sua biografia compusesse uma árdua luta pela libertação da mulher. E claro, não é nada disso! Tendo acompanhado ao acaso a novela sei que não se trata de nenhuma feminista pendurando a chuteira. O fato é que Janete Clair é boa comerciante. Sabe os valores que estão na moda. E por isso tempera o último capítulo com uma pitada "social".

Não vamos discutir com os mascates (eles são tantos e tão fortes). Eles sabem o que fazem! O único ponto que cabe discutir é o casuismo da coisa. Sem ter discutido em nenhum momento esse aspecto do problema, tendo construído uma personagem de fim de mês, chata de galocha, bailarina, etc., etc. e tal, acaba finalizando a novela como se Karina sintetizasse a mulher que luta, que busca a liberdade por entre as garras do homem (... seria esse o feminismo se houvesse al-

## O Figueiredo e a mula

Ao contrário das pessoas que lutaram contra o regime, há gente que praticou muita violência e que está solto e ganhando grana por aí. Não é preciso citar nem os tradicionais exemplos de torturadores e assassinos de presos políticos, vejamos o exemplo do sargento Arthur de Oliveira, de Cascavel (PR), que está sendo acusado pelo assassinato de um jornalista.

Athur de Oliveira é mais conhecido como "Coice de Mula", o que já dá pra imaginar o tratamento que ele dá às suas vítimas. No seu passado de policial, constam torturas, prisões ilegais (os tradicionais sequestros que não dão cadeia), tráfico de drogas, abusos sexuais e outros baratos (para os do lado do governo, tudo isso é um barato). Mas, o Coice de Mula nunca foi preso, nem quando quebrou — a porradas — quatro cotas de um enfermeiro sequestrado por ele (na linguagem tradicional, "preso ilegalmente") e ainda o deixou cinco dias sem comida e sem água, porque o irmão da vítima andou dando cheques sem fundos.

Os perigosos demais para a nação, que o governo não quis anistiar, são justamente as vítimas dos "coices de mula". Está explicado porque o Figueiredo gosta de chelo de cavalo. — (OF)

## nota

Quando a Sucursal de Belo Horizonte do jornal "Em Tempo" realizou o Seminário sobre Partidos Políticos, anunciou que seria concedido certificado aos seus participantes. No entanto, no atentado do CCC sofrido recentemente por aquela sucursal foram destruídas todas as fichas de controle dos inscritos. Dessa forma, nos desculpamos e comunicamos a impossibilidade de manter o anunciado. A DIRETORIA

# isto aí

A tônica da semana esteve dividida entre, de um lado, a ofensiva da repressão sobre os movimentos grevistas combinada com a definição da nova política econômica expansionista sob comando de Delfim Neto (pág. 6) e, de outro lado, o desfecho da luta pelo projeto do governo acelerando a votação do seu projeto na tentativa de evitar o aprofundamento do desgaste decorrente da mobilização popular pela anistia ampla, geral e irrestrita (pág. 9).

### A mão estendida vazia

Em meio ao aguçamento da crise econômica e social, o governo, na semana passada, através de parlamentares arenistas credenciados, soltou o balão de ensaio de um convite aos emedebistas para "entendimentos de alto nível" com vistas a uma ação conjunta "para garantir o processo de abertura". Os moderados do MDB morderam a isca e o senador Tancredo Neves, da oposição mineira, juntamente com deputados sob sua liderança, partiram afobitos para as conversas. Petrônio Portela, o ministro da Justiça e o governador baiano Antônio Carlos Magalhães, alimentaram as ilusões e até mesmo o liberal senador Paulo Brossard engrossou o coro da conciliação nacional.

Mas qual nada, já no fim da semana, o governo desmentia suas propostas dizendo que simplesmente se dispunha a conversar. Nada de acordos, o que seria "desmoralizante, perante a opinião pública".

Diagnosticando o fato como manobra diversionista, o colonista Carlos Castello Branco, no começo desta semana concluiu: o MDB quer, mas de mãos vazias boa vontade não basta.

### "Socialismo é palavrório"

Delfim Neto assumiu o comando da política econômica se definindo em entrevista à revista VEJA como "um liberal, assim como todo intelectual" — vejamos só: E mais: "li muito na Europa, mas o que há de grave no socialismo é sua ineficácia: ele é o palavrório; em todo caso estas leituras não alteraram minhas convicções". De fato, falando sobre o Lula o ministro disse: "ele está fazendo o papel dele, tem de defender os interesses da classe que representa — como o meu papel é representar o meu papel" (quase que Delfim se trai...).

Mas, filosofias à parte, o que fica até agora é a promessa de crescer a economia anunciada na posse: "senhores, preparem seus arados e suas máquinas; vamos crescer". De resto, planos claros ainda não há. Delfim promete salários com correção semestral, garante que a energia não trará problemas, que a inflação baixará para 20% e que a dívida externa não tem limites. Mas como? Isto ele ainda não disse.

### Também na oposição

Estranho contudo é que enquanto os ministros burgueses não dispõem de um diagnóstico e uma solução clara para a crise econômica, vários são os economistas da oposição que se apresentam como mais sábios, criativos e capazes de uma proposta para gerir a crise do sistema. Como se a crise fosse uma questão de competência.

Na própria revista VEJA, em entrevista, o professor da UNICAMP, João Manoel Cardoso de Melo — que há poucos dias no encontro sindicalista de Gragoatá expunha suas ideias aos trabalhadores — mostra seu plano: ocupar a capacidade ociosa nas indústrias, reforma financeira para baixar os juros, controle de preços eficaz através do CIP, e preços mínimos para a agricultura. Como? "Creio na importância de uma ampla negociação da política econômica e social para que possamos superar a situação extremamente delicada em que se encontra nosso país".

De novo, por trás de uma pretensa eficácia superior cavada com maior justiça, volta a política do nacional-desenvolvimentismo, visando, nas palavras de João Manoel, que "a crise social não tenda a se aprofundar". (sic).

### Vem aí o leilão

Depois de muito barulho contra a estatização, o governo dá agora sua resposta: O Banco Nacional de Desenvolvimento — BNDE, anunciou no último dia 20 que colocará à venda 7 empresas sob seu controle. São elas Editora Nacional, Editora José Olympio, Mafersa, Usimec, Caraiibas Metais, Cia. Brasileira de Cobre e Fibras Sintéticas da Bahia. O valor total destas empresas chega a meio bilhão de dólares. O BNDE anunciará breve a venda do controle acionário. Mas a expectativa é que não haja empresários interessados na compra; os técnicos do banco estão descrentes.

E' que na nova política que o governo vem tentando impor, os subsídios "selvagens" ao capital devem acabar. Ou melhor, só se farão daqui para frente de modo mais disfarçado e, para casos de segurança nacional, ou seja, o caso dos grandes grupos, como Atalla, por exemplo. Para os pequenos e médios, é capitalismo civilizado mesmo, como sempre foi. E este é o caso das empresas agora postas à venda. Daí o pouco interesse que a oferta está despertando nos empresários.

### "Abertura" chega à

### Escola Superior de Guerra

"É necessário atualizar os conceitos de segurança e desenvolvimento" disse na última segunda-feira, o almirante Resende de Noronha, atual comandante da Escola Superior de Guerra, em discurso comemorativo dos 30 anos da instituição que produziu, a partir do pós-guerra, a ideologia da repressão e do arrocho que orientou a política brasileira em geral desde o golpe de 1964.

Agora, com a abertura ensaiada por Figueiredo, o maniqueísmo da escola, opondo o "mundo ocidental cristão", ao demônio vermelho, começa a se tornar uma figura fora do lugar.

Já há debates em curso, paralelamente aos cursos regulares da escola, visando uma reformulação dos currículos para o ano que vem. O tema central parece que será a questão tecnológica, voltando a discussão para as "alternativas de exploração dos recursos materiais disponíveis da Nação".

Além disto, como sinal desta abertura relativa, a escola já teve a ousadia de convidar um "representante dos trabalhadores" para suas conferências: nada mais que o super-pelego Ari Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. As autoridades da escola afirmam também que Lula foi convidado; só que não compareceu.





## Cleodson Silva O Encontro Nacional das Oposições Sindicais

O Encontro Nacional das Oposições Sindicais — ENOS reunirá, além das Oposições Sindicais, oposições que já ganharam diretorias de sindicatos, comandos de greve e diretorias combativas. Nela discutiremos e analisaremos as greves e movimentos de 78/79, as táticas e palavras-de-ordem das oposições, o questionamento da estrutura sindical e daí se pretende apontar uma proposta política para a classe, a nível nacional.

Para entendermos a importância de sua realização é preciso fazer algumas considerações rápidas sobre a trajetória das oposições, do movimento e das lideranças sindicais e propostas que têm surgido.

Mesmo antes do golpe de 64, vários grupos operários já avançavam na crítica à política de conciliação das classes que imperava na época, presente na direção do populismo trabalhista e do reformismo social. Desde aquele tempo se levantava, nas bases, a crítica ao cupulismo, à ausência de organização pelas bases e, consequentemente, a falta de controle sobre as direções, que decidiam por todos e não prestavam contas a ninguém.

Só depois da derrota do populismo e do reformismo, em 64, abriu-se um espaço maior para a crítica ativa ao aparelhamento sindical, ao cupulismo e ao peleguismo das diretorias sindicais.

A experiência mais acabada da prática das oposições foi em 1968. Neste ano formou-se a Oposição Sindical de Osasco, ao mesmo tempo em que se desenvolviam as comissões de fábrica. O Sindicato foi conquistado e o movimento culminou em uma das greves mais importantes de nossa história. A experiência não se expandiu amplamente naquela época devido aos desdobramentos da crise política que deram na repressão violenta do regime militar às primeiras demonstrações de autonomia do sindicalismo brasileiro dos últimos tempos.

Desde então, as idéias básicas da proposta de Oposição Sindical ficaram estabelecidas e foram a linha mestra de nossa ação no desdobramento. Estas idéias básicas eram: a) organização das Comissões de Fábrica (organização pela base); b) luta contra o aparelhamento sindical e expulsão dos pelegos e traidores da classe das direções dos sindicatos; c) democratização imediata do sindicato.

A nova conjuntura, porém, é bem diferente daquela; hoje, os movimentos operários estão se avançando e as classes dominantes, em crise, são obrigadas a fazer concessões. A figura do pelego tradicional está altamente desprestigiada no seio da classe operária e já não são capazes de segurar as lutas com a facilidade de manobras que tinham. Os patrões estão ficando cientes das dificuldades de manter as velhas estruturas de dominação, percebem a impotência dos pelegos tradicionais e grande parte da classe operária questiona a estrutura sindical.

Foi neste quadro que surgiram e se fortaleceram as diretorias sindicais chamadas "autênticas".



## Alberto Duarte João prende, arrebeta, mata e corre

O presidente João Figueiredo jurou fazer deste país uma democracia. Tirou os óculos, colocou um calção macho, começou a levantar pesos, montou a cavalo e saiu por aí.

Passou por Belo Horizonte dizendo que ia fazer uma tal de abertura e realmente abriu o peito de um operário da construção civil com um tiro. Espancou e prendeu trabalhadores, inclusive enquadrando alguns na nova Lei de Segurança Nacional.

Foi a Juiz de Fora, matou um estudante e continuou o galope, sendo que no Rio de Janeiro fechou entidades representativas.

Nomeou para comandante do II Exército, em São Paulo, o General Tavares de Souza, responsável pela "faca" de ter dizimado centenas de pessoas no Araguaia.

Esta, na verdade, é a proposta do governo. Distribui simpatia para a burguesia, sorri populismo para a classe média a fim de conquistá-la e baixa o cacete sobre os trabalhadores, tentando com isso manter o regime de exploração e opressão.

João Figueiredo carrega uns pesinhos e é manchete. O povo carrega há muito o peso da miséria, e só é matéria na seção policial. Mas o povo já não aguenta mais a fome, o sofrimento. A revolta já começou. O povo está perdendo o medo. A miséria está acima do medo.

Em Belo Horizonte a polícia Militar levou o maior cacete de pedreiros. A briga, é claro, não é contra o polícia que também é explorado, mas o exemplo acima demonstra que o povo está perdendo o medo. Existe inclusive movimentos grevistas em andamento por parte dos policiais civil e militar.

### Um dia o Governo não volta mais

Antes a ditadura matava e tripudiava sobre os cadáveres. Hoje continua matando mas tem que sair correndo. E quando é assim, ele bota prá correr. Um dia o governo corre e não volta mais, indo juntar aos Xás e Somozas da vida.



## Edson Khair Por um Brasil livre, porque socialista

### A criação do PT

Os trabalhadores através de sua vanguarda decidiram fundar o seu partido. O fato histórico na sua própria decisão revela uma determinação que vem recolocar a classe operária nos caminhos que estaria já há cinquenta anos atrás, não fosse a "tenentada" de 1930 e obviamente o seu desdobramento ideológico, isto é, o golpe fascista de 1937.

O P.T. surge como a opção autônoma dos trabalhadores. Lula, Jacob Bittar, Wagner Benevides, Paulo Maia, Ovídio Dutra, Benedito Marçilio, e dezenas de outros dirigentes sindicais expressam a vontade de autogestão daqueles que construíram este País e têm sido massacrados desde 1964 de forma brutal e desumana e antes de 1964 iludida pelo bel-canto do populismo herdeiro do Estado Novo.

A decisão da criação dos Partidos dos Trabalhadores tem herdado muita gente. O governo militar começou afirmando que não levava a sério tal tentativa. Trata-

### O pacto social e as propostas dos trabalhadores

Dentro do esquema de "pacto social" proposto pelas lideranças esclarecidas da burguesia, os "autênticos" jogam um papel fundamental. As lideranças "autênticas", nascidas e formadas no berço do peleguismo tradicional tiveram, contudo, a sensibilidade de se colocarem do lado dos trabalhadores nos movimentos grevistas. Isto, evidentemente, não estava nos planos dos patrões, eles tiveram que engulir as direções "autênticas", mas até o ponto que elas não viessem a conturbar seriamente a rotina da exploração, os níveis de estoque, etc. O prolongamento das greves do ABC criou uma área maior de atrito entre "autênticos" e a burguesia, que teve que lançar mão da força do governo seja para neutralizar o movimento (polícia, intervenção), seja para pagar os custos da greve.

A evidência da íntima relação entre Estado e Classe Dominante faz com que os autênticos vacilem na aceitação do "pacto social" proposto pela burguesia onde dessemelhariam o duplo papel de liderança efetiva da classe e de servidores do regime. Esta vacilação resulta em uma indefinição no campo sindical, na concepção das organizações de base da classe operária, que se manifesta, no plano político, na proposta cupulista de um Partido dos Trabalhadores.

Todas as visões de Partido dos Trabalhadores que têm aparecido se ressentem de um mesmo defeito: uma posição vacilante quando à organização da classe pela base. A proposta socialista e revolucionária para um partido de trabalhadores deve ter como base o movimento operário autônomo, formado a partir das comissões de fábrica, das interfábricas, dos sindicatos combativos, reunidos todos em uma Central Única de Trabalhadores, onde as decisões partam da participação democrática dos trabalhadores de base; a definição de um programa partidário amplamente discutido por centenas de círculos de operários e trabalhadores em geral, que assegure tanto a unidade do movimento operário, como a democracia operária desde seus primeiros momentos e resposta aos anseios de toda a população explorada da cidade e do campo.

Uma das atribuições do Encontro Nacional de Oposições Sindicais deve ser definir uma proposta política para a classe operária, desde o ponto de vista da formação dos organismos autônomos desta. Para tal a autoridade das oposições é resultado do seu passado de lutas, pois foram os organismos de defesa da classe durante todo o período de negra repressão aos movimentos populares e que expressaram esta resistência numa prática de unidade, democracia e que sempre esteve estreitamente vinculada às bases e aos interesses do movimento operário. Seu caráter proletário não é isolacionista. Decorre da liderança evidente assumida pelos operários nas lutas dos últimos dois anos. Daí a necessidade de nos comprometermos com esta proposta.

Cleodson Silva é membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

guesia nacional-imperialismo só tem funcionado como a corda que elas "forças ortodoxas-progressistas" fornecem a estes para melhor enforcá-los. Tal concepção e tática política parte do pressuposto axiomático de que não tendo a classe operária acumulado força necessária para andar com as suas próprias pernas deve tomar o trem da burguesia nacional consorciada internacionalmente.

Mas a história mostra-nos o contrário. Senão vejamos: o imperialismo que durante um governo "democrático-burguês" aqui instalou sua indústria automobilística precisamente em São Paulo na década de 1950, vinte anos depois em plena ditadura encontra uma classe operária, espécie de "filha maldita" a rebelar-se com extrema virilidade e competência contra seus exploradores nacionais ou multi-nacionais. Lula e seus companheiros são os representantes de uma nova fase da história da classe operária que aprendeu a resistir, que vencendo o medo rompeu o isolamento que a ditadura quis lhe impor e reinventou, faz greves e avança conquistando autonomamente o seu espaço político. E nem se diga que esse avanço do movimento operário se processa em forma de pinça tendendo a isolar-se no todo de um movimento, pois ali está o exemplo de Minas Gerais quando setores da classe operária, como da construção civil tidos como de mais baixo índice de politização foram capazes de paralisar a cidade buscando suas próprias alianças com outros setores da população demonstrando que outras espécies de frentes, não tão amplas como aquelas preconizadas pelos epígonos das "sagradas ortodoxias" funcionam pondo em cheque o sistema e o seu aparelho repressivo.



## João Carlos Torres São Paulo e a crise nacional

Sempre que a questão das desigualdades regionais no Brasil é levantada, pensa-se em primeiro lugar e sobretudo no Nordeste, um pouco como se a importância de nossa "questão setentrional" exaurisse o essencial dos problemas regionais do país.

Não é este o momento para discutir as razões que sustentam esta atitude, tornando-a, em boa medida, justificada e lógica. Ao contrário, o que nos importa aqui é chamar a atenção para a complexidade da problemática regional na formação social brasileira, complexidade da qual resulta que mesmo São Paulo, o Estado mais desenvolvido da federação, constitui-se num problema regional.

Nestes últimos tempos, aliás, o progresso paulista — no qual vulgarmente se inclui, com rigor de fazer inveja aos enciclopedistas chineses de que fala Borges, o nível da renda per capita, a explosão demográfica paulistana, a participação do Estado no PIB nacional e a qualidade das massas, a força do movimento sindical e a eficiência na construção do Metrô, ou até mesmo a existência de uma loja especializada na venda de arruelas — tem dado origem ou a idéia de que São Paulo é um "outro país", ou a de que o verdadeiro Brasil é São Paulo, sem que se possa distinguir qual das duas alternativas é mais absurda. Não é menos verdade, todavia, que nestas duas hipóteses a questão regional só pode ser alheia, problema dos outros, ou do país-Brasil, ou de quem no Brasil, não sendo São Paulo, não é ainda verdadeiramente Brasil.

E no entanto, há obviamente uma "questão paulista" na história brasileira contemporânea, questão, de resto, de enorme relevância nesta conjuntura em que os estertores do último ciclo autoritário não são mais do que a pulsão da imensa crise de representação política em que se debate o país.

Bem entendido, numa linha de análise óbvia — embora academicamente muito pouco explorada — a diferença entre os "pesos" econômico e político de São Paulo no contexto nacional deve atribuir-se à Revolução de 30 e ao fracasso de 32, que resultou uma inegável, embora relativa, marginalização da elite política paulista.

No presente contexto, no entanto, o que mais importa acentuar é que este descompasso — referente, no essencial, ao universo, às regras e esquemas de organização política das classes dominantes — tem efeitos também sobre as condições de articulação política das classes dominadas, num cruzamento enigmático e crucial dos eixos de distribuição espacial e inter-classes do poder do país. O que significa dizer que a marginalização política

### O PT é irreversível

Tal fato é altamente desmistificador, pois o carro chefe da argumentação daqueles que se opõem a autonomia e auto-gestão dos trabalhadores era exatamente a cantilena de que o A.B.C. paulista não refletia o movimento de massas no Brasil. Ainda era muito atrasado, incapaz de ganhar as ruas, etc., etc. O P.T. surgiu como decisão própria e independente dos trabalhadores, e expressão política de todo ascenso do movimento de massa é irreversível. Ele vai constituir-se como partido político ainda este ano ou ano que vem? A resposta negativa ou afirmativa não é o principal. Fundamental é termos a certeza nascida dos fatos inquestionáveis de que os trabalhadores através da sua vanguarda decidiram fazer o seu partido que obviamente será um partido de frente com setores da pequena burguesia o que vale dizer intelectuais, profissionais liberais, estudantes etc. Não há encontro em Niterói ou na Avenida Vieira Souto, que impedirá essa decisão mesmo porque ela já vem com atraso de 50 anos.

É verdade que para existir tal liderança como a de Lula e seus companheiros, muitos trabalhadores foram presos, torturados, exilados e assassinados pelas diversas formas de opressão vigentes em diversas épocas no Brasil. José Ibrahim, Manoel da Conceição, Palhaço e vários outros líderes dos trabalhadores simbolizam o martírio, o sofrimento, o retrocesso e o avanço da luta por um Brasil livre, porque socialista.

Edson Khair é deputado federal pelo MDB, Rio de Janeiro.

de São Paulo no período pós 30 deve em boa parte creditar também o fato de que a despeito do avanço inigualado do movimento sindical e da força inconteste das vanguardas ideológicas, não emerge de São Paulo — como a primeira vista pareceria razoável supor — uma carta e um projeto político de alcance nacional, capazes de fazer da crise atual a porta de acesso a um período histórico efetivamente novo, marcado pelo surgimento de forças políticas sem compromissos com os fracassos populistas e portadoras de uma alternativa socialista ao mesmo tempo democrática, séria e viável.

### Os desencontros de São Bernardo

Neste sentido os desencontros de São Bernardo, as dificuldades óbvias e enormes de construção do PT, a frustração reiterada do projeto de articulação das novas lideranças sindicais com os políticos chamados autênticos, tudo isto nada mais faz do que refletir um "handicap" histórico que a todos nos penaliza mas que não parece possa vir a ser resolvido pela reiteração de encontros, públicos ou privados, comprovadamente estéreis.

Que, nestas circunstâncias, as alternativas políticas mais viáveis a curto prazo estejam a vir da periferia e do passado, esta é verdade mais evidente. Uma outra, algo mais sutil, mas de importância equivalente, é que, para enfrentar os desafios da presente conjuntura, é vital redifinir as expectativas com relação ao dinamismo e as novidades políticas paulistas.

É urgente, com efeito, aprofundar o conhecimento das linhas de distribuição do poder político no espaço nacional, tratando de investigar como as desigualdades inerentes à nossa dinâmica de desenvolvimento, especificam e particularizam as formas de solidarização de interesse intra e inter-classes, assim como de articulação das forças políticas existentes nos diferentes espaços regionais. Neste sentido, atentar para o radicalismo jacobino do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, procurar entender a nova e surpreendente explosividade mineira, tentar ver, enfim, como as potencialidades diferenciadas destes vários centros políticos podem ser articuladas às forças paulistas, estas são todas tarefas fundamentais para quem estiver interessado em intervir nos eixos fundamentais em torno dos quais gira a vida política brasileira.

Tarefa para qual, felizmente, não bastam os penosíssimos esforços para casar lideranças sindicais e parlamentares de variada "autenticidade".

João Carlos Brum Torres é professor universitário, cassado em 1969, e atualmente é assessor do MDB do Rio Grande do Sul.

## EM TEMPO em nova forma

Eis as razões que levam o EM TEMPO a mudar do seu formato standard para o tablóide. A partir da próxima semana, um semanário mais dinâmico e novamente em off-set em suas mãos.

O EM TEMPO foi o primeiro jornal alternativo de oposição a adotar o tamanho standard, quebrando com a tradição tablóide da imprensa combativa, pelo menos se nos limitarmos aos últimos tempos da imprensa brasileira. A partir da próxima edição, contudo, mudaremos o formato do EM TEMPO. A partir do n.º 79, o nosso jornal será tablóide. Por que a mudança?

Antes de mais nada, é preciso deixar claro: o tamanho standard continua não sendo caro. E caro nos dois sentidos: na valorização da nossa opção inicial, no que ela deixou marca registrada nestes quase dois anos de jornal, e nos custos materiais para sua produção. A razão para a mudança, no entanto, não é estritamente financeira; é também de produção gráfica. Como os leitores acompanharam, há vários meses que só conseguimos imprimir semanalmente o EM TEMPO utilizando serviços de linotipo e não os modernos de off-set, que caracterizam toda a fase anterior de nossas edições. Com a imposição do linotipo, o produto final deixa muito a desejar. E com o tamanho standard em 12 páginas não há outras opções off-set. Todas as gráficas viáveis economicamente foram buscadas pelo EM TEMPO e todas bateram com a porta no nosso nariz.

### Melhor qualidade e menor custo

Precisamos mudar, portanto, por duas razões: para melhorar a qualidade gráfica do EM TEMPO e para diminuir os custos. Todos sabem que o nosso jornal, como os demais alternativos de oposição, depende exclusivamente do leitor. Não recebe publicidade das empresas e não possui outras fontes de financiamento. A receita é limitada às vendas (em bancas e de forma direta e a preço inferior no meio operário e na periferia) e às assinaturas. De vez em quando, às campanhas de solidariedade, às promoções especiais, à passagem do "chapéu", como se diz entre nós. Nada disso, contudo, tem impedido um acúmulo constante de déficits mensais em nosso orçamento, o que, com o passar do tempo, tem aumentado o valor dos nossos empréstimos, das nossas dívidas, enfim.

Depois de discutir bastante o problema, inclusive na preparação e durante a última assembleia nacional do EM TEMPO, realizada em 1.º de julho, decidimos na reunião do Conselho Editorial Administrativo (CEA) de 12 deste mês, preparar a mudança de formato do nosso jornal, como a melhor saída existente no momento para resolver a questão da qualidade gráfica e o problema do nosso déficit mensal.

O novo EM TEMPO tablóide passará, evidentemente, por mudanças também a nível de sua receita editorial. Até esta edição, standard, saímos sempre com, no mínimo, 16 páginas. Agora, passaremos para, no mínimo, 16 no formato tablóide. O que, sem dúvida, obriga a uma nova distribuição das seções fixas, como "GERAIS", "OPINIAO", "DEBATE", "INTERNACIONAL", "CULTURA", "SINDICAL-OPERARIA-POPULAR", etc.

### Espírito preparado e apoio efetivo

Com esta nota, além de preparar o espírito dos leitores para as mudanças, queremos reafirmar os nossos propósitos e, mais uma vez, pleitear um apoio efetivo para que consigamos, rapidamente, superar nossas dificuldades acumuladas.

Mas, por cima disso tudo, o EM TEMPO tablóide continua sendo um jornal de esquerda ao lado dos trabalhadores.



Em nossa edição n.º 77, da semana passada, devido a uma lamentável falha técnica, os textos das páginas de Eduardo Albuquerque (Duda) — "Um programa socialista para a UNE" — e de Adalberto Naschenweg (Beito) — "Que Partido interessa aos trabalhadores" — foram trocados.

# Partido dos trabalhadores: democracia, só no socialismo

## "Um partido pra votar ou pra militar?"

Por Marco-Aurélio Garcia

O encontro de São Paulo, organizado pelos parlamentares autênticos estaduais, reuniu cerca de 400 militantes da oposição paulista no último sábado, dia 18, e foi um verdadeiro "encontro de esquerda", como o definiu o suplente de senador Fernando Henrique Cardoso logo na abertura dos trabalhos. Após três intervenções iniciais, uma defendendo as "exigências populares para um novo partido político", outra a proposta do Partido dos Trabalhadores e uma outra a renovação do MDB, houve um intervalo para almoço e, à tarde as discussões partiram para seis comissões onde estavam distribuídos 17 deputados estaduais, 5 federais, vários dirigentes sindicais e de associações profissionais, estudantes, lideranças de movimentos de bairro, anistia, etc.

No começo da noite, de volta das comissões, o plenário assistiu à leitura dos relatórios das discussões nos vários grupos. As divergências existentes principalmente entre as três propostas acima impediram que o encontro aprovasse uma resolução final. Mas, segundo vários parlamentares organizadores, "alcançou-se plenamente o objetivo que era tão somente de abrir o debate em torno das alternativas hoje presentes para as oposições populares diante do quadro partidário".

Ao final, contudo, ficou acertada uma reunião para o próximo dia 28, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Lá uma comissão tripartite composta de sindicalistas, parlamentares e intelectuais, originária do Encontro de São Bernardo, tentará, a partir dos relatórios das comissões, esboçar o consenso possível e marcar novos debates. Ao mesmo tempo, os vários "movimentos de base" presentes ao encontro deverão se representar também no dia 28 na Assembleia, para lá escolherem sua representação que passará também a integrar a comissão coordenadora, até então tripartite.

O encontro de trabalhadores, representantes de movimentos de base, intelectuais e parlamentares no Colégio Sion (Ironias da História), em São Paulo, que neste fim de semana debateu os problemas da rearticulação partidária, marcou um substancial avanço das posições de

esquerda no enfrentamento desta candente questão.

Mais representativo e mais democrático que a reunião de junho em São Bernardo, o encontro de São Paulo não reproduziu o anterior diálogo de surdos entre sindicalistas e parlamentares, superando, por outro lado, a ridícula separação estatal-trabalhadores-intelectuais-parlamentares e fazendo com que as verdadeiras divisões aparecessem em torno de problemas substantivos.

### As propostas

O desdobraimento das discussões, que se deram essencialmente em seis concorridas comissões, ao longo da tarde, revelou uma clara polarização entre aqueles que se inscrevem na perspectiva de manutenção do MDB, de um lado, e aqueles que, condenando a dissolução arbitrária do atual partido opoicionista, realizam uma crítica profunda de seu desempenho, propugnando a constituição de um instrumento capaz não só de constituir-se em uma consequente força anti-ditatorial, como em um instrumento dos trabalhadores e demais setores populares na luta pela consecução de seus objetivos de emancipação social.

No interior deste campo amplamente majoritário na reunião, delinearam-se duas tendências: aqueles que defendem a necessidade da formação de um Partido de Trabalhadores e aqueles que se inscrevem na perspectiva da formação de um Partido Popular.

No primeiro caso, foi significativo que a tese do PT não aparecesse exclusivamente vinculada ao grupo de sindicalistas autênticos que haviam tido historicamente a iniciativa do movimento pela formação do Partido dos Trabalhadores, mas que ela emergisse, igualmente, nas intervenções de outros participantes, especialmente dos representantes das oposições sindicais — José Ibrahim, sobretudo.

Para Ibrahim, como para muitos outros, a denúncia dos desvios obreiristas e das práticas pouco democráticas que marcaram os primeiros passos do PT não deve ser utilizada como pretexto para uma posição crítica exterior ao Partido dos Trabalhadores. Situando-se dentro do movimento pró-PT foram muitos

os que, como ele, defenderam a necessidade de superar suas dificuldades atuais levando o debate para as bases. É o caso de José Pedro, da oposição sindical metalúrgica de Osasco, que disse não estar disposto a esperar indefinidamente que os articuladores atuais do PT cheguem à sua cidade. Os trabalhadores e setores populares de Osasco já tomaram a iniciativa da discussão sobre a formação de PT e esta prática ganha cada vez mais força em vários pontos do país, apontando um caminho a seguir.

### O Partido Popular

Na grande maioria dos casos, a proposta aparentemente alternativa de formação de um Partido Popular, revelou um conteúdo substancialmente semelhante àquela do PT.

As tentativas de apresentar a proposta do PP como "mais abrangente" do ponto de vista social repousa, em uma visão sociológica do PT. É evidente que este está aberto a outras camadas populares, sem o que estaria confinado aos grandes centros industriais. A expressão "trabalhadores" aponta fundamentalmente para os que, sendo sua base social e política fundamental ("um partido sem padrões" permitem a nucleação dos demais setores populares em torno de uma perspectiva classista que abre a todos os explorados e oprimidos da sociedade brasileira o único caminho de verdadeira emancipação social.

### Problema de Siglas

Um amplo consenso começou a se delinear, no entanto, entre os defensores dos projetos PT e PP. Se o campo de preocupações é o mesmo, se se trata de definir um instrumento não só para conduzir consequentemente a luta contra o regime militar, mas de dar ao conjunto dos setores populares uma ferramenta capaz de unificar e generalizar suas lutas atuais, nas quais já se insinua uma dinâmica anti-capitalista, não serão as siglas que irão dividir o movimento. As aspirações de unidade daqueles que rejeitam a tutela do Estado e da ideologia burguesa e ao mesmo tempo não estão dispostos a hipotecar suas lutas a projetos reformistas e/ou populistas, sem dissolvê-los num frontismo democrático, clamam as condições para que todo este campo se unifique em uma mesma frente de luta.

Estas aspirações parecem ter sido resumidas na intervenção do companheiro Zico, de São Mateus, falando em uma das comissões afirmou:

"Nós não queremos um partido para votar, mas um partido para lutar".



Lula, líder do PT, em meio à massa

A proposta de um Partido dos Trabalhadores, classista, contra a exploração e pelo socialismo portanto, foi intensamente debatida no chamado encontro de São Paulo, promovido no último fim de semana pelos parlamentares autênticos paulistas. Ao mesmo tempo, no início da semana, dirigentes sindicais e intelectuais debatiam também em São Paulo o tema "Democracia e Socialismo". Aqui, um apanhado dos dois debates e uma análise das limitações da democracia burguesa.

Por Flávio Andrade

A "proposta do Partido dos Trabalhadores será a transformação da sociedade brasileira capitalista em socialista", afirmou o dirigente sindical Luis Inácio da Silva, o Lula, no encontro de São Paulo no último fim de semana.

Na mesma linha, Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias dos Couros, na seção de abertura do encontro, falando em nome do Movimento pró-PT, dizia: "o que queremos é um partido classista, uma velha idéia que vem desde o início do século e que finalmente se torna viável em nosso país." As acusações de que o PT seria fechado ou divisionista, Paulo respondeu: "o PT está aberto a todos os explorados; às mais amplas camadas portanto. Mas privilegia a classe operária na sua composição, como não poderia deixar de ser em qualquer proposta classista, o que não é um luxo ou um preconceito, mas sim uma decorrência objetiva do papel que a classe operária ocupa na sociedade capitalista".

Porque a luta por uma sociedade socialista? Não se trata agora de uma ampla unidade contra a ditadura que é o inimigo principal, argumentavam os opositores à idéia do PT. Na visão do dirigente sindical Paulo Skromov, "a democracia formal, consagrada nas leis, manterá a exploração e a miséria dos trabalhadores como podemos constatar em todas as democracias do capitalismo avançado. Assim sendo o PT luta por profundas modificações sociais que só culminam na formação de um governo dos trabalhadores e na socialização dos meios de produção sob controle e gestão dos trabalhadores".

Para tanto, argumenta ele, é necessário desde já combinar a luta democrática contra a ditadura militar com a luta pelo socialismo".

A unidade anti-ditatorial é necessária, mas preservando a independência de classe dos trabalhadores, argumentava Paulo. "No momento em que o MDB começa a afundar, os ratos pulam fora rápido e assim, temos que estar atentos para distinguir os políticos que querem de fato estar ao lado dos trabalhadores daqueles que são meros ratos

saltando para o lado que rende mais votos."

"É a partir daí que temos que ter a coragem de dizer que o partido o que hoje queremos é fundamentalmente extra-parlamentar nas suas forças constituintes e não o contrário", dizia Paulo. "Daí a grande virtude do PT que é a proposta mais clara, até agora já apresentada, arrematava."

O tema do socialismo não morreu no encontro de São Paulo. Na terça-feira, dia 21, num debate promovido pelo Centro Paulo Emilio Salles Gomes, também em São Paulo, intelectuais e sindicalistas debatiam o tema "Socialismo e democracia".

Rubens Teodoro, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo abriu o debate afirmando: "Nestes meus 41 anos de vida nunca conheci a democracia e muito menos o socialismo". E dizendo-se pouco ilustrado para uma discussão com intelectuais, Rubens passou a narrar "aquilo que sinto no dia a dia dos operários e que só poderá se resolver na democracia e no socialismo".

Paulo Skromov, também presente ao debate, enfatizou a necessidade de, desde já, se lutar pelo "controle operário" como embriões de uma futura democracia socialista: "nos setores estamentais da economia e para aqueles que defendem a estatização, devemos levantar já a bandeira do controle operário como forma de ao mesmo tempo avançarmos a luta contra a ditadura e prepararmos a democracia socialista de amanhã".

Temos que resgatar a formulação clássica do socialismo, dizia Paulo, "superando a herança stalinista, reconhecendo o enorme desenvolvimento das forças produtivas levado a cabo nos países socialistas e aproveitando o potencial de automatização da produção que hoje já é uma realidade para propiciar a superação de sociedade de classes".

Apesar de toda a burocratização, concluiu Paulo, "passos foram dados na China contra Chian-Kai-Chek, na Rússia contra o czar, em Cuba contra Batista e na Alemanha contra Hitler. É hora de começarmos a dar passos nesta direção também no Brasil."

## Contra a divisão burguesa do trabalho político

A virtude principal do PT está em tentar vincular a luta dos explorados à questão da representação política.

E isto é fundamental, porque a essência do poder burguês está no divórcio entre um aparato de estado centralizado e a vida social atomizada.

Por Eder Sader



Metalúrgicos paulistas provam a política em 78.

A reação de alguns setores da esquerda à proposta do partido dos trabalhadores traduz uma especial concepção das relações entre a "vanguarda" e "as massas". Rechaçam essa proposta porque o "verdadeiro" partido dos trabalhadores é aquele que já abraçou o marxismo-leninismo, pronunciou-se pela ditadura do proletariado e outros requisitos assim. Após essa posição de princípios "pela esquerda" vem uma proposta prática pela direita: o que cabe hoje (ao lado do "verdadeiro" partido, constituinto naturalmente pelos que nos falamos) são frentes ou partidos nascidos de acordos entre lideranças políticas e onde os trabalhadores entram (ou não) como mera base de apoio. Se a preocupação deles ante o PT fosse de incorporar camadas pobres do país evitando uma estrita visão sindicalista, seria muito saudável. Se se tratasse de evitar rechaçar obreiristas à incorporação de intelectuais ou de plataformas corporatistas, excelente. Mas não. O que vem no lugar costuma ser uma proposta política ao estilo tradicional na qual os trabalhadores e o povo ficam na periferia. Não são os intelectuais que se incorporam a uma organização popular. São os trabalhadores que devem se incorporar a uma organização de cúpula.

A virtude hoje de um PT — ou de um movimento pró-PT — está na sua capacidade de expressar os avanços do movimento operário e popular e são um estímulo para seu aprofundamento. Para isso ele tem que ser muito flexível. O essencial é que reivindica para a própria organização dos trabalhadores a luta política por seus interesses, e que assume a luta contra a exploração capitalista. E a partir daí enfrenta as questões democrática, nacional, agrária, etc.

Já falamos várias vezes das debilidades da proposta, mas tomando-a como ponto de partida mais avançado, a via para superar o corporativismo será incorporar as mais diversas representações das massas. Falto de representações de massa organizada — em comunidade de base, comitês de moradores, sindicatos combativos, oposições sindicais representativas. Ou seja: ampliá-lo e não desfigurá-lo em propostas de política tradicional.

Problema maior é o do papel que essa proposta desempenhe na unidade do movimento popular. Está claro que nenhuma proposta logrará hoje unificar as tão diversas manifestações populares. Mas deve-se buscar aquela mais capaz de aproximar os setores de vanguarda do movimento (expressão embrionária da autonomia popular) das camadas que recém se mobilizam. Aliás, toda política revolucionária necessita articu-

lar 2 aspectos contraditórios: a autonomia proletária e a unidade do movimento popular. As tendências autônomas são sempre minoritárias enquanto a burguesia mantém seu domínio. A unidade, por isso mesmo, se choca com o fato da maioria encontrar-se ainda submetida a diferentes ideologias burguesas. Trata-se então de apoiar-se nas expressões autônomas não para mantê-las separadas das massas mais atrasadas (e aí degenerariam em seitas impotentes) mas para impulsionar a prática autônoma destas. Então o fundamental será definir as formas e objetivos de luta que realizem na prática essa unidade, por cima das divisões ideológicas.

### Reorganização partidária e unidade popular

Já se tornou lugar comum constatar a pujança dos movimentos sociais hoje no Brasil ao lado da debilidade de sua representação política. Esse processo anuncia a aspiração das massas a tomar em suas próprias mãos a resolução dos problemas que lhes afetam. Mas trata-se de um processo disperso, precário, episódico. Os reflexos naturais após cada ação, os efeitos da repressão patronal, das diferentes condições de vida e de trabalho, das diferentes tradições culturais em cada setor do povo ou região do país, contribuem à reprodução das divisões e atomização. Assim a unidade dos movimentos e organizações de base aparece como condição para que eles se aprofundem, somem, se estendam, com o surgimento de uma força política representativa de um movimento popular autônomo.

Na conjuntura que vivemos a unidade do movimento popular aparece indissolúvelmente vinculada à questão da chamada "reorganização partidária". Cada projeto de partido aparece como proposição de unificação — sob suas bandeiras — do povo. Cada projeto burguês reproduz a divisão das massas de um modo particular. Além disso, mais além da vontade de cada um desses projetos, a reorganização partidária anuncia novas formas de incorporação das massas à vida política, no lugar da repressão pura e simples. Não se pode pretender unificar o movimento de massas ignorando um processo que interfere sobre ele. Devemos fazer com que interfira positivamente.

A "reorganização partidária" — já o sabemos — é uma problemática do regime que precisa hoje desfazer-se do que criou ontem. Mas ao fazê-lo abriu um espaço que foi aproveitado pela esquerda e pelo movimento popular. Mas a questão que se coloca para nós é clara: vamos aproveitar esse limitado espaço no edifício burguês para ocupar o papel

de "representantes" de um povo que continuará subalterno, ou para impulsionar suas lutas e sua organização autônoma?

### A divisão burguesa do trabalho político

Dado o ritmo desigual do desenvolvimento da consciência é normal que setores eventualmente mais avançados assumam sua representação em instituições burguesas. Mas temos que saber que essa representação é sempre deformada e muitas vezes deformante. As próprias condições de vida e trabalho afastam as massas do exercício da política, que se passa num nível que lhes é completamente estranho. Depois das horas opressivas num trabalho alienado (onde nada decidem do que fazem), depois das horas no transporte, depois dos cuidados com a família e a dura luta pela sobrevivência, o pouco tempo que resta é utilizado para alguma pobre distração — o futebol, o botêquim — ou outra evasão que recomponha o equilíbrio espiritual. Nas questões concretas que afetam imediatamente suas vidas — o despotismo na produção, a miséria dos transportes, a carência de água ou esgoto, de assistência médica, o aluguel que é caro ou a habitação que é precária — as massas não têm meios de intervenção. A política se passa num âmbito estranho a elas embora suas decisões lhes digam profundamente respeito (às vezes mortal: pense-se nas relações entre a política salarial e o aumento da mortalidade infantil). O exercício da política fica normalmente reservado às camadas ilustradas que dispõem de formação intelectual, tempo de lazer, recursos, relações.

Na política burguesa cabe às massas apenas referendar com o voto uma ou outra forma do mesmo poder. Os partidos são obrigados a passar pelo crivo das eleições. Mas o exercício concreto do poder, a intimidade da política, ficam muito longe do cotidiano dos trabalhadores. Eles votam (quando votam). Já nem falo dos tremendos obstáculos adicionais colocados pela ditadura) mas não tem condições de controlar o exercício do poder. Porque a essência do poder burguês está no divórcio entre um aparato de estado centralizado e a vida social atomizada. Nesse esquema, os partidos que buscam simplesmente ocupar esse poder não fazem mais do que reproduzir a mesma divisão do trabalho político: às massas, apoiar e legitimar; às elites, elaborar e dirigir. Pode-se até mesmo fazer "política de esquerda" — defender medidas favoráveis às massas — mas será sempre no fundo uma política de reprodução da dominação. Uma política revolucionária im-

plica, antes de tudo, num esforço para romper essa divisão. Isso requer tomar a prática cotidiana das massas como base para a atividade política, dando-lhe um sentido político. Um partido revolucionário não é aquele que pretende realizar uma revolução, mas o que saiba contribuir decisivamente para que as massas o façam. Todo partido traz em si um germen de conservadorismo, de reprodução da submissão das massas e incapacidade de captar tendências novas. Mas também não há possibilidade de coordenação das lutas, reatuação da memória histórica, enfrentamento profissional das tarefas, sem um partido. Para que ele desempenhe sua função deve portanto combater a divisão burguesa do trabalho político. E, no limite, toda divisão social do trabalho político.

### Unidade e autonomia

Claro que se trata de uma longa marcha que apenas se inicia. Mas se queremos encetá-la, é preciso efetivamente caminhar nessa direção.

É verdade que no Brasil estamos muito atrasados no que se refere a tradições democráticas, superação do elitismo, até do barbarismo. Mas por outro lado, as condições mesmas de desenvolvimento capitalista recente terminaram por favorecer elementos embrionários de uma atividade autônoma em setores de massa. Ao promover a rápida acumulação na mais selvagem exploração e negação de direitos elementares, o regime eliminou canais que poderia ter para integrar ideologicamente o povo. Este, lentamente, foi passando das reações isoladas, do individualismo, da apatia, para a resistência coletiva. E nesse longo processo teve que forjar núcleos de organização independente, nas empresas, nos bairros pobres, depois no interior dos próprios sindicatos.

Se valorizarmos assim a proposição do PT foi porque surgiu vinculando a luta social dos explorados à questão da representação política. Essa é uma questão decisiva. Não se trata de fechar-se para outros setores, mas de chamá-los para que contribuam nessa grande tarefa. Não são as massas que devem se incorporar aos projetos da esquerda parlamentar e intelectual. É esta que deve se incorporar aos projetos que surgiram mais próximos das massas. E ajudar a desenvolvê-los.

Esse processo de definição orgânica de uma frente legal ainda não está decidido e só uma visão sectária pretenderia ter tudo fechado. Várias possibilidades de articulações e frentes estão dadas. Mas os critérios e as referências da organização autônoma dos trabalhadores devem estar bem sólidos.

# Figueiredo não mentiu: prende e arrebeta

o governo reprime, prende, processa e mata trabalhadores.  
A escalada repressiva, dia a dia, a ação policial  
contra as mobilizações em Minas Gerais, São Paulo,  
Rio de Janeiro, Brasília, Goiás e Rio Grande do Sul.

Por Tom Duarte



## A escalada da repressão

**Segunda-feira, 13/8:** preso em Porto Alegre o professor Adeli Sell, quando participava da solidariedade à greve dos operários da construção civil.

**Terça-feira, 14/8:** O governador Francisco Pereira assina o convênio que transfere ao Estado poderes para executar os termos do Decreto Lei n.º 1632, que proíbe greves nos serviços essenciais à segurança nacional. Logo em seguida, a greve dos carteiros de Belo Horizonte era declarada ilegal, pelo Ministro do Trabalho.

Ainda em BH, 60 policiais, disfarçados de operários, reprimiram um piquete dos funcionários municipais, ferindo seis trabalhadores. Um deles é internado com suspeita de fratura craniana, o mesmo acontecendo com o operário metalúrgico Benedito Gonçalves, em Divinópolis.

Em Goiás, a polícia militar entra com trabalhadores da construção civil, efetuando várias prisões e ferindo gravemente dois operários. Em Brasília, a PM cercou o Estádio onde os grevistas da construção civil pretendiam realizar uma assembleia, expulsando-os do local. No Rio de Janeiro, depois da cassação dos registros da Sociedade Estadual dos Professores, (SEP), o governo ameaça enquadrar na Lei de Segurança Nacional as direções grevistas. Em Porto Alegre, duas

novas prisões e repressão a duas mil pessoas que participavam de passeata pela Anistia.

**Quarta-feira, 15/8:** Após ter se reunido com o general Golbery, o ministro Murilo Macedo anunciou a disposição do governo em aplicar a LSN nos movimentos grevistas, como forma de fazer voltar "a reinar a calma no país." O Ministro da Justiça Petrólio Portela, por seu turno, afirma que o "governo será inflexível na afirmação de sua autoridade". Já o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho diz que "o Brasil está em pleno estado de desobediência civil".

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Brasília, as tropas do Exército são colocadas em prontidão. Na Bahia e Rio de Janeiro é suspenso o pagamento dos professores em greve.

**Quinta-feira, 16/8:** O Ministro do Trabalho afasta do cargo o presidente do Sindicato dos Bancários de BH, Arlindo José Ramos. No mesmo dia, é preso o bancário Benvenuto Ribeiro dos Santos. Enquanto 300 soldados da PM são deslocados para Nova Lima, MG, quatro grevistas da mina de ouro de Morro Velho são detidos e levados ao Dops, em Belo Horizonte. Ainda em Minas, o Tribunal Regional do Trabalho considera ilegal a greve dos pedreiros das empreiteiras da Açominas.

### Porto Alegre

## Tratamento para pedreiro: pau

Prisões e repressão policial, a única moeda que o governo e os patrões têm para atender às reivindicações dos pedreiros de Porto Alegre (por Luci Ayala e Sérgio Ruckert)

Se não bastasse a história dos patrões e pelegos, que denunciavam a infiltração comunista entre trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre, a "greve dos Arigós", como os próprios pedreiros costumam denominar o seu movimento foi marcada pela repressão desde o seu primeiro dia (segunda-feira, 13), com a prisão do professor Adeli Sell, que colaborava na arrecadação do fundo de greve.

Entretanto, longe de arrefecerem o ânimo dos grevistas, as arbitrariedades policiais provocaram um efeito exatamente oposto. Na terça-feira, por exemplo, o anúncio, durante uma assembleia que reuniu 10 mil trabalhadores no Estádio dos Eucaliptos, de que o líder comunitário Edílio Macedo também havia sido preso, precipitou os acontecimentos. A própria assembleia, aliás, realizou-se num clima nervoso e agitado, reivindicando Cr\$ 25,00 por hora para os serventes, Cr\$ 40,00 para os profissionais, Cr\$ 60,00 para os contramestres e Cr\$ 80,00 para os mestres, os trabalhadores passaram por cima do pelego Felipe Delgado, presidente do Sindicato, impedindo-o de dirigir os trabalhos. O Comando de Greve, formação heterogênea composta não só por trabalhadores da construção civil, como também por estudantes, professores e representantes de outras categorias profissionais, assumiu a condução dos trabalhos.

A falta de unidade do Comando se manifesta pelo número e o desencontro das propostas apresentadas. Finalmente, prevalece, a proposta de passeata sobre o Palácio do Governo, a três quilômetros dali (veja EM TEMPO N.º 77) para exigir a imediata libertação dos presos.

Uma barreira de cavalos e castanetes impedia o acesso ao Palácio. "Estamos aqui apenas para garantir a segurança da população, porque a abertura é ampla", afirmava o comandante da operação. Ao mesmo tempo, cerca de 500 policiais da Brigada Militar, bem armados e munidos de bombas, colocavam-se, por via das dúvidas, em posição de ataque. A amplitude da abertura, anunciada pelo oficial, ficou bem marca-

da quando uma outra passeata, organizada em favor da Anistia, chegou ao local, levando sua solidariedade aos grevistas. Seus dois mil manifestantes foram recebidos com violência pelos brigadianos: 15 feridos vidros dos edifícios próximos quebrados, automóveis depredados, foi esse o saldo da provocação policial. Além disso, duas novas prisões: a do sindicalista Firmino Trindade, da Comissão Regional Pró-PT e a do jornalista Antonio de Moraes Filho, que cobria os acontecimentos para o jornal "Versus".

### Divisão do Movimento

Pelo seu próprio caráter explosivo e a forma espontânea como foi deflagrado, o movimento não conseguiu formar imediatamente uma liderança reconhecida pelo conjunto dos grevistas. Na mesma noite de terça-feira, os remanescentes do comando, reuniram-se para tentar continuar a greve, num local estudantil. Ali, surgiu a proposta de que o Comando deveria, a partir daquele momento, ser integrado apenas por operários e que transferisse sua sede para um dos sindicatos de trabalhadores que participavam do encontro. Essa proposta, que acabou vencendo, encontrou forte oposição de uma minoria sectarizada que, além de rotular todos os sindicalistas presentes de "pelegos" propunha a permanência de uma composição heterogênea para o Comando, que incluisse estudantes e professores. Enquanto o renovado Comando Geral da Greve transferia-se para o Sindicato do Vestuário, contando com o apoio da Intersindical, lideranças comunitárias e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o grupo minoritário, auto-denominando-se Comando de Greve Independente, permanecia na Casa do Estudante, respaldada apenas por uma inexpressiva, mas barulhenta tendência estudantil.

A par disso, contudo, se armava um forte movimento de solidariedade. Lideranças sindicais e comunitárias, a Congregação Católica Livre levavam ao seu apoio, ao passo que 14 unidades da UFRGS paral-

laram as aulas. Em menos de dois dias, o Fundo de Greve arrecadava 50 mil cruzeiros.

Já na quinta-feira, durante nova assembleia no Estádio dos Eucaliptos, os cinco mil trabalhadores presentes começavam a reconhecer uma direção. Não aceitando a divisão do movimento, obrigam, sob vários, o "Comando Independente" a sair do local. Diante da intransigência patronal, o Comando Grevista decidiu propondo à assembleia autorização para que elementos do sindicato participem das negociações, desde que sob o controle do comando de greve.

Recusando na sexta-feira sequer discutir a provocação, contra-proposta patronal (Cr\$ 15,00 a hora para serventes e Cr\$ 23,00 para profissionais), o movimento chegou ao final de semana aparentando um esvaziamento: a sede do Comando no Sindicato dos Vestuários, inexplicavelmente esteve fechada, no sábado, enquanto as rádios anunciavam a celebração de um falso acordo entre representantes patronais e os dos trabalhadores. Na segunda-feira, entretanto, em meio a notícias de que a Delegacia Regional do Trabalho proporia a reabertura do diálogo da categoria, como forma de solucionar o impasse a vitalidade anterior ressurgiu inesperadamente: 5 mil trabalhadores acotovelaram-se no Auditório Araújo Viana. Apesar da fome e das dificuldades que enfrentam, os "arigós" decidem continuar a greve. Piquetes monstros são organizados percorrendo as obras: em Viçosa, a 24 quilômetros de Porto Alegre, 80 operários que construíam o fórum local somaram-se ao piquete. Em Triunfo, a 70 quilômetros da Capital, dois mil pedreiros que trabalhavam no canteiro de obras do Polo Petroquímico deixaram o trabalho.

Enquanto isso, a tradicional reunião-almoço do Sindicato da Construção Civil, das segundas-feiras, transformou-se na mais movimentada dos últimos anos. 77 empresários reconheceram que o "menu" servido era indigesto: pelo menos em 70 obras na Capital, a paralisação era total.

funcionários públicos municipais e estaduais, bancários, etc. — não começou, evidentemente, no dia exato da posse de Figueiredo. Sua origem vem, pelo menos desde a campanha pela reposição dos índices sonogados por Delfim Netto, em 1973 e que culminaram com as greves espontaneas de maio-junho do ano passado, ainda durante o governo Geisel, no ABC paulista, capital, Osasco e interior do Estado.

De lá para cá, vem mudando o tratamento dispensado pelo governo. Enquanto as greves do 1.º semestre de 1978 eram apenas acompanhadas à distância pelo Ministério do Trabalho, já a greve geral dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, e antes delas a dos funcionários dos hospitais e professores estaduais de São Paulo, contaram com uma certa participação (e pressão) dos organismos governamentais, a nível estadual e federal.

Com o novo ciclo de greves inaugurado nos dias que antecederam à posse de Figueiredo (metalúrgicos do ABC e professores do Rio, notadamente) o governo passou a ter uma atuação mais ativa ainda, através da ação do novo ministro do Trabalho Murilo Macedo, supostamente favorável ao privilegiamento das negociações diretas entre patrões e empregados e ao "diálogo". Isso não impediu que, após ter exercido pressões de todas as formas para demover os líderes sindicais do ABC, para que pusessem fim à greve, tivesse apelado para a intervenção nos sindicatos e cassação das diretorias,

Porém, a reintegração dos dirigentes afastados, ainda permitiu que conservasse por mais algum tempo sua aura de liberal.

**INTEGRAÇÃO REPRESSÃO** — No entanto, parece que a dinâmica assumida pelas mobilizações sociais, ultrapassando as fronteiras de São Paulo, fizeram ponto privilegiado em Minas Gerais, sem deixar de atingir outras unidades importantes. Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, principalmente, escapou às previsões do governo. Não só a multiplicação dos eventos, como a rápida radicalização e a explosividade com que marcaram muitos deles, sobretudo aqueles que, como os da construção civil em BH, Brasília e Porto Alegre, surgiram fora do controle dos sindicatos oficiais, fez com que o governo rapidamente se reorientasse taticamente. A violência contra os trabalhadores, ante atos mais ou menos isolados e não referendados pelo governo federal, passou a ser uma constante. Das ameaças de aplicação da legislação excepcional ainda existente, como a Lei de Segurança Nacional e o decreto 1632, que cria as categorias consideradas essenciais — e portanto proibidas de fazerem greve —, passou-se a ação.

Foi o próprio Murilo Macedo quem tomou a iniciativa de anunciar, quarta-feira, 15 de agosto, que vai aplicar rigorosamente a lei contra as greves, como forma de "preservar o processo democrático". Reconhecendo que as greves fugiam ao controle do governo, ele considerava o rigor das punições — de dois a 12

anos de prisão — como uma das únicas formas de conter a crescente radicalização dos trabalhadores. A intervenção dos sindicatos dos bancários de BH, e Uberlândia, o enquadramento de dirigentes grevistas na LSN, as prisões e a repressão praticada pelas forças policiais, inclusive redundando na morte de mais um operário, em Minas Gerais (ver o quadro e matéria nesta página) são provas de que o Ministro do Trabalho não estava blefando.

Entretanto, o próprio Murilo Macedo era o primeiro a reconhecer que somente a aplicação da LSN e a repressão policial não seriam suficientes para por fim às greves. "Por isso, no mesmo dia, informava aos jornalistas que, ainda este mês o governo encaminhará ao Congresso Federal um projeto com a nova legislação sobre salários, estabelecendo novas periodicidades para os reajustes (não está estabelecido se serão trimestrais, quadrimestrais ou semestrais). Tanta generosidade, diga-se de passagem, não é gratuita: segundo o mesmo Macedo, ela se explica porque "somente uma boa notícia seria capaz de esfriar os ânimos dos trabalhadores brasileiros".

Resumindo: o governo não pode mais consentir que os trabalhadores encontrem suas próprias soluções para os conflitos sociais. A velha tática repressão/integração, isto é, reprimir com energia ao mesmo tempo que faz algumas concessões, surge com toda a força, procurando dobrar a força e o ímpeto dos trabalhadores.

### Divinópolis

## Ditadura mata mais um

Algumas semanas depois da morte do operário da construção civil Orestílio Martins Gonçalves, em Divinópolis, no Estado de Minas Gerais, ocorreu outra morte, causada pela violenta repressão policial que tem caracterizado a atuação do governo. Dessa vez a vítima foi o metalúrgico Benedito Gonçalves que sofreu traumatismo craniano, após um confronto com uma tropa de choque.

A greve dos metalúrgicos de Divinópolis decretada sábado, dia 11, praticamente paralisou a cidade: 65 empresas pararam, num total de 6 mil trabalhadores, sendo a maioria da Siderúrgica PAINS, onde trabalhava Benedito (2.100 operários). Somente na segunda-feira o Sindicato foi procurado apoiando a greve, apesar de ter pego "o bonde andando".

Também na segunda-feira, os trabalhadores receberam o primeiro troco dos patrões: após uma assembleia realizada no campo do Flamengo, 3 mil metalúrgicos saíram em passeata para fechar as fábricas que ainda trabalhavam. Quando o piquete monstro estava na Forjaria São José, chegou de surpresa a tropa de choque distribuindo bombas e

pancadaria por todos os lados. O saldo foi vários operários feridos. Um deles era Benedito Gonçalves, que veio a falecer uma semana depois, vítima de traumatismo craniano. Quem estava financiando os 150 policiais da tropa de choque vinha da cidade vizinha, Bom Despacho, era a própria PAINS, fornecendo alimentos e tudo mais.

### Pancadaria e bombas

Na porta da Forjaria São Luis, os policiais colocavam os cassetetes a uma pequena distância do chão, onde os operários tropeçavam e eram levados para trás do "ônibus" para a pancadaria maior. Bombas por todo lado. Alguns foram presos, embora liberados rapidamente. Benedito Gonçalves foi um dos alvos da repressão.

Benedito, com uma pancada na cabeça, juntamente com outro companheiro que estava ferido, foi levado pela polícia para o Hospital São João de Deus para fazer um "curativo".

As 8 horas da noite Benedito recebeu alta. Maria da Conceição Gonçalves, esposa de Benedito, levou-o para casa. Segundo ela, "ele não conseguiu falar direito, dizia tudo embolado, foi preciso que os vizin-

hos ajudassem para ele chegar em casa carregado". Seu filho afirmou que Benedito dizia "bomba, bomba".

As 1:15 da madrugada como Benedito estivesse muito mal, a família resolveu levá-lo ao Hospital. Lá, ele foi imediatamente levado para a sala de operações, com traumatismo craniano.

Para o médico que o atendeu no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) o caso era muito grave, de difícil recuperação. A causa do traumatismo era desconhecida, e só um perito legal poderia fazer o diagnóstico, concluiu ele.

Na segunda-feira, dia 20, às 14:30 horas, Benedito Gonçalves faleceu. Era pai de 5 filhos, e na data de sua morte completava 48 anos de vida. Estava afastado da PAINS onde trabalhou 10 anos — por motivos de saúde. Maria da Conceição está tentando junto ao juiz uma autorização para receber a pensão do marido, relativa até outubro, data do término dado pelo INPS para sua licença.

### As reivindicações

Os seis mil metalúrgicos de Divinópolis reivindicam um piso salarial de 5 mil cruzeiros, aumento de 80%, estabilidade de três anos para a comissão, pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade, doação de dois uniformes por ano e material para proteção, além de outras reivindicações.

Os patrões fizeram uma contra-proposta de 25% de aumento, que não foi aceita pela assembleia da categoria. Na terça-feira, a comissão de greve dirigiu-se a Belo Horizonte para as negociações, mas não foi recebida na Delegacia Regional do Trabalho e nem mesmo os patrões compareceram. Na próxima sexta-feira será o julgamento do dissídio. Tudo leva a crer que a greve será julgada ilegal, sob a alegação de que o último acordo vence somente em novembro.



Operários de Divinópolis no enterro de Benedito

### Nova Lima

## Terror: PM na cidade do ouro

A Mina de Ouro Velho, em Nova Lima, Minas Gerais, está em silêncio, com toda a sua poeira cinza, que ataca os pulmões dos mineiros, depositada no chão. É a greve do ouro, que há mais de uma semana unifica os mineiros da região em torno da luta por um piso salarial de 8 mil cruzeiros, pela aposentadoria aos 15 anos de trabalho e pelo pagamento do adicional de insalubridade. Esses dias de silêncio nas minas têm sido dias agitados e violentos na cidade. Na última terça-feira, tropas da Polícia Militar ocuparam Nova Lima, criando um clima de terror, invadindo o acampamento dos mineiros em greve, prendendo e enviando-os ao DOPS, na Capital, quatro operários (liberados dois dias depois, após ficarem incomunicáveis e sem alimentação) e espantando os grevistas reunidos em assembleias.

A primeira mina a parar foi a de Bela Fama, a menor das seis da região. Dois marinheiros decidiram paralisar o trabalho e foram seguidos pelos outros mineiros. O acordo salarial firmado pelo Sindicato, pouco antes, não agradara os trabalhadores. A comissão de seis mineiros da Bela Fama, que logo após, foi a diretoria reivindicar aumento recebeu um solene "não". O clima de greve estava criado.

Da Bela Fama paralisada saíram os piquetes que conseguiram a adesão dos mineiros que trabalham no centro da cidade, na Mina Grande e na Mina Velha. O Sindicato,

a esta altura, foi chamado a apoiar o movimento. Recusou-se. Os grevistas, no entanto, não desistiram. Como uma queda de domínio, uma a uma as minas foram sendo paralisadas. A greve tornou-se geral na região, com a participação de cerca de 4 mil mineiros.

### Apoio na marra

No último sábado, os grevistas conseguiram dobrar o presidente do Sindicato e obter o seu apoio ao movimento. Foi a primeira assembleia realizada depois da onda repressiva e da posterior libertação dos quatro mineiros presos. Foi também o início da organização do movimento, até então quase inexistente. Ainda na assembleia de sábado, os grevistas receberam a solidariedade de ativos dos presidentes dos sindicatos dos petroleiros e dos gráficos, Jaime Maia, dos gráficos, foi enfático ao declarar aos mineiros concentrados na praça Bernardino de Lima: "Não arredem pé do movimento, porque ele é justo e a sua luta é legítima".

### Patrões do ouro

Os próprios patrões, cuja primeira resposta, no segundo dia de greve fora a repressão aberta, mudaram de conversa. Passaram às ameaças veladas — a empresa é de "segurança nacional — e a promessa de "atitudes dentro da lei", à espera das negociações no TRT.

A Mineração Morro Velho é propriedade de Walter Moreira Sales — poderoso integrante da bur-

guesia paulista, dono do União de Bancos, um dos grandes conglomerados financeiros de país — e da Anglo-American, um truste transnacional de extração de minérios. As condições de vida e trabalho dentro das minas são também de responsabilidade dos seus donos. Além da poeira cinza que continuamente polui e ambiente de trabalho, provocando o endurecimento das paredes dos pulmões dos mineiros (silicose ou pneumoconiose silicótica, como a doença é catalogada pelos médicos) a temperatura dentro das minas oscila bruscamente de 10 a 50 graus centígrados. Os registros do INPS, de 1974, indicam que o índice de acidentes na Mina Morro Velho chega a ser de 1,2 por operário ao ano. Somente naquele ano, 5.800 acidentes, dos quais resultaram três mortes e 157 mineiros inválidos para sempre. Quem fica doente de silicose vira também escravo da mina e não consegue de modo algum outro emprego. Não é por menos que os mineiros da região são conhecidos como os "homens cinza" — eles carregam a poeira e a morte das minas junto com eles.

### Vitória em 19º

Essas mesmas condições de trabalho foram também responsáveis pela última greve na região, em 1953, que durou 23 dias e foi completamente vitoriosa. Nenhum grevista foi punido e 80% dos dias parados foram pagos. Os mineiros buscam hoje uma vitória semelhante.

Entre a assembleia de três mil bancários que deflagrou a greve e a reunião de trezentos bancários no entardecer de sexta-feira que reconheceu a derrota do movimento grevista, sucedeu-se uma série de episódios que esmagaram o ânimo da categoria e confundiram a direção dos grevistas. A violência policial ostensiva na porta de cada banco e a intervenção de Murilo Macedo no sindicato, somadas à traição da maior parte de seus diretores, e a ação coordenada e hábil dos banqueiros levaram à derrota a primeira greve dos bancários mineiros nestes últimos dez anos.

# Derrota em Minas não desanima bancários

A greve dos bancários em Belo Horizonte ter minou com o afastamento do presidente do Sindicato dos Bancários, Arlindo Ramos, e de três dirigentes sindicais do Sindicato de Uberlândia. Apesar disso, as campanhas salariais em São Paulo e Porto Alegre continuam, com a categoria rai mobilizada.

## A polícia neutraliza os piquetes

Deflagrada com a presença de um quinto da categoria, a greve dos bancários de Belo Horizonte necessitava de uma sólida organização para se assentar nas bases. E só haviam dois caminhos para isso: ou o movimento contava com bem enraizadas comissões de banco que garantissem a paralisação do conjunto da categoria, neutralizando as pressões dos banqueiros e gerentes dentro dos bancos, ou se valia da ação dos piquetes que, trabalhando o descontentamento generalizado quanto aos salários, viesse a consolidar o movimento. Era generalizada na direção do movimento a avaliação de que embora se observasse um inusitado crescimento das comissões de banco, elas eram ainda insuficientes para garantir a vitória sobre os banqueiros. Tanto que a hesitação prevaleceu até o momento da assembleia de deflagração da greve. Restavam os piquetes. E foi na sua organização que os seiscentos bancários mais mobilizados passaram o dia de quarta-feira que antecedeu ao primeiro dia de greve.

As 9,00 horas da manhã de quinta-feira, na rua Espírito Santo, no centro da cidade, onde se concentraram as matrizes dos principais bancos, o clima era de tensão. Policiais armados de cassetetes gigantes impediam qualquer número de bancários de piquetejar às portas dos bancos. Cavalarias da PM percorriam as ruas, se encarregando de dispensar os grupos maiores. Os piquetes, formados por grupos de cinco a dez bancários, não encontravam jeito de exercer uma pressão maior sobre os fura-greves. Apesar disso, entre 10 e 12 horas, com exceção do Bradesco, a grande maioria dos bancos ou não estava funcionando ou funcionava precariamente. No Banco do Brasil, no início, a adesão foi total de seus 700 funcionários. O Banco Nacional, o Comind, o Banco América do Sul, o Bemge, o Banco

Real e o Banespa estavam fechados. Os restantes funcionavam precariamente, com a participação de elementos da chefia.

Impotentes, os piquetes pouco a pouco, vão se dissolvendo e se agregando. Um grupo de cem bancários corajosamente, sob a mira dos policiais, estende a faixa "estamos em greve" e ensaia o coro "bancário unido jamais ser vencido". Iniciam uma passeata para o sindicato, situado a poucas quadras dali e única referência àquele altura. Com a intervenção ameaçadora dos policiais, o grupo se dispersa até encontrar mais na frente uma massa maior de bancários e juntos se dirigem ao sindicato.

As 11,00 horas, no sindicato, no momento decisivo dos piquetes, seiscentos bancários estão reunidos. Um membro do comando de greve propõe a formação de um único piquete volante. Já na rua o piquete volante não consegue andar, imobilizado pelo aparato de choque da polícia. Na sala da diretoria, Arlindo Ramos, presidente do Sindicato, procura falar com Francelino Pereira, mas o governador responde que "a greve é ilegal e que o reforço do policiamento é feito para dar garantia a população". Nas ruas, o comandante do policiamento afirma que a ordem é "impedir a passeata a qualquer custo".

Imobilizado o piquete, a direção da greve, após um longo período de hesitação, propõe que os bancários partam em pequenos grupos para a porta da matriz do Banco do Brasil, ponto-chave já que lá o movimento havia encontrado total adesão pela manhã e que o dinheiro de todos os bancos saía de lá. A proposta é feita no calor da hora, e em meio ao aglomerado de bancários encurralados pela polícia. Tem início uma passeata espontânea, tentativa desesperada dos bancários de furar o bloqueio policial. O confronto é violento. Três bancários são feridos a golpes de cas-

setete e patas de cavalo. A passeata se dispersa.

Os banqueiros haviam conseguido, com a ajuda da polícia, o que desejavam: criar uma barreira entre a fração mais mobilizada e o restante da categoria. Os bancos, à tarde, funcionando, mesmo precariamente, assegurando para os bancários incôscios a imagem da derrota do movimento grevista. A greve começava a trilhar o caminho da inevitável derrota.

## A ofensiva dos banqueiros

"Banco faz parte de atividade essencial. Bancário só pode parar quando tiver cobertura jurídica. Fora disso, não tem direito de greve", afirmava Sandoval de Moraes, presidente do Sindicato dos Bancos, na sexta-feira quando a greve já estava em franco declínio. E foi baseado no argumento de que a greve é ilegal que os banqueiros jogaram a polícia nas ruas e passaram a ofensiva.

Na quinta-feira, em Brasília, Murilo Macedo decretava a intervenção do sindicato determinando o afastamento de Arlindo Ramos, único diretor a apoiar o movimento. Assim, assumia à frente do sindicato o restante da diretoria, autora de um documento, que chegara às mãos do Delegado Regional do Trabalho, acusando Arlindo de "incitar a greve".

Também em Uberlândia, três dirigentes seriam afastados de suas entidades.

Estava assegurado o segundo passo na estratégia dos banqueiros: retirar o apoio material e político do sindicato ao movimento grevista, aprofundando o isolamento da sua fração mais mobilizada, que indignada havia comparecido ao final da tarde no sindicato para votar pela continuidade da greve". A diretoria, entende que esta foi uma pseudo-greve, começava o informe das decisões da diretoria recém-empossada, concluindo pela destituição do comando de greve e pela decisão de não imprim-

mir o boletim do comando. Este, por sua vez, respondeu afirmando a sua decisão de só se considerar destituído pela assembleia pela qual havia sido eleito e convocou a todos para garantir uma nova assembleia. Não tinha meios, porém, de fazer valer a sua decisão, cada vez menos em condição de centralizar o movimento em reflujo. A assembleia, com apenas trezentos bancários, foi realizada em clima de derrota.

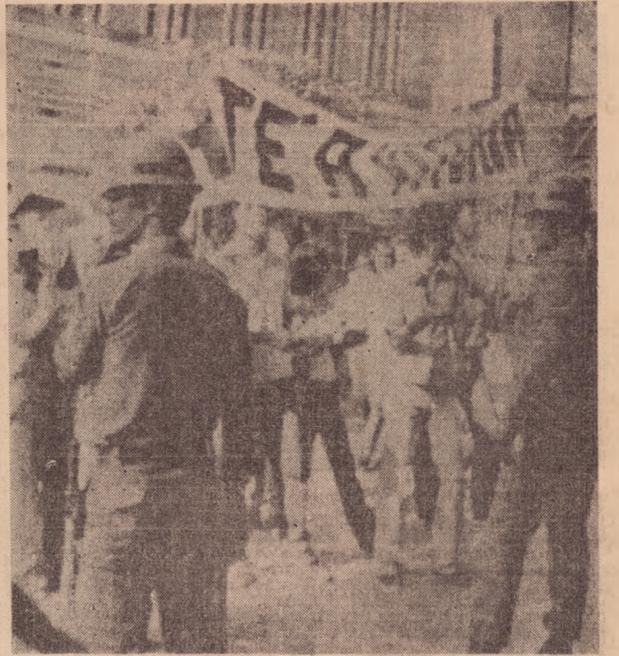
Agora a questão era fazer frente à caça às bruxas que os banqueiros, fortalecidos, obviamente promoveriam. E ela começou na própria sexta-feira com a prisão de dois membros do comando de greve, sequestrado de forma brutal em plena rua por policiais a paisana.

Prevalcia a lei dos mais fortes: enquanto nos bancos, policiais continuavam a garantir o fornecimento, nas mesas de negociação, os banqueiros com arrogância propunham um aumento ridículo de 5% sobre o índice oficial. Em Brasília, o ex-bancário Murilo Macedo, que um dia antes da greve apelava a seus ex-colegas a não atenderem a decisão da greve, declarava hipocritamente que "a situação em Minas está melhorando".

## RS: reivindicação conjunta de 23 sindicatos

A campanha salarial dos bancários gaúchos continua, apesar dos acontecimentos em Minas Gerais. As principais reivindicações dos gaúchos são reajuste salarial de 86%, adicional de 100% para a hora-extra e antecipação da data do dissídio de 1.º de novembro para 1.º de setembro. Essas reivindicações estendem-se aos 23 sindicatos bancários existentes no Rio Grande do Sul.

Segundo Wilson Gomes de Moura, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), as possibilidades de greve da categoria ainda não estão afastadas no Rio Grande do Sul, como também em São Paulo.



## São Paulo: patrões tentam dividir o movimento

Em São Paulo, a campanha salarial dos bancários começou em junho. Em julho, com o Congresso Municipal dos Bancários, foi decidida a reivindicação básica da campanha deste ano: 50% mais Cr\$ 3.000,00 sobre os salários de 1979. Essa reivindicação estendeu aos bancários do Estado de São Paulo e do Mato Grosso com a realização do Congresso de Bauri, que significou um avanço significativo com a unificação de lutas a nível estadual.

Ao mesmo tempo que davam continuidade à campanha salarial, vários incidentes obrigaram os bancários a manter-se mobilizados. Ocorreram cerca de 400 demissões no Banespa, com a extinção da função de auxiliar de escrita e por volta de 300 demissões, no Comind, de empregados com cinco a dez anos de casa.

Com a continuidade das mobilizações pela campanha salarial, os bancários paulistanos realizaram em

agosto um ato público de entrega das reivindicações aos patrões, com uma passeata pelas ruas centrais da cidade. Os patrões, por outro lado, não apresentaram uma contra-proposta às reivindicações dos bancários, como era de praxe. Tendo em vista romper com a unidade dos bancários a nível estadual, os patrões tentaram conseguir acordos em separado com os sindicatos do interior, para inclusive garantir-se de mão-de-obra proveniente das outras cidades, no caso da eclosão de uma greve em São Paulo.

Aguardando uma contra-proposta patronal, os bancários realizaram uma assembleia com 2.000 pessoas e um ato público em apoio aos bancários de Belo Horizonte em greve.

Espera-se que os patrões apresentem uma contra-proposta em torno de 60% de reajuste. Embora o fracasso do movimento grevista de Belo Horizonte tenha desestimulado a deflagração de outros movimentos grevistas, em São Paulo o nível de mobilização permanece alto.

Já foram feitas análises do movimento grevista de Belo Horizonte. Algumas são pretensiosas e desastrosas como a da Revista "Veja" de 8 de agosto de 1979, sobre a greve dos operários da Construção Civil. Talvez não sejam tão desastrosas para a burguesia que se acha muito bem servida com análises moralizantes e alarmistas do estilo de "Veja". Mas deixemos para outra vez a análise da reação da burguesia sobre o movimento popular de Belo Horizonte.

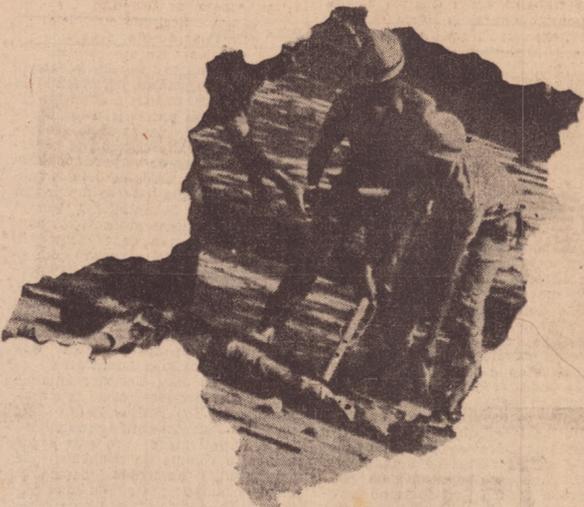
Hoje pretendemos somente levantar algumas reflexões sobre o movimento real das massas trabalhadoras da Região Metropolitana de BH. Um primeiro reparo deve ser feito em relação as "causas" do movimento grevista. A imprensa burguesa está se perguntando: "Por que em Belo Horizonte, em Minas?" De fato, foi afirmado ao presidente da FIAT, no princípio da década de 1970, que se tratava de um operariado dócil, passivo, e até ingênuo. Quando se tentou procurar as causas desse movimento em Minas, muitos fixam-se em causas isoladas e externas à classe operária: incompetência do Governador, complô teleguiado de Brasília por setores da burguesia interessados em desestabilizar o governo local, fracasso do modelo mineiro de desenvolvimento, custo social exagerado do mesmo desenvolvimento, maior elevação do custo de vida no Brasil, desequilíbrio normal de um projeto de abertura, lideranças operárias despreparadas. Portanto, para os analistas que se acomodam com essas explicações, causas e efeitos estando claramente relacionadas, as soluções também devem ser parciais e setoriais. Algumas mudanças de pessoas ou de defeitos do modelo devem ser corrigidos. Mas parece-nos que as greves não foram episódios esporádicos provocados por elementos desequilibrados ou agentes "infiltrados", esse "Deus ex machina" de ideologia de direita. Acreditamos, ao contrário, que essas greves se situam dentro de um movimento profundo de transformação das relações de trabalho e da vida urbana numa cidade que teve o privilégio de congregar todas as contradições do avanço do capitalismo, pos-64, principalmente.

## O modelo mineiro

As características do "modelo mineiro de desenvolvimento" são suficientemente conhecidas para não serem aqui citadas, se bem que deveriam ser reanalisadas em trabalhos posteriores. São típicas de uma revolução burguesa pelo alto, através da dominação dos segmentos da burguesia que se utilizam do aparelho de Estado, e que dispõem de um planejamento altamente sofisticado, tanto a nível industrial como urbano. Foi campo de exploração não somente a relação de produção e de trabalho, mas também a cidade através do mercado da terra, da especulação imobiliária, da exploração capitalista das condições de vida da população, como saúde, transporte, moradia. Tudo foi cientificamente racionalizado para e pelo capital, dentro da Região Metropolitana da Grande BH. Por isso, e não somente em consequência, o custo social do desenvolvimento foi muito elevado, a exploração de todas as relações sociais foi a condição exclusiva e necessária da acumulação que rendeu dividendos faraônicos aos empresários estrangeiros e locais. O desen-

# Por que Minas Gerais?

O "surgimento e a organização da luta dos trabalhadores, a nível do cotidiano, a partir das condições de vida e de trabalho e, portanto, de uma nova prática da classe operária" são os principais determinantes da intensa mobilização social ocorrida nos últimos meses em Belo Horizonte. É o que afirma o professor Michel Marie Le Ven, em artigo especial para o EM TEMPO.



volvimento industrial e urbano foi feito na base da exploração dos trabalhadores concentrados em Belo Horizonte depois de terem sido expulsos do campo ou das cidades periféricas. Durante 10 anos, a população trabalhadora se tornou o objeto da exploração, tanto nas relações de trabalho como na cidade através da moradia, e do transporte que foram custados por ela em detrimento da saúde e da vida social. A população de Belo Horizonte se transformou numa população fisicamente exausta pelo aumento da taxa de lucro dentro e fora das fábricas.

Não foram a benevolência da abertura, nem simplesmente a fome que jogaram de repente essas categorias no centro da cidade, nem muito menos elementos estranhos à classe. Continuar afirmando isso, é mascarar dois aspectos da realidade social de Belo Horizonte nestes últimos anos: o surgimento e a organização da luta dos trabalhadores a nível cotidiano a partir das condições de vida e de trabalho, e portanto, a criação de uma nova prática da classe operária em Belo Horizonte. Isto sim, é consequência inelutável da exploração capitalista, e muito mais de nossa superexploração: as novas lutas da classe operária surgem a partir da violência da exploração e respondem à altura da mesma. As formas atuais de luta são a continuação e a reorientação de lutas que vinham se realizando a partir das condições de vida urbana a nível do bairro, e da vida social. Com isso, hoje em Belo Horizonte constituiu-se uma

classe operária numerosa, nova, que chega a expressar ter entendido que todo o desenvolvimento se faz à custa dela, e que identificou seus exploradores, e as causas da exploração. Um fato mostra explicitamente isso: o governo do Estado mandou construir uma série de "casas" de papelão para os flagelados, e os desfavorecidos, em janeiro. Ora, até hoje estas casas estão vazias; a população recusou-se a habitá-las, porque realmente não se tratava de habitação digna.

## Os operários tomam a iniciativa

Os trabalhadores se reconhecem iguais e começam a luta sobre a causa fundamental da sua exploração, o salário, a jornada e as condições de trabalho, enfim a sua condição de trabalhador. Chegaram a identificar a luta urbana e operária contra o Capital e o Estado. Segmentos dessa classe operária são novos, não somente pelos anos de vida, mas principalmente por suas características: não conheceram o "populismo", aliás muito fraco em Belo Horizonte, nunca foram cooptados e não se deixaram envolver pela máquina sindical. Os trabalhadores tomaram a iniciativa de sua mobilização dentro e fora das fábricas. Pode-se mesmo afirmar que as massas trabalhadoras de Belo Horizonte se anteciparam aos projetos de políticas sociais elaboradas em gabinete para futuras conquistas eleitorais. Todos os "políticos" estavam preparados para resolver os proble-

mas da cidade e da sociedade. Mas os operários tomaram a iniciativa, com o agravante de apontar as verdadeiras soluções de maneira autônoma e pioneira. Por isso, muita gente que estranha ainda o fato de ter uma classe operária em Belo Horizonte, vai ter que conviver com ela.

## Identificam-se como trabalhadores

Vem aí a segunda grande característica das lutas atuais. Os trabalhadores se identificaram como trabalhadores, reunindo-se em torno de suas categorias profissionais. Não são mais os pobres, os desfavorecidos, os "renda baixa", mas são os pedreiros, os comerciantes, os motoristas que exigem melhores salários, melhores condições de trabalho, impunidade das lideranças próprias. E essas categorias reconquistam a cidade, a praça pública, a rua, a manifestação e principalmente a assembleia da classe. No movimento, cada categoria recebe a solidariedade das demais, sem distinção de categoria, de cor, de estudo, até de salário. Esta reafirmação da solidariedade do trabalho é um elemento fundamental da solidariedade de classe, que deixou muito transparente a divisão do trabalho, e portanto de classe. Com isto não queremos afirmar que nunca houve lutas operárias em Belo Horizonte, sabemos, ao contrário, que elas existem desde a criação da cidade. Mas o que pretendemos afirmar é que hoje elas estão se dando ao nível da própria intensidade e extensão da exploração vivida em todas as categorias. A diferença de São Paulo, é que não existe no momento uma fração da classe que tenha a liderança, como no caso dos metalúrgicos do ABC.

As greves revelam ainda um passo dado pelo movimento operário mineiro. Enquanto a burguesia se extenua para qualificar a democracia que pode ser tolerada e concedida, as massas trabalhadoras praticam a democracia. Primeiro, tomam a iniciativa das formas de luta: as reivindicações se fazem com ou sem o consentimento dos sindicatos de classe, ou melhor, das diretorias sindicais. Todas as greves foram decretadas por assembleias, todas tiveram comandos de greve formados por trabalhadores. Em regra geral, as decisões foram tomadas por assembleias reunidas em praça pública. Portanto, as greves nascidas a partir das condições reais dos trabalhadores — salários, condições de trabalho — foram conduzidas por eles com maior ou menor grau de organização, evidentemente. Nasceu assim, uma nova prática operária, que, com certeza, deixará marcas permanentes na organização da classe. Por enquanto, nenhum grupo social não-operário conseguiu capitalizar o movimento operário, nem o Estado nem os partidos vigentes. Há, com certeza, lições que podem ser ti-

radas pelos dirigentes sindicais para o movimento e estrutura sindical, que se pretende às vezes reformar de cima para baixo.

## Dimensão política

É evidente que será necessário um estudo mais aprofundado para uma correta avaliação dos ganhos imediatos das greves. Em termos salariais, talvez sejam somente os motoristas de ônibus que conseguiram o salário exigido. Isto vem mostrar sobretudo, a força dessa classe e a debilidade da ordem capitalista no plano urbano-industrial instalado aqui nestes últimos anos. Belo Horizonte ficou à beira do colapso a partir de duas greves rápidas: dos motoristas e trocadores de transportes coletivos e dos motoristas de caminhão de transportes de combustível, de carvão vegetal e de minério. Um ponto de reflexão sério para os técnicos do modelo mineiro de desenvolvimento!

Enfim, discussões posteriores com amplas faixas da população serão necessárias para avaliar a dimensão política do movimento operário de Belo Horizonte, inclusive em termos de organização partidária. Um fato patente é a autonomia desse movimento em relação aos partidos. Mas o problema fundamental é a compreensão da iniciativa das massas e de sua capacidade organizativa que não pode ser podada por nenhuma visão politicista de partido tradicional. Um partido dos trabalhadores deverá aprender a caminhar com as massas e aprender delas que a política é em primeiro lugar as relações sociais reais de trabalho e de vida coletiva. A prática política operária coloca a precedência da ação das massas na forma de lutas "espontâneas" sobre a organização sindical e partidária. Não resta dúvida que as grandes greves do ABC, as greves dos professores do Estado de Minas foram profundamente educadoras do movimento atual. O problema político fundamen-

tal é portanto o da convergência das forças sociais em cima de seus problemas reais, e com vistas a uma transformação nacional. Mas, com efeitos imediatos, podem ser notados a revelação da força dos movimentos populares e seu alcance político. O primeiro, teve lances até pitorescos mas relevantes. O movimento desmascarou a ordem burguesa e sua suposta força imperial. Ao contrário, foi demonstrada sua fragilidade, através, entre outras coisas, do aparecimento que tomou conta da burguesia que porém, tem muitos anos de tradição autoritária. Um colunista social foi mais avisado, recomendando aos seus pares "começar a saber dar um pouco para não perder tudo!".

Mas efeitos dos mais substanciais foram conseguidos em relação às regras políticas atuais. Todas as greves exigiram um salário em torno de 8.000,00 cruzeiros mensais. Há portanto, um consenso afirmando que isto tem que ser um mínimo. Como as greves do ABC tinham desmitificado a lei anti-greve, as de Belo Horizonte desmitificaram a lei do arrocho salarial absolutamente intocada nos meses últimos anos. Há quem diz que o Superior Tribunal do Trabalho não vai homologar os pisos salariais conseguidos pelos pedreiros de Belo Horizonte, por criarem um precedente perigoso. O fato é que se criou o problema para os homens no poder.

Por outro lado, a invenção do "salário indireto", que sempre foi muito inoperante, foi contestada na prática, ninguém se lembrando de cobrar uma melhor aplicação desses benefícios, uma vez que a reivindicação foi unicamente sobre o salário. Quebrou-se assim, uma dominação ideológica de mecanismos incontestados até hoje de um Estado todo-poderoso. Quantos servidores de pedreiro afirmaram publicamente nas assembleias e até na missa pelo operário morto: "Nós fazemos tudo isso" (olhando para sua cidade) ou "o sangue desse trabalhador é que fecunda as nossas vidas". A libertação cultural também parece ter sido um dos ganhos efetivos desses dias.

**Assine EM TEMPO e receba Liberdades Democráticas em casa toda semana**

Nome: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Desjeje uma assinatura: ANUAL Cr\$ 600,00  ANUAL US\$ 80,00   
 SEMESTRAL Cr\$ 350,00  SEMESTRAL US\$ 50,00

Faça o depósito em cheque em nome do Banco em nome da Editora Apans 1.8

Rua Mateus Grau, 97 - Pinheiros - São Paulo - Fone: 853-6660  
 Rua Bernardo Guimarães, 1864 - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30.000

**APROVEITE PROMOÇÃO ESPECIAL POR POUCOS DIAS!**

# sindical

# piquetão



Custo de Vida volta à Praça da Sé

No dia 27 de agosto de 1978, 30 mil pessoas concentradas na Praça da Sé, em São Paulo realizavam uma assembleia de encerramento da campanha promovida pelo Movimento contra a Carestia e que angariou 1.300 mil assinaturas, num abaixo assinado dirigido ao então presidente Geisel, protestando contra a elevação do custo de vida e exigindo o imediato congelamento de alguns alimentos de primeira necessidade.

Passado um ano, nenhuma das reivindicações do MCC foi atendida, o custo de vida, pelo contrário continua subindo, (chegou a 43,5 nos últimos 12 meses), puxado pelo galope da inflação, nenhum alimento teve seu preço congelado. Entretanto o MCC cresceu, estendeu-se a outros Estados, realizou dois encontros nacionais, um em janeiro, em São Paulo, o outro em Belo Horizonte, no mês de julho, ligou-se aos demais setores populares, participando ativamente no apoio ao movimento grevista, em todos os lugares, ajudou a organizar as manifestações do primeiro de maio unitário, seguindo um caminho natural de identificação mais estreita com as lutas da classe operária. Ao mesmo tempo, incorporou novas bandeiras de luta e que serão os pontos centrais da concentração que o MCC realizará em São Paulo, no domingo, dia 26, às 15 hs na mesma Praça da Sé, no Dia Nacional de Luta contra a Carestia: abono de emergência de 30%, salário mínimo nacional unificado, reforma agrária e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

## Dedos duros e puxa sacos na Fiat

Os operários da Fiat, em Betim estão indignados com um chefe de equipe, o Aguiar Pereira da Silva, registro 350, oficina 68, equipe 6811: é que o cujo, para não perder o emprego, está prestando depoimentos falsos, em favor da empresa, na Justiça do Trabalho. O piquetão está tão exagerado que até mesmo chegou a ser ameaçado de prisão pelo próprio juiz do trabalho do Betim, caso continuasse a mentir tão (mal) e descaradamente.

Mas o Aguiar não está sozinho, coisa ruim sempre vem acompanhada. Por exemplo o Geraldo Faria, registro 0477, também da equipe 6811 está com ele e não abre, o mesmo acontecendo com o José Marcos Neves, o Zequinha, eletricitista III da equipe 6811. Cuidado com a trinca pessoal da FIAT.

## Petroquímicos da Bahia: "Nossa arma é a greve"

Em no dia 27, também os petroquímicos baianos estarão se concentrando em assembleia: é que nesse dia eles vão decidir, caso não surja um acordo satisfatório nos próximos dias, se entram em greve. Na última assembleia da categoria, realizada no dia 18, mais de três mil trabalhadores resolveram recusar-se a aceitar as migalhas oferecidas pelos patrões — aumento igual ao índice oficial mais um fixo de Cr\$ 900,00. A moçada, que está em vigília permanente no sindicato, organizando a campanha, nem se moveu: é 60 por cento e mais um fixo de Cr\$ 3 mil ou greve. Quem quiser, que pague para ver.

## Assembleia abre campanha dos metalúrgicos em São Paulo

Na sexta, 24, vai ter gente entrando pelo ladrão, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na rua do Carmo. É que se abre oficialmente a campanha salarial de 1979 (o dissídio é em novembro). Se os patrões engrossarem, como parece mais do que certo, é bem possível que a moçada do metal tenha que partir para a paralisação. E, por isso, tem gente preocupada desde já em evitar os mesmos erros do ano passado, quando após uma greve geral que durou três dias, o Joaquinão conseguiu dar a volta por cima e impor à categoria o acordo desejado pelos patrões. Segundo a Oposição Sindical, o negócio é preparar cuidadosamente a campanha, região por região, fábrica por fábrica, comparecendo massivamente às assembleias do sindicato, porque "a luta é demorada". Além de propor que nenhum trabalhador faça horas extras nos próximos três meses, para evitar que os empresários possam fazer estoques, a OS está lançando a ideia da formação do Fundo de Greve, condição necessária para os metalúrgicos aguentarem o tranco de um movimento mais prolongado.

## Unificação das campanhas salariais em São Paulo

E por falar em campanha salarial: as mais diversas categorias de trabalhadores, que tem seu dissídio marcado para o segundo semestre estão articulando a unificação das campanhas, como forma de dar maior coesão à sua mobilização. Dirigentes têxteis, bancários, metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, jornalistas, gráficos, químicos farmacêuticos, marceneiros, vidreiros, comerciantes, alimentícios, petroleiros, já fizeram duas reuniões, na sede dos metalúrgicos de São Paulo, buscando os pontos de coesão. Em princípio, a ideia é centrar sobre três questões básicas: índice de reajuste unificado (50%), salário mínimo de Cr\$ 7.200,00 e um fixo único de Cr\$ 3.000,00 além de outras como estabilidade no emprego, etc. Se isso ocorrer, sai de baixo burguesia.

## Mineiros do sul também param

Não só os mineiros de Minas estão parando: os do Sul, aqueles que trabalham nas Minas de Carvão de Charqueadas, São Jerônimo, Leão e Butiá, resolveram só voltar ao trabalho quando os patrões aumentarem o seu salário em 70 por cento sobre os níveis atuais. Até agora, já participam do movimento 1.000 trabalhadores, número que poderá aumentar se os mineiros de Candiota, a 369 quilômetros de Porto Alegre aderirem ao movimento. Essa mina, diga-se de passagem, é responsável pelo abastecimento de uma termoeletrônica que fornece a metade da energia elétrica consumida no Rio Grande do Sul.

## Pode faltar gás no Recife

E já que estamos na parte de combustíveis, é bom registrar que os motoristas que trabalham no transporte de gás no Recife conseguiram parar parcialmente sua distribuição na capital pernambucana. Reprimidos pela polícia, os motoristas não se intimidaram: querem imediatamente um aumento de 75 por cento sobre seus míseros salários. Com todo o risco de vida e tudo o mais, a moçada do volante ganha apenas a mixaria de Cr\$ 3.069,00.

## Bóias-frias estão cansados de tanta exploração

Por coincidência, (nem tanto, porque o ronco na barriga é o mesmo) os trabalhadores rurais de São Paulo também estão exigindo 75 por cento de aumento. Além disso, para aumentar um pouco a farinha do pirão, os bóias-frias querem um piso salarial de quatro mil cruzeiros pois, segundo o Roberto Urfute, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FATAESP), mais de 90 por cento da categoria recebe até um salário mínimo.

## Polícia cerca vigilantes em São Paulo

Nem a presença de 20 viaturas da polícia conseguiu impedir que os vigilantes bancários da capital conseguissem realizar uma assembleia na sede do sindicato dos bancários, na terça-feira, com a participação de 1.000 trabalhadores. Eles estão exigindo um piso salarial de sete mil cruzeiros, fardamento gratuito, remuneração de fim de semana e seguro de vida de 400 mil cruzeiros. Organizando-se em comandas regionais, eles voltarão a reunir-se na próxima segunda-feira, 27, para decidir o que fazer.

## Demissões na SABESP

A SABESP, empresa responsável pelo (des) abastecimento de água, em São Paulo, não deixa por menos: trabalhador mobilizado é trabalhador demitido. Segundo a Oposição Sindical, 101 pessoas já foram demitidas, inclusive todos os 21 membros da Chapa da Oposição, lançada nas últimas eleições para o Sindicato.

## Motoristas vacilam e voltam ao trabalho em Porto Alegre

As vacilações diante das ameaças de ilegalização da greve que parou totalmente os transportes, na quarta-feira, 15, em Porto Alegre, feitas pela DRT local, acabaram facilitando a tarefa dos pelegos para que fizessem passar, numa esvaaziada assembleia (de seis mil grevistas, apenas 400 participaram) a contraproposta patronal. Assim, desde a semana passada, os motoristas estão ganhando Cr\$ 7.200,00 mensais, os largadores Cr\$ 6.000,00 e os cobradores Cr\$ 4.100,00.

## São Paulo

# Correios: demissões não intimidam os carteiros

A diretoria da Empresa de Correios e Telégrafos parece estar seguindo ao pé da letra a política do orreite numa mão e o mel na outra depois de conceder aos trabalhadores um aumento de 15% e uma antecipação de 25%. passou a incrementar a repressão aos funcionários, não hesitando em demitir os líderes do movimento e de intimidar toda a categoria, tudo fazendo para desprestigiar a categoria. O pessoal ficou tiritica quando escutou um companheiro dizer ter escutado da diretoria que os carteiros são simples "instrumentos" da empresa.

Mas, nem as ameaças e a repressão sofridas pelo pessoal dos Correios de São Paulo foram suficientes para afastar mais de mil carteiros que se reuniram na sexta-feira, dia 17 desse mês e que voltaram à carga na terça, 21 seguinte para protestar contra a demissão de vinte e sete de seus companheiros e não deixar morrer a chama da sua associação pró-Sindicato.

Com base no Regulamento Interno da empresa, que proíbe a associação de funcionários, a direção da ECT demitiu por justa causa membros da comissão provisória e outros que se destacaram no movimento, considerando assim ilegal o direito de reunião. O ato da empresa foi tão gritantemente absurdo, que o próprio delegado Regional do Trabalho de São Paulo propôs uma mesa-redonda para tentar a reconciliação com a readmissão dos despedidos. Diante disso, a empresa simplesmente recusou-se a comparecer à reunião, reafirmando assim o "direito" de sobrepor-se à própria Constituição do país.

Durante todo o movimento, repressão e intimidação foi o que não faltou, além da mais completa intransigência da diretoria da ECT. A presença ostensiva de policiais dos órgãos de segurança já café pequeno perto dos dedo-duros da própria empresa, que chegavam a fazer ameaça ao pessoal no próprio recinto da assembleia. Na terça, a provocação chegou ao ponto de, após a passagem ruidosa de várias peruas da

ronda, vigilantes da empresa ao lado de um policial com um aparelho de rádio transmissão começaram a ameaçar o pessoal chamando para a briga. É claro que os carteiros não aceitaram a provocação. Mas a coisa não fica só aí. Foram lançados documentos apócrifos, com a mesma apresentação gráfica dos emitidos pela Comissão, desconvocando a reunião de terça. Também foi distribuída uma folha assinada por uma "Comissão Ordem e Progresso" dos funcionários da ECT/SP chamando os líderes da movimentação de subversivos infiltrados e conclamando os funcionários a esperar da empresa as dádivas que ela sempre acaba dando...

Representantes da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e vários políticos do MDB estiveram presentes nas assembleias. O senador Franco Montoro prometeu levar ao Senado a denúncia das ilegalidades cometidas pela ECT e cobrar do governo uma resposta, já que a empresa é de propriedade da União. Diante da inexistência de representação legal dos carteiros, José Carlos Dias, presidente da Comissão de Justiça e Paz representou os trabalhadores, enfatizando a necessidade de moderação dos carteiros e a precaução contra os elementos estranhos à categoria.

Também, foi aprovada a realização de um ato público na Igreja da Consolação, a se realizar na sexta dia 24, em conjunto com os trabalhadores da SABESP e do BANESPA para protestar contra as demissões arbitrárias. Apesar do clima de intimidação, existente na assembleia veio do plenário uma proposta escrita de greve pela readmissão dos demitidos, que foi bastante aplaudida, mas que não chegou a ser votada, uma vez que a mesa que dirigia os trabalhos julgou não haver condições para uma paralisação, esperando uma maior representatividade da reunião de sexta.

Encerrando a reunião, ficou claro aos carteiros que todos devem trabalhar para fazer engrossar o ato de sexta e que continua a luta pela associação.

## Mulher metalúrgica

# Congresso deve animar a Campanha Salarial

O 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, a ser realizado nos dias 31 de agosto, 1 e 2 de setembro, no Sindicato à rua do Carmo, 171, discutirá vários temas relativos à mulher. No sábado, dia 1.º, pela manhã, MULHER E SOCIEDADE, onde será abordada a discriminação que sofre a mulher. À tarde, MULHER E TRABALHO, enfocando as questões relativas à desigualdade salarial, profissionalização, dupla jornada, creche, repressão dentro da fábrica, instabilidade dentro do emprego e, MULHER E SAÚDE, onde após exposição sobre controle de gravidez de alto risco e, alimentação, saúde e salário, serão discutidas, além desses temas, as doenças profissionais da mulher e a questão do aborto. No domingo, pela manhã, dentro do tema MULHER E SINDICATO, o papel do Sindicato, a importância da mulher no sindicato e a questão da criação de um Departamento Feminino. À tarde, encerramento. Poderão participar todas as metalúrgicas quer sejam sindicalizadas ou não. Haverá campanha de sindicalização na porta, almoço gratuito no Sesi e Casa de Portugal. Sairão ônibus do largo 13 de Maio em Santo Amaro, da Penha e Lapa. Haverá também creche e médico à disposição.

As mulheres metalúrgicas de São Paulo preparam seu 1.º Congresso. Impressos, cartazes, reuniões, assembleias, vêm mobilizando a fração feminina da categoria. No "Fação Campanha", lançado pelo sindicato, as principais reivindicações que serão levadas a discussão no



Congresso — salário igual para trabalho igual, creche, profissionalização, trabalho noturno, etc., ilustradas por Angeli, Laerti, Glauco, Henfil, Cica e Serjão, dão uma boa ideia de quais os principais problemas enfrentados hoje pela mulher operária. A Oposição Sindical, com o "Jornal Unidade de Operários e Operárias Metalúrgicas de Oposição em São Paulo" também convoca a mulher à participação alertando para a necessidade de que o Congresso tire uma posição sobre a Campanha Salarial que já se iniciou, convoca à sindicalização e à luta ao lado da Oposição.

Cida e Lucia, metalúrgicas que participam da organização do Congresso falam ao EM TEMPO sobre essa experiência:

"Nas greves do ano passado, a mulher metalúrgica, pela primeira vez, nos últimos tempos, participou da luta. Pela primeira vez foram levantados os problemas de creche, salário desigual, discriminação nas fábricas. Esses problemas, entretanto, não entraram no elenco de reivindicações da Campanha Salarial. Isso nos alertou para que a mulher devia estar dentro da luta, dentro do sindicato para brigar por seus direitos. Percebemos também que as mulheres que lutaram tão ativamente nas greves, depois, se afastaram do sindicato. Para nós, três são os motivos pelos quais elas não aparecem no sindicato. Primeiro, porque a dupla jornada de trabalho não lhes dá tempo, segundo, porque ainda existe a ideia de que sindicato é "coisa de homem", terceiro, porque não havia uma atividade que as mobilizasse. Por isso, nós, mulheres metalúrgicas, no início, éramos apenas três mulheres e alguns companheiros, decidimos fazer um Congresso. Levamos a proposta à diretoria que aceitou. No dia 16 de junho fizemos a primeira reunião a partir daí, reuniões, assembleias gerais e setoriais. Mais de 500 mulheres já passaram por essas reuniões. Consideramos a Campanha Salarial como a coisa mais importante do momento. Por isso decidimos fazer o Congresso antes da Campanha, porque achamos que o Congresso é uma forma de mobilizar e de preparar as mulheres para uma participação mais consciente na Campanha Salarial, na qual entraremos em cheio após o Congresso."

## LUTA OPERÁRIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO - 22

# Reportagem acaba com os planos do PC

Antônio Carlos Felix Nunes

A aparência da sede do jornal mudara por completo: a pequena sala de espera, limitada por uma porta que dava acesso direto à redação, já não se enchia de trabalhadoras sudadas, donas-de-casa bronequadas com carestia, grevistas e líderes sindicais. Fora acapetada e se transformara na ante-sala de um luxuoso departamento de publicidade, instalado num compartimento contíguo alugada do jornal. E ganhara uma bela e perfumada recepcionista, incumbida de receber possíveis clientes, homens de negócio e políticos governistas interessados em comprar espaço no jornal.

A ampliação da sede do jornal e as mudanças em seu funcionamento obedeciam a nova orientação do Partido, segundo a qual a sua imprensa ganharia contornos de empreendimento capitalista, deixaria de viver de campanhas populares e tentaria sua auto-suficiência no mercado de anúncios. Lá competir com os grandes jornais, alterando profundamente sua estrutura, pois precisava converter todo seu mecanismo funcional nos métodos da exploração comercial. Para isso, o Partido deslocou de outras empresas, onde estavam bem empregados, seus melhores profissionais. Eles viriam pôr em prática o plano de "aburguesamento" da imprensa partidária.

Carlos veio chefiar o recém-criado departamento de publicidade, trazia uma bagagem de longa experiência no ramo, conhecia todos os macetes do setor. Trouxera eficientes contatos: boys, secretárias de relações públicas, a recepcionista bonita e cativante — uma equipe completa, contratada por salários condizentes com respectivas funções e competência profissional. Durante três meses, Carlos e seus colaboradores, passaram duvidados em mapas, rabiscando gráficos, montando o arquivo de anunciantes em potencial, fazendo cálculos, teorizando faturamento e a maneira de atacar os primeiros clientes.

Quando iniciou-se tal atividade, o jornal já arcaava com "déficit" considerável, pouco dinheiro lhe entrava e os repórteres e redatores já não recebiam o costumeiro "pro-labore". Muitos deles já haviam desistido, foram empregar-se em outros jornais. Uns, por aperturas financeiras, outros por desinteresse pelo Partido, então debatendo-se em profunda crise ideológica, irrompida no bojo da nova linha política adotada pelo Comitê Central. As campanhas populares de arrecadação de fundos, com as quais sempre se sustentara sua imprensa, foram suspensas no início das discussões sobre as resoluções do XX Congresso do PCUS, condicionando sua sobrevivência — conforme a viabilidade do grupo prestista — a um esquema capitalista. Assim, o jornal perderia suas velhas caracte-

ísticas, eliminar-se-ia o sectarismo do seu conteúdo, abandonar-se-ia o escrupuloso na aceitação de anúncios das grandes empresas (até dos testes imperialistas), enquadrando-se na prática convencional de todos os veículos de comunicação.

## O grande plano dos homens de Prestes

— É o momento de adaptação, companheiro! Estamos vivendo novos tempos, e so os obtusos, de visão política ultrapassada, poderão discordar dessas inovações do Partido. O que importa hoje é ocupar espaço, vamos fazer o Partido presente na competição capitalista, entre seus empreendimentos, nos sindicatos e nos postos do governo. Nosso jornal já não pode ser hermético como antes, lido só pelos operários e pelos militantes do Partido. Fora uma burrada torna-lhe dependente da contribuição financeira do povo, pingada aqui e ali, às custas de uma mobilização pensosa e desgastante, na qual se jogava todo o Partido como se o seu objetivo se resumisse no levantamento de dinheiro. Nosso jornal seria auto-suficiente, liberando-se os militantes para fazerem unicamente política. Ninguém mais viverá de migalhas de estolas, o quadro redacional, o pessoal da administração e da publicidade, serão devidamente pagos com a venda avulsa e os anúncios que vamos arrancar dos capitalistas."

Antonhão, ex-membro do Comitê Regional, cooptado para exercer o cargo de diretor-administrativo da nova empresa jornalística, apostava tudo na disputa empresarial. Não gostou de uma observação pessimista de Gentil, então repórter do jornal em decadência, e lhe respondeu com esses argumentos, acrescentando, em tom de desprezo:

— E ninguém me tira da cabeça que o novo jornal, no decorrer de tempo, deva possuir mais funcionários não-comunistas do que "bocas-torçãs" inveteradas. Estes só atrapalham. Em termos profissionais, o pessoal desengajado é muito mais capaz de levar a empresa onde se pretende. Não importa que sejam ligados à polícia, à direita ou coisa parecida. O que vale é que saberão fazer uma reportagem, redigir um editorial, arrancar anúncio de um truste norte-americano apenas no papo. Enfim, homens que produzirão sem preocupação com o enfoque ideológico que funde a cuca de todo comunista."

Depois de noventa dias de preparativos e ensaios, com dívidas acumuladas e vários pagamentos salariais pendurados, o departamento de publicidade finalmente iniciava seu trabalho prático junto à clientela da

área. Os contatos saíram a campo, visitando as agências, percorrendo as empresas acostumadas a anunciar diretamente. Nas pastas levavam o bonneto do jornal, mapas sócio-geográficos das regiões teoricamente cobertas pela tiragem do vespertino, tabelas de preços e todos os demais instrumentos de que deve se munir um bom corretor de anúncios. Foram dias seguidos nessa azáfama, os corretores voltavam a cada tarde de mãos vazias, porém otimistas com as promessas recebidas: as agências prometiam não esquecê-los em suas próximas programações, anotavam dados sobre o jornal, avaliavam seu poder de penetração nas faixas populares, informavam-lhes dos produtos que estavam dispostas a anunciar.

Todos os dias, Carlos reunia os contatos, queria saber como ia o trabalho, quais os pontos falhos em seus entendimentos com os anunciantes, a receptividade aos seus argumentos, o volume de anúncios que poderiam ser "amarrados" dentro de um determinado prazo. E a cada dado positivo, Carlos ficava uma seta-zinha num grande mapa sobre sua cabeça — era a indicação de um garantido retorno do investimento que vinham fazendo. Já somavam uma vintena os pontos azuis, a faziam crescer em Carlos a esperança de que muito em breve o jornal começasse a ter o rendimento almejado, tirando a todos daquelas dificuldades financeiras, que já remontavam há vários meses.

## O primeiro contrato

Longos dias se consumaram nessa maratona, ao fim da qual um dos corretores conseguiu fechar o primeiro contrato. Chegou exultante, exibindo a todos a papelada com o timbre de uma empresa estrangeira, e a respectiva assinatura do seu tesoureiro de ferro — uma autorização para divulgar o anúncio durante seis meses, diariamente, de segunda a sexta-feira. Num beijo ao gesto de alegria, Carlos beijou o documento, soltando uma ressonante exclamação: "Viva!!! Já estamos ocupando espaço numa empresa imperialista! De lápis à mão, fez ainda os cálculos do quanto esse primeiro contrato representava em dinheiro, acrescentando: "mais dez inícios como este e todos terão seus salários em dia, o jornal sairá desta bananosa e conquistará definitivamente a sua auto-suficiência." Explodindo em ânimo, convidou o pessoal para comemorar o acontecimento com uma cervejada, no bar da esquina.

## Denúncia provoca a fálencia

Enquanto isso, já no fundo da

redação, com o jornal do dia já fechado, o velho Marques matutava sobre a pauta da próxima edição. Ele era um dos que se rebelaram contra a nova linha política do Partido e, apesar disso, continuava na chefia da reportagem. Tipo sossegado, elaborava a pauta do jornal seguinte à boca da noite, folheando outros jornais, entre serenas baforadas do seu cachimbo. Nesse dia, seu semblante se illuminou e suas grossas sombrancelhas se franziram, ao deparar com uma minúscula nota quase perdida na seção de reclamações do Diário da Noite. Era a bronca de uma dona-de-casa a respeito da diminuição no peso dos botijões de gás engarrafado, descoberta que fizeram depois de pesar alguns recipientes. Ato contínuo, Marques recortou a notícia, pôs papel na máquina e bateu: "Ouvir a Francisca (recorte anexo) e outras donas-de-casa consumidoras do gás dessa companhia. Depois, uma entrevista com o gerente da empresa, levar fotografia para escrachar tudo". E bateu a observação, girando-a com a caneta: "carregar de pau a materista, pois trata-se de empresa imperialista, truste do gás liquefeito em São Paulo".

E tal dica, na edição posterior, resultou numa manchete menor que dizia: "Distribuidora Imperialista de Gás Rouba no Peso dos Botijões". Dentro do jornal, a matéria ocupava meia página, devidamente ilustrada. Marques vibrava, não cabia em si de satisfação. Conseguira dar o maior pau na multinacional, apoiou numa prova irrefutável: vinte botijões pesados pelo seu repórter acusavam a falta de quinhentos gramas em cada um deles.

Contraditoriamente, no departamento de publicidade o clima era outro: Carlos cogava nervosamente a cabeça, numa postura de extremo desânimo; ao seu lado, os contatos, a secretária insinuante e recepcionista cativante mantinham-se cabibaxios, contritos, como se estivessem a velar um precioso defunto. Esse defunto era o primeiro contrato de anúncio, cancelado imediatamente pela multinacional. Ela fora o objeto da reportagem denunciadora.

A partir de então, o departamento de publicidade perdeu seu embalo, as setazinhas azuis se cobriram de poeira e ficaram esquecidas no grande mapa; a maioria do pessoal deu no pé, foi defender a vida em outras empresas. Nenhuma outra autorização de anúncio foi conseguida, e o jornal fechou três meses depois. E até hoje ninguém sabe do sumiço dado ao complexo gráfico importado da Checoslováquia, naquela época aguardando desembarque no cais de Santos.

Na próxima semana: PC do B, treina guerrilhas, e o PCB se aproxima do Governo.



# O PC antes do golpe: antecedentes do V Congresso

Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, um cidadão desavisado que passasse por uma banca de jornais do Rio de Janeiro e desse uma olhadinha nas manchetes, seguramente não poderia estabelecer a diferença existente entre a Tribuna da Imprensa e a Imprensa Popular. A diferença existia, no entanto, e era enorme. A primeira era o porta-voz do setor mais agressivo da União Democrática Nacional, naquele momento empenhada em uma fúria campanha contra o governo do presidente Getúlio Vargas. Quanto à Imprensa Popular era, nada mais nada menos, do que o órgão oficial do Partido Comunista do Brasil.

As oito e meia da manhã, mais ou menos, o país seria sacudido pela notícia de que o Getúlio se havia suicidado e pouco depois tomava conhecimento de sua carta-testamento, na qual o presidente atribuía seu gesto a uma conspiração orquestrada pelo grande capital estrangeiro.

"Abaixo o governo de traição nacional de Vargas", pedira em manchete a Imprensa Popular. Pois bem, Vargas viera abaixo, por obra essencialmente de uma campanha que tivera como cabeça mais visível o jornalista Carlos Lacerda, que nos dez anos seguintes personificaria a direita no Brasil.

Hoje, quase todos os historiadores estão de acordo em admitir que o gesto de Vargas, pela sua dramaticidade, impediu o desfecho de um golpe de Estado em marcha naquele momento, obrigando os militares a aceitar uma solução constitucional: a subida do vice-presidente, Café Filho, e a manutenção das instituições republicanas, ainda que a nova equipe ministerial se caracterizasse por seu conservadorismo.

O movimento de massas reagiu violentamente e nas ruas de várias cidades brasileiras, particularmente Porto Alegre e Rio de Janeiro, se produziram distúrbios de grande monta. Na capital gaúcha, todos os jornais que combatiam Getúlio foram incendiados por milhares de manifestantes, que queimavam também tudo que cheirasse norte-americano. A redação da Tribuna Gaúcha, diário do PC não escapou à fúria popular.

## Um primeiro sinal

O impacto da morte dramática de Vargas se fez sentir igualmente nas filas do Partido Comunista, colocando para seus militantes mais de uma interrogação sobre a justiça da linha até então seguida. Leônicio Basbaum, ex-dirigente do PC nos anos 20 e 30, dá conta em suas Memórias do sentimento de perplexidade que a todos atravessava e de como não faltaram os dirigentes que propusessem que o partido se colocasse à frente das manifestações, sendo em vista do caráter nitidamente anti-imperialista que elas apresentavam.

Se é certo que o Partido Comunista não pôde conduzir o bonde que havia tomado em marcha, não é menos certo que os acontecimentos de agosto de 1954 apareceram para muitos como um primeiro sinal de que algo andava mal com o partido, e

que havia chegado a hora de mudar. A linha traçada pelo famoso Manifesto de Agosto, de 1950, entrara em colapso e foram necessários os eventos de um outro mês de agosto, quatro anos mais tarde, para por ruidosamente em evidência este colapso.

As mudanças na linha política do PC vão se fazer, no entanto, de "maneira ordenada", um processo lento e gradual de modificações que não poria em questão o funcionamento mesmo do partido, nem os fundamentos de sua linha. As circunstâncias internacionais e nacionais facilitarão este ritmo nas transformações.

Em novembro de 54, dá-se o Quarto Congresso, o primeiro depois dos anos vinte, e uma tímida auto-crítica é realizada. Prestes não comparece ao Congresso, "por razões de segurança", mas seu informe é aprovado e ele sai enormemente fortalecido da reunião, da mesma forma que Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas e outros. O sistema de retificar para preservar é vencedor e o primeiro fruto desta "retificação" aparece em 1955: o PC apóia Juscelino e Jango nas eleições presidenciais.

Mas um ano mais tarde, em 1956, o Partido é sacudido por um segundo acontecimento, desta vez vindo de fora. Da tribuna do XX Congresso do PCUS, em Moscou, Nikita Krushev denunciaria os crimes de Stálin, através da crítica do "culto à personalidade".

A despeito da fragilidade, para não dizer inconsistência, teórica da categoria "culto à personalidade", as consequências do "Relatório Secreto", como seria conhecido o discurso de Krushev, foram enormes.

Em primeiro lugar, o "Relatório" punha em questão uma referência essencial do movimento comunista internacional: Stálin, "o sábio dirigente dos povos do mundo na luta da felicidade do homem sobre a terra", como escrevera Jorge Amado na nota introdutória de seu livro O Mundo da Paz, se constituía em um elemento de coesão ideológica, essencial para todos os PC do mundo. O seu mito havia servido, entre outras coisas para enfrentar os duros anos de isolamento do período da guerra fria; no Brasil, anos de clandestinidade, após a ilegalização do Partido em 1947, e a cassação dos mandatos parlamentares em 1948.

Mas Stálin e o seu "culto à personalidade", haviam inspirado, igualmente todo um estilo de funcionamento partidário, especialmente no que se refere ao lugar ocupado pelo dirigente e ao relacionamento deste com as bases. Criticado o "modelo" aqueles que nele se haviam inspirado ficavam extremamente vulneráveis.

Todos os testemunhos deste período nos relatam o verdadeiro pânico dos dirigentes, temerosos que os ventos desta incipiente desestalinização chegassem também ao Brasil.

Finalmente, e o aspecto anecdótico não deixa de ter sua importância, havia uma profunda queixa de militantes, e mesmo de dirigentes, pela forma irresponsável em que haviam

**Do Manifesto de Agosto de 1950, passando pela condenação do governo de Vargas como de "traição nacional", para em seguida apoiar a candidatura Juscelino-Jango nos marcos da defesa de um "desenvolvimento nacional", até a abertura do longo período de crise interna sob influência da desestalinização promovida pelo XX Congresso do PC Soviético. Esta, a trajetória do Partido Comunista Brasileiro antes do golpe de 1964.**

Por Marco-Aurélio Garcia



Prestes e a trajetória do PC

sido tratadas as questões relacionadas com o 20.º Congresso do PCUS pela delegação do PCB em Moscou. Esta ficou algum tempo ainda viajando pela URSS e outros países socialistas, enquanto que as informações sobre o "Relatório Secreto" eram dadas pela imprensa burguesa e, como tais, tratadas com escárnio pelos dirigentes quando interrogados por algum militante ou simpatizante inquietos.

Em novembro de 1956, um fato inédito se produz. As páginas da Imprensa Popular começam a estampar um debate entre comunistas brasileiros a respeito dos problemas suscitados pelo XX Congresso do Partido Soviético. O caráter relativamente livre do debate, a heterodoxia mesmo de algumas opiniões (um herético chega a condenar a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas) faz com que a direção intervenha para "restabelecer a ordem".

A crise de 56 deixou suas marcas, no entanto. Além da partida silen-

cia de dezenas de militantes e a saída estrepitosa do legendário Agildo Barata, começaram a se criar as condições para que o PCB fizesse também "seu XX Congresso", com todos ou quase todos os limites do evento de Moscou.

## A nova conjuntura

As mudanças no interior do PCB seriam estimuladas pelas novas condições políticas nacionais e internacionais. No plano mundial, começava a era da "coexistência pacífica" ao mesmo tempo em que se assistia a um renascimento do movimento de libertação nacional. A URSS começava a ter uma gravitação internacional enorme sob os efeitos da estrondosa diplomacia krusheviana. Nacionalmente, a vitória de JK-Jango nas eleições presidenciais de 55, vitória para qual o PCB havia colaborado, e a frustração das tentativas golpistas contra sua posse, especialmente a de novembro-55, reforçava o clima de liberdades democráticas que prepararia a legalização "de fato" do PC e o

fim da clandestinidade de Prestes.

O projeto desenvolvimentista de Juscelino, a despeito do papel que nele tinham os capitais estrangeiros, era valorizado pelo PC, que sempre insistira na necessidade de impulsionar a industrialização. Pouco a pouco, começa a insinuar-se uma análise mais nuancada do governo JK, com a distinção de duas correntes em seu interior: uma nacionalista e outra "entreguista".

Quando o governo decide não dobrar-se às pressões do Fundo Monetário Internacional e se promovem manifestações de apoio a Juscelino por sua posição de resistência, os comunistas desempenham papel importante nestas mobilizações e o próprio Carlos Marighela, então membro do Comitê Central, pôde ser visto numa delas na frente do palácio do Catete na velha capital federal.

As posições nacionalistas no país tinham naquela época no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) uma referência importante e a participação do historiador Nelson Werneck Sodré naquele Instituto criado por Juscelino lhes dava uma certa caução de esquerda.

A conjugação de todos estes fatores internos e exteriores é que vai provocar a grande reviravolta de ... 1958.

## A declaração de março

Em uma tumultuada reunião do Comitê Central, o PCB aprova em março de 58, uma Declaração Política que representaria uma modificação substancial na sua linha, ao mesmo tempo em que afastava da direção os principais membros do Birô Político. O velho grupo que até então havia resistido a "desestalinização" (Arruda, Pomar, Grabois, Amazonas) perde posições. Fato importante: Prestes, que reaparece nesta reunião, sai fortalecido.

A declaração sublinhava o caráter progressista do desenvolvimento capitalista nacional que exigiria "cada vez mais como seu instrumento uma política exterior independente na proteção consequente do capital nacional, contra o capital monopolista estrangeiro".

"Enquanto altera a velha estrutura econômica — prossegue o texto — o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista, e a estrutura tradicional e arcaica em decomposição".

O Estado brasileiro é visto como um condomínio de setores do latifúndio, da burguesia ligada ao imperialismo e da burguesia nacional, interessada, segundo a declaração, no desenvolvimento independente da economia nacional. Este fato é que explicaria as contradições que atravessam o aparelho de Estado, e, especialmente no caso do governo JK, a existência de um setor nacionalista e de outro "entreguista".

## O caráter da revolução

Destes elementos, a Declaração conclui que a contradição entre burguesia e proletariado, ainda que seja fundamental, não assume principalidade na etapa da luta de classes em curso, e, portanto, ela "não exige no momento uma solução radical".

As contradições fundamentais sendo entre "a nação e o imperialismo" e as "forças produtivas em desenvolvimento e as relações feudais na agricultura", o "desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo".

Desta análise flui a tese essencial da Declaração, segundo a qual a "revolução no Brasil não é ainda socialista, mas anti-imperialista e anti-feudal, nacional e democrática".

Tal caracterização da revolução implica na necessidade da formação de uma frente única nacionalista e democrática, integrada pelo proletariado, o campesinato, a pequena-burguesia "interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional" e mesmo setores de "latifundiários em contradição com o imperialismo norte-americano" na disputa de mercados ou grupos da burguesia ligados a monopólios rivais dos monopólios norte-americanos, e que são por estes prejudicados.

O documento resalta o caráter inconsequente da burguesia, como força revolucionária, o que colocava a necessidade de garantir a independência ideológica, política e organizativa do proletariado.

Avaliando o movimento sindical o documento observa que "as organizações inter-sindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência tem demonstrado que o movimento sindical avança na medida em que fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, isto é, nos quadros da organização sindical existente no país". (grifos nossos — M.A.G.)

## Plataforma

A Declaração de Março conclui, apresentando uma plataforma de cinco pontos:

- 1) política exterior independente;
- 2) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional;
- 3) medidas de reforma agrária em favor dos camponeses;
- 4) elevação do nível de vida do povo;
- 5) consolidação e ampliação da legalidade democrática.

A conquista de um governo nacionalista e democrático defendida pela Declaração era vista como um processo resultante da "pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do parlamento no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas".

A simples leitura da Declaração mostra a magnitude da modificação operada. E sobre sua base que serão redigidas as Teses para o Quinto Congresso, realizado em 1960. O seu conteúdo fornece a matriz para compreender a posição do PCB num período particularmente complexo da história brasileira que é o que vai de 1961 a 1964.

No próximo capítulo veremos o reforçamento desta linha no V.º Congresso, sua aplicação e sua contestação pela nova esquerda que se forma neste período.

# anistia

## Congresso aprova a anistia dos torturadores

### A greve de fome

Na segunda-feira, 20, véspera de o Congresso Nacional começar a votação do projeto de anistia, o País amanheceu com a notícia de que o preso político Theodomiro Romeiro dos Santos tinha fugido do Presídio Lemos de Brito, em Salvador. Theodomiro foi sequestrado, em outubro de 1970, por um grupo de homens que não se identificaram. Reagiu, o que é legítimo, e acabou matando, com um tiro, um deles (somente depois veio a saber que se tratava de um sargento). Julgado por um tribunal formado por oficiais superiores da Aeronáutica, corporação a que pertencia o sargento morto, foi condenado à morte, pena sucessivamente alterada. De pena de morte para prisão perpétua, de prisão perpétua para 30 anos de reclusão. Finalmente teve sua condenação, adaptada à nova Lei de Segurança Nacional, reduzida para 16 anos e meio.

Quando foi preso, Theodomiro tinha apenas 18 anos. Por ser menor, portanto, teria direito à liberdade condicional quando tivesse cumprido 1/3 da pena. Depois de quase nove anos de prisão ele requereu a condicional, direito que lhe foi negado. Os advogados de defesa de Theodomiro recorreram ao Superior Tribunal Militar que, no entanto, prejulgo a matéria. Juízes daquele Tribunal declararam-se contra o conhecimento de liberdade a Theo, antes mesmo de terem examinado o processo.

Desenganado pelos insucessos de recursos legais, além de viver sempre a ameaça de morte caso fosse libertado (já havia manifestado, por esta razão, a vontade de abandonar o país caso o softassem) e antecipando, que na quarta-feira, 22, um Congresso Nacional impotente, contrariando a vontade popular votaria uma anistia restrita, em que ele seria um dos muitos não beneficiados. Theodomiro, então, não percebeu outro recurso senão fugir.

Haroldo Lima, preso político da Lemos de Brito, em documento datado do último dia 19, divulga a fuga de seu companheiro de prisão. Haroldo afirma que o governo "não pode se arvorar a discriminar quem merece e quem não merece anistia. Quem pode exercer esse direito é o povo". E o povo reclama uma anistia ampla, geral e irrestrita. Em sua carta Haroldo declara-se também em greve de fome, juntando-se aos seus companheiros de outros presídios.

Os 14 presos políticos do Rio de Janeiro, que estão em greve de fome desde o dia 22 de julho, em sua maioria, apresentam-se em condições de saúde já muito precária. Os médicos afirmam que mesmo 10 dias após interromperem o movimento, correrão risco de vida. A maioria está recebendo aplicação de soro glicosado.

Em São Paulo, os cinco presos políticos que não aderiram à greve iniciada por seus colegas no último dia 8, emitiram um comunicado tentando esclarecer a razão de sua decisão. Dizem que não entraram em greve por julgarem que ela foi inspirada por uma concepção "esquerdista" e que se caracterizava, fundamentalmente, pelo "menosprezo às massas populares e à necessidade de formação de uma ampla frente democrática".

Diante do crescimento do movimento popular por uma anistia ampla, geral e irrestrita, que foi (e muito) alimentado pela fome dos presos políticos, a inconsistência dos argumentos dos que não entraram em greve, causa no mínimo estranheza.

Os presos políticos de Fortaleza, Natal e Recife continuam sem se alimentar, protestando contra a anistia irrestrita do governo.

**O governo reprime as manifestações populares, pressiona o Congresso e consegue, por cinco votos, a aprovação da anistia restrita.**

Por Robinson Ayres

### A ditadura baixa o pau

Na terça-feira, 21, no Congresso Nacional os parlamentares discutem o projeto do governo. Na maioria dos estados brasileiros as manifestações promovidas pelos movimentos pela anistia eram barbaramente reprimidas e diversas pessoas foram presas.

Em Belo Horizonte, às 17:30, 4 mil pessoas se reuniram na escadaria da Igreja São José, em pleno centro da cidade, denunciando os assassinatos de operários, a repressão ao movimento popular e reivindicando uma anistia ampla, geral e irrestrita. Ao fim do ato foi decidida uma caminhada até a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, na rua Tambois com Curitiba. Quando os manifestantes incluíam a passeata chegaram 10 ônibus carregados de soldados da Polícia Militar. Foram encantando os populares nas escadas, ao mesmo tempo que policiais invadiam a área da Igreja, entrando pelos fundos, jogando bombas e espancando pessoas que, em pânico, atiravam-se umas sobre as outras, rolavam escada abaixo e eram pisoteadas. A repressão foi determinada pelo secretário de Segurança, Armando Amara.

Foi a agressão mais brutal que já presenciou, principalmente por ser tão covarde, declarou um funcionário público ao comentar a repressão ao ato público realizado pelo Comitê Brasileiro pelo Movimento Feminino

de Anistia, em Salvador, se referindo ao espancamento de Luiz Antônio Bastos, fotógrafo do jornal Movimento. Luiz Antônio fotografava a agressão de um estudante, quando um soldado chocou-se contra ele e, desequilibrando-se, quase foi ao chão. Os policiais, imaginando que o fotógrafo tentara derrubar o seu colega, selvagememente, investiram contra Luiz Antônio, que não teve sequer tempo de se identificar. Foram pontapés, socos e cacetadas. Jogado dentro de uma viatura do sexto batalhão, foi recolhido ao prédio da secretaria de segurança. A pancadaria tinha total apoio do Comando Geral de Polícia, o que se podia deduzir pelas ordens transmitidas pelo rádio das viaturas policiais "podem baixar o pau, se insistirem em fazer manifestações". Toda a cautela para não atingirem os jornalistas e deputados.

Em São Paulo, 5 mil pessoas participaram de um ato público pela anistia na praça da Sé. Vigiladas por seis peruas da Rota, carregadas de policiais, que não chegaram a interter, os manifestantes saíram em passeata que, depois de passar por todo o centro da cidade, retornou à Praça da Sé.

A disposição do governo em reprimir e intimidar o movimento popular não se limitou à mobilização de seu aparelho policial-militar institucionalizado. Os elementos de organizações para-militares diretas não

deixaram de ser mobilizados para agir, inclusive, nas barbas do presidente da República.

Um ônibus que transportava parentes de pessoas assassinadas pelos órgãos de repressão e desaparecidos, que iam do Rio de Janeiro a Brasília, assistir à votação do projeto, teve um de seus pneus furados a tiro, perto da cidade mineira de Paracatu. Elementos não identificados também o atingiram com bomba de gás lacrimogêneo.

O descabro não para por aí. As 18:00 horas de terça-feira, 21, dois indivíduos atiram bombas de efeito moral contra aproximadamente mil pessoas que se manifestavam contra o projeto do governo, na rampa do Congresso. Segundo declarações de alguns participantes as bombas foram atiradas do alto do edifício do Congresso e os criminosos fugiram em um automóvel que estava estacionado entre o Palácio Alceu Ramos e o Ministério da Justiça. Tudo isto aconteceu quando havia 247 agentes de segurança mobilizados para policiarem os membros de movimentos de anistia e populares que foram assistir aos debates e à votação da anistia.

### ARENA aceita docilmente o cabresto

Não bastando a repressão sobre os movimentos populares e as recomendações para que seu partido não fugisse ao espírito de seu projeto original, para garantir a aprovação de seu projeto o governo, através de seu porta-voz oficial, ministro da Comunicação Social Saíd Farhat, pressiona mais diretamente o Congresso: "Se a emenda do deputado

Djalma Marinho, tornando ampla a anistia for aprovada, o presidente veto o Projeto". Declaração que, pelo receio de o movimento popular "sensibilizar" arenistas a votarem contra o governo, não dispensou nos dois dias de votação da anistia outras formas de pressão, mais individualizadas, o que pode ser concluído pela declaração do Ministro da Justiça Petrólio Portela de que "o governo usará sua influência, sobre sua maioria".

E as expectativas presidenciais não foram frustradas. Já na quarta-feira, 22, o substitutivo do MDB foi rejeitado por 209 votos contra 135 (sendo 12 votos de parlamentares da Arena. Na parte da tarde do mesmo dia, em primeira votação a emenda Djalma Marinho foi aprovada por 198 votos, contra 197. Contudo, na verificação de votos as esperanças oposicionistas foram eliminadas. Em uma votação, onde não faltaram mudanças de votos de arenistas e tumuldo, a emenda foi derrotada por 206 a 201 votos, dentre os quais contavam-se 15 votos de arenistas.

Aprovada a anistia do governo, versão substitutivo Ernani Sátiro, com a pressão que o momento está lhe recomendando, o governo deverá sancioná-la imediatamente, restando ainda a solução do problema dos presos políticos. A esperança do governo é ter, com este arremedo de anistia, aliviado uma área de tensão.

Contudo, para o movimento popular a questão permanece. Resta-lhe, através de suas organizações, resolver como dar continuidade à luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, daqui para a frente. O que os últimos dias devem ter esclarecido é que não haverá solução radical para o problema sem ampla mobilização popular e a queda da ditadura.

ALÉZIA IMPRENSA

jornal da REPÚBLICA

(O DIÁRIO DE MINO CARTA)

Um jornal para ocupar o espaço que existe entre os grandes jornais...

Segundo Mino Carta, o novo diário surge neste momento por duas razões...

As razões para o título "Jornal da República" são interessantes. De um lado, pelo que ele tem de "justamente solene..."

Exemplo europeu

Este título, contudo, Mino já escolheu há um bom tempo. Pelo menos desde 1976...

Um novo jornal diário no país. Depois do sucesso da "Isto É", Mino Carta, o criador das revistas semanais de informação no Brasil...

Por Carlos Tibúrcio

por jornalistas socialistas independentes, que revolucionou o jornalismo italiano...

O "Jornal da República", portanto, não segue, em hipótese nenhuma, o que seu criador classifica de "modelo americano..."

cujos pináculos estão os donos do vernáculo, os senhores copy-desks, levam à diluição completa da opinião dos que fazem o jornal...

Empresário por acaso

Mino Carta não gosta de ser chamado de empresário. Ele admite que é, mas justifica que isso se deu "por acaso..."

Tive, portanto, de criar uma, para sobreviver fazendo jornalismo. E criou a "Isto É". O novo projeto é uma consequência...

As redações da "Isto É" e do "Jornal da República", conforme explica Mino, "já são hoje redações serapadas".



Mino Carta: sem hierarquia e sem copy-desk

Receita editorial do novo diário

diário Abramo — e nas dedicadas à cobertura sindical, abrindo espaço para os novos sindicalistas autênticos...

O "Jornal da República" não pretende, de modo algum — diz Rossi — concorrer com a grande imprensa em volume de informações...

fato considerado mais significativo do dia em sua área. E isto "com muito humor", acrescenta Rossi.

Mino Carta resume bem o significado dessa preocupação: "É preciso valorizar o tempo do leitor".

O "Jornal da República", que começa a circular na próxima segunda-feira, vai ser impresso e distribuído pelos "Diários Associados"...

A plataforma de Mino Carta

"Um jornal basicamente a favor da liberdade e da democracia. Este é lema que Mino Carta defende para o "Jornal da República"...

Estes pontos, contudo, não dizem tudo. Qual o ideário político-ideológico mais geral em que eles se referenciam? Mino Carta responde:

"Não gostamos do Chile, mas também não gostamos da União Soviética. O stalinismo é uma coisa ruim, como é ruim o fascismo. Do ponto de vista econômico, achamos

que o socialismo não conseguiu resultados tão brilhantes, na prática, como já se declarou. Por razões diferentes das que põem em cheque o capitalismo, ele (o socialismo) também falhou".

Até aqui um ideário amplo, que define campos mais por exclusão do que por afirmação. O quadro fica mais restrito e insuficiente, porém, quando procura delimitar objetivos claramente afirmativos. Diz Mino:

"Precisamos liquidar o capitalismo selvagem que ainda assola por aí. Precisamos criar formas para que a sociedade controle a iniciativa privada. Precisamos admitir a intervenção estatal — de um Estado íntegro, que tenha critérios justos".

de melhor em cada situação, segundo sempre o princípio geral da liberdade.

E quando a situação impõe opções imediatas, como por exemplo na Nicarágua? Mino não vacila:

"Ai trata-se de escolher e seguir em frente. Mas o que mais me preocupa na Nicarágua é verificar se o povo nicaraguense tem condições de assumir a liberdade e evitar que um novo autoritarismo se imponha no país".

Descartando também a social-democracia (inclusive por não gostar da combinação dos dois termos) e deixando claro que ela nunca passou de "uma tentativa de liberalizar se fazerem de socialistas", Mino Carta reforça a impressão de que seu ideário político fica à procura do que poderia ser a síntese entre capitalismo e socialismo.



Agora, o filho diário da ISTO É

Um jornal de 16 páginas de noticiário, principalmente de reportagens, e o restante de publicidade. Muita opinião. Além dos tradicionais editoriais, artigos assinados de personalidades com posições que vão desde as da "direita esclarecida até as da extrema-esquerda, sem discriminações"...

salada mista

Tamos aí traveis

Professores aposentados pelo regime pós-64 abriram desta vez o segundo semestre letivo da Universidade de São Paulo numa série de aulas inaugurais em diferentes institutos e faculdades...

As aulas inaugurais — que tinham caráter simbólico por não haver aulas inaugurais oficiais no segundo semestre da Universidade — foram promoção conjunta da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) e do DCE-Livre da USP...

Figuras de linguagem

metáfora e metonímia

- A gente protesta
Em nome de
Quem não tem voz
Eles batem primeiro
No que está mais perto

(FA)

Publicidade

Causa terror e piedade a farta distribuição, em muitos jornais, da fornida face do novo ministro. Delfim Netto feita por conceituada agência de propaganda com saudações e louvores do tipo "o otimismo está de volta"...

do capital, um tipo de fetichismo primitivo e infantil, que consiste em conceder determinados atributos mágicos a um objeto, cuja compra e posse nos garantem, no imaginário, aqueles atributos desejados...

vale a uma nova entrada em cena) no papel de cavalaria americana garante, por passe de mágica, a "disposição para o trabalho" e o "otimismo" necessário para a retomada do progresso...

15 de agosto de 1979. O Brasil amanheceu sorrindo.



15 de agosto de 1979. O Brasil amanheceu sorrindo.
O Brasil amanheceu sorrindo.
O Brasil amanheceu sorrindo.

ADAG



Humor visual

O Museu Lasar Segall, em São Paulo, está apresentando até dia 23 de setembro uma exposição sobre a caricatura no Brasil. São exibidas duas séries de trabalhos de Lasar Segall: "animais fantásticos"...

dos trabalhos tira muito de seu interesse. O humorista político joga com uma conjetura que é perfeitamente conhecida por seus leitores. Apresentar seu trabalho sem mesmo uma menção ao que estava acontecendo na época é tirar todo seu impacto e desapontar o público...

Restar admirar as caricaturas, em geral muito bonitas e ler o texto de introdução do catálogo, que ajuda bastante a entender o contexto em que nasce o desenho de humor no Brasil. Além de fornecer ao leitor aliviado dados a respeito de alguns desenhistas. (Luiza Moreira)

# Mundo Árabe: Porque o futuro se joga no Líbano

Por que a Guerra Civil no Líbano assumiu caráter de luta entre facções religiosas?

Em geral não podemos dizer que a luta em nosso país assumiu a forma de contradições entre facções religiosas. Mas existe quem se interessa em dar esse caráter à luta e há um motivo para isso. A estrutura do governo, do regime político no Líbano tem uma base confessional. Existem dezesseis seitas religiosas das quais seis são as mais importantes. Três são do cristianismo e três são muçulmanas.

No governo a seita mais forte é a maronista que por seu lado é a seita mais forte entre as cristãs. O presidente da República, e o comandante Supremo do Exército pertencem a ela e que criou uma oportunidade de fortalecê-la econômica e socialmente. Além disso ela sempre foi a seita mais apoiada pela França, depois da Turquia. Hoje ela corresponde indiscutivelmente ao setor mais forte da burguesia libanesa, tanto do ponto de vista da produção quanto do ponto de vista da propriedade privada dos meios de financeiro.

Assim, quando o povo libanês, as classes trabalhadoras e a pequena burguesia tentaram modificar a situação e promover uma reforma econômica e social, os maronistas trataram de qualificar este movimento como uma tentativa de diminuir o poder dos cristãos dentro do Estado Libanês. Isto é, para defender seus interesses de classe procuram enco-

**Maurice Nohra é membro do burô político do Partido Comunista Libanês. Ex-operário têxtil, esteve até recentemente no Líbano participando e acompanhando de perto os principais acontecimentos que marcaram a existência do povo libanês nos últimos tempos, principalmente a guerra civil de 1976 que quase levou a vitória do Movimento Nacional do Líbano, frente política na qual o PCL desempenha um papel fundamental. Na ocasião o MNL chegou a controlar 80% do território e a correlação de forças só se inverteu com a intervenção externa, principalmente da Síria, que até hoje mantém um enorme contingente militar no país. Nohra hoje é o responsável pela representação do PCL em Cuba, de onde nos concedeu essa entrevista exclusiva.**

Por Camilo Guerra



O presidente Sarkis

tempo, no Líbano há um MNL, uma frente de distintos partidos progressistas que têm uma influência política e militar grande e não quer que o Líbano se divida. E tem ainda a presença da Síria. O Exército sírio no Líbano até agora é superior a 30 mil homens e a posição combativa que a Síria assumiu depois da visita de Sadat a Israel levou a que Israel, os EUA e Sadat iniciassem uma pressão muito grande contra a Síria no Líbano. Assim, o enfrentamento em nosso país passa a ser fundamental. Se aí triunfa o MNL e a resistência palestina, isto significa que Camp David não passa e os objetivos de Israel, Egito e dos EUA estarão fadados ao fracasso. Caso contrário Camp David e tudo o que ele significa pode passar.

Que objetivos tinha Israel com a invasão de março de 1978, a maior e mais massiva invasão de Israel no sul do Líbano?

Ela tinha três objetivos fundamentais: primeiro, golpear ao máximo a resistência palestina; segundo, golpear o MNL e ajudar a fortalecer as forças direitistas e fascistas que apoiam Israel; terceiro, promover um Estado formal com cara libanesa no sul mas que de fato fosse um agente de Israel. Israel tem interesse de consolidar este Estado numa pequena parte do Líbano para que isso funcione como uma justificativa para que ele próprio possa se constituir como um país de base religiosa e racista.



Uma cidade do Sul do Líbano após a invasão de Israel

brilos com uma forma religiosa. Mas na realidade a essência da guerra, da contradição no Líbano é classista. O movimento do povo libanês é no sentido de se fazer uma reforma econômica e social dentro de uma linha política patriótica e nacionalista junto com o mundo árabe, com o povo palestino e contra o Estado de Israel. A utilização da propaganda religiosa por parte da reação libanesa foi uma tentativa de dividir a oposição — os trabalhadores, os estudantes e os camponeses — em sua luta contra a burguesia. Mas em geral podemos afirmar que a reação não conseguiu criar uma atmosfera confessional em todo o país. Em 1976 nos lugares onde a reação tinha mais expressão política ela conseguiu impor a atmosfera confessional através de métodos fascistas. Aí não sobrou nenhum muçulmano e ao mesmo tempo nenhum comunista ou esquerdista que fosse publicamente conhecido. Por outro lado nos lugares onde nós tínhamos o controle, nós do MNL (Movimento Nacional do Líbano) juntamente com a Aliança de Libertação da Palestina não existiu a luta religiosa e lá se encontrava 40% dos cristãos de todo o país. Nessa época controlávamos 82% de todo o território e a reação apenas 18%. Mas o caráter não religioso da luta foi ficando cada vez mais claro com o passar do tempo. As forças mais reacionárias do Líbano os fascistas que têm alianças diretas com Israel, o partido liberal de Chamoun fizeram muitas matanças de direitistas maronistas que antes haviam sido seus aliados na zona sob seu controle pelo simples fato deles se oporem ao fascismo, à divisão do Líbano e à aliança com Israel. Mesmo sendo direitistas e maronistas foram mortos o que torna o problema mais claro: as divergências não são religiosas mas classistas.

## A importância do Líbano na Revolução Árabe

A luta continua agora sob três pontos fundamentais: o Líbano vai se transformar num país árabe ou numa segunda base do imperialismo dos EUA, num segundo Israel? Vai caminhar para um desenvolvimento democrático ou para uma ditadura fascista? Será um país unido ou se dividirá em dois Líbanos como antes era a Palestina?

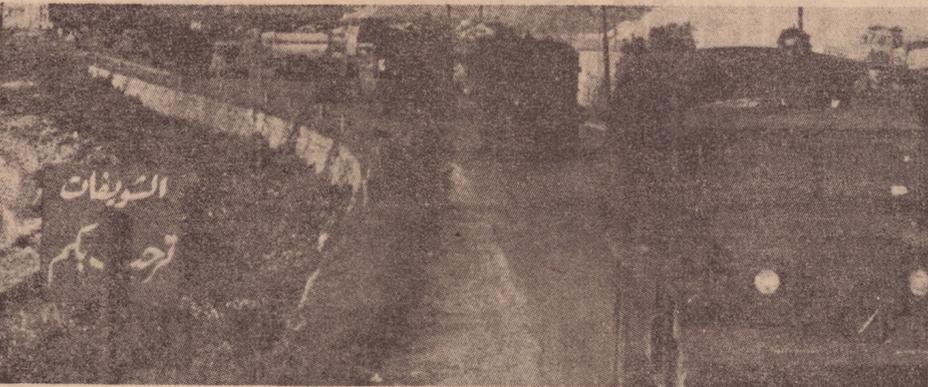
É claro que a questão social e econômica que foi decisiva para o levantamento popular continua sendo fundamental, mesmo porque a resposta fascista agravou enormemente o problema. Se agora não são colocadas muitas demandas sociais é porque a situação é mais complicada do que antes, porque o enfrentamento agora depende muito mais da situação do Oriente Médio, de Israel, do Egito, dos EUA e não apenas de fatores internos.

Você pode traçar para o leitor brasileiro um geral das facções em pugna no Líbano?

Por um lado existem as forças reacionárias aliadas de Israel que querem isolar o Líbano do mundo



Forças da ONU no Sul do Líbano



Uma coluna do Exército libanês

árabe e que se expressam politicamente através do Partido Falangista e do Partido Liberal de Chamoun e se apoiam no Exército agora reconstituído depois de sua quase liquidação na guerra de 1976. Por outro lado, existem as forças progressistas nacionalistas que se unificam no MNL. Estas são as forças fundamentais que expressam a principal polarização do país. Existe ainda forças locais como a de Franjier, ex-presidente do Líbano, maronista que tem sua própria força armada no Norte do país contra os falangistas e contra Chamoun. E existem ainda pequenas forças aqui e acolá. Fora das forças libanesas existe também a resistência palestina.

Por que se afirma que o futuro do mundo árabe se joga no Líbano? Essa afirmação é verdadeira?

Sim, porque o enfrentamento que se dá no Líbano há cinco anos é um enfrentamento fundamental e reflete a contradição entre o movimento de libertação árabe em geral e o imperialismo, o sionismo e a reação árabe. Todos estes aspectos estão presentes no Líbano e na atual etapa, no núcleo dessa contradição está o problema palestino e a resistência palestina. E a direção e a força armada dessa resistência que é a OLP está no Líbano. Ao mesmo

O problema consistiu em que pelo menos o terceiro objetivo foi conseguido. Quando Sadat firmou o tratado de Camp David em março passado ele abriu condições para que em seguida Israel formasse o Estado do Líbano Livre no Sul, encabeçado por um oficial do Exército libanês. E agora Israel pode intervir várias vezes no país através de pequenas forças libanesas embora isso não seja suficiente e ele tenha ainda de utilizar diretamente suas forças, seu Exército contra os palestinos e libaneses. Podemos dizer ainda que o segundo objetivo também foi cumprido ainda que parcialmente. A invasão levou ao fortalecimento militar de seus aliados internos, os falangistas e Chamoun porque agora estes contam com uma zona livre para receber armas de Israel através do mediterrâneo.

## As perspectivas da revolução libanesa

Você pode dizer, em traços gerais quais são as perspectivas da Revolução no Líbano?

A luta do MNL e do povo libanês se choca diretamente com os objetivos do imperialismo e do sionismo porque enfrentamos os ataques de Israel e do Estado formal do Líbano

Livre, defendemos a resistência palestina e enfrentamos as forças aliadas de Israel dentro do Líbano, isto é, os falangistas e Chamoun.

O levantamento do povo libanês e sua luta política e armada têm dois objetivos. Um quanto ao próprio Líbano e o outro quanto à situação global do Oriente Médio e do mundo árabe em geral.

Quanto ao Líbano, o mais fundamental agora é a correlação de forças no Oriente Médio, é preservar a unidade do Líbano, afirmar o arabismo do Líbano e o desenvolvimento democrático do Líbano. Através disso, podemos fortalecer a luta pela reforma econômica e social.

Quanto ao Oriente Médio, em geral, nosso objetivo não é somente defender a resistência palestina, mas também fortalecer um estímulo para o povo árabe em geral, para organizar sua força e mobilizá-la, para enfrentar política e militarmente a ofensiva imperialista e contra a solução capitulacionista. Isto significa fazer um novo levantamento popular e fortalecer o Movimento de Libertação Árabe unindo todas as forças que tenham contradições com o imperialismo e o sionismo. E eu creio que se a correlação de forças depois de Camp David, particularmente pela posição assumida pelo maior país árabe, não está muito favorável particularmente nós, como comunistas e como Movimento Nacional do Líbano precisamos da ajuda do mundo árabe, dos regimes nacionalistas árabes porque lutamos em nome da libertação árabe e em geral, em nome do povo árabe, enfrentamos a ofensiva que tem objetivos contra todos os povos árabes, não somente contra o Líbano. Nosso enfrentamento reflete o interesse do povo árabe em geral. Por isso necessitamos dessa ajuda e lutamos para recebê-la e o nosso território depende não apenas de nossa força interna no Líbano, mas depende também da situação em torno de nós, nos países árabes. Eles não podem triunfar sem nós, sem os libaneses. Mas nós também não podemos triunfar sem esta ajuda.

Em geral podemos dizer que esta luta que nós dirigimos e participamos no Líbano é um grande exemplo da unidade entre o povo palestino e o libanês e que as vítimas dos progressistas e dos revolucionários não se fazem sem resultado.

Estou absolutamente convencido de que as forças do imperialismo, do sionismo e da reação árabe podem conseguir algumas vitórias mas não podem no final, triunfar. Até agora, nossa luta no Líbano junto com os palestinos tem exercido uma pressão muito grande no mundo árabe contra Camp David. É por isso que na reunião de Bagdá os países árabes moderados como a Arábia Saudita, o Marrocos e o Rei Hussein foram obrigados a condenar Camp David. Isto não surgiu de suas intenções. Surgiu a partir de nós, porque uma luta de cinco, seis anos dá seu resultado.



Já em 1948 o surgimento do Estado de Israel pelas mãos dos imperialistas e pela incapacidade e traição dos regimes árabes não foi fácil porque levou ao levantamento dos povos árabes. Hoje é muito mais difícil passar por cima do problema palestino e do problema da libertação árabe. Desta vez a traição e a incapacidade dos regimes árabes resultará inevitavelmente numa nova força para a radicalização, para o fortalecimento de mudanças mais profundas no mundo árabe. Essa é a perspectiva geral que abre para o povo árabe e para o povo libanês em particular ainda que não possamos hoje garantir rapidamente o triunfo da Revolução Árabe porque como eu já disse ela depende de todos os países árabes que agora são 22 e amanhã, com o surgimento do Estado do povo Saharaui serão 23.

Além do que esse conjunto de países se localiza numa região muito estratégica entre três continentes além de ser uma zona muito rica de petróleo e a ofensiva imperialista tendo como ponta de lança Israel tem de assumir inevitavelmente um caráter muito violento o que como contrapartida obriga uma contestação também muito forte e radical o que implica na participação de todas as forças revolucionárias e nacionalistas árabes.

# viramundo

## O Terror de Estado e os terrores do Estadão

No momento em que o "terrorismo" é excluído do projeto de anistia da ditadura brasileira, o Estado de São Paulo abre em sua edição de domingo último uma série de reportagens sobre o terrorismo em escala internacional. O primeiro capítulo nos mostra quanto relativo é o conceito de objetividade do Estadão, não deixando de ser surpreendente que no fundamental, seus correspondentes tenham se valido de um tipo de informações que, em geral, pode ser encontrado nos press-release informais dos organismos policiais.

Sobre a Itália, por exemplo, a matéria abre com uma citação do general Vito Miceli, apresentado como "ex-chefe dos serviços-secreto". Não se diz, no entanto que o general Miceli foi afastado do seu cargo por estar tramando um golpe de Estado em articulação com grupos fascistas. Da mesma forma, e ainda sobre a Itália, o jornal assume a versão de que o editor Feltrinelli teria sido vítima de um acidente quando tentava destruír uma torre de eletricidade perto de Milão. Ora, ninguém mais acredita nesta versão e não precisa ser de esquerda para saber que Feltrinelli foi assassinado por grupos de extrema direita. Os exemplos se multiplicam e podem ser detetados por qualquer pessoa medianamente informada sobre questões internacionais.

Em se tratando de uma série sobre o terrorismo internacional, todos nós estamos aguardando ansiosamente os capítulos que tratem da forma hoje mais difundida de terror: aquela exercida pelo Estado.

Esperamos ver, assim, analisados os assassinatos de presos políticos nos cárceres alemães (ou o Estadão acredita na versão dos suicídios?), as torturas que o exército inglês pratica sistematicamente na Irlanda, ou os assassinatos contra militantes anti-imperialistas na França, como bem ilustra a morte de Henri Curriel no ano passado.

(M.A. Garcia)

## Irã

### Reprimindo enquanto é tempo

Está cada vez mais claro que o aiatolá Khomeini não é apenas um fanático religioso perigoso, favorável à execução de homossexuais, prostitutas e adúlteras, que quer manter as mulheres na sua servidão milenar, que acha que a música faz uma lavagem cerebral. A verdadeira luta de Khomeini não é pela sua "moral" ultra-reacionária, mas é contra o movimento operário, contra a libertação das minorias nacionais oprimidas, contra o movimento popular em geral. Ele não apenas não tomou as medidas necessárias para resolver os mais que urgentes problemas das massas iranianas, como tem tentado impor uma nova forma de opressão, fazendo com que as massas percam as conquistas já arrancadas.

Sentindo que o regime estaria ameaçado com a elevação da combatividade popular e com o desgaste que sua política vinha tendo (agravado pela fraudulenta eleição de uma "Constituinte de especialistas islâmicos"), o aiatolá se dispôs a aplastar a oposição enquanto ainda é tempo. Já foi fechada toda a imprensa independente, estão sendo atacados todos os partidos de oposição (mesmo o Tudeh — pró-soviético, que até agora apoiava o regime, foi proscrito), foram tomadas medidas drásticas contra o "delito monstruoso, anti-islâmico" que são as greves, e está sendo realizada uma campanha de extermínio contra os nacionalistas curdos. A oposição, ainda confusa, não tem uma alternativa clara. É possível que o aiatolá consiga seu objetivo — e terá havido no Irã uma revolução frustrada.

(J. Machado)

## Haiti

### Duvalier: o próximo a cair?



Luta Operária, órgão da Confederação Democrática dos Trabalhadores Haitianos (CDTH) está distribuindo clandestinamente no Haiti um cartaz, impresso antes da queda de Somoza — onde se anuncia o fim do ditador da Nicarágua e de Jean-Claude Duvalier, ditador do Haiti. O cartaz mostra os retratos do Xá do Irã e de Idi Amin riscados e uma seta onde se lê em três idiomas a palavra AGORA, indicando uma curiosa fotografia Somoza e Duvalier juntos. Realmente seria muito interessante que Duvalier fosse o próximo.

## Vietnã

### "Boat People": uma campanha de difamação

A atual onda de protestos em torno dos refugiados vietnamitas deixa cada vez mais clara sua verdadeira natureza — é uma campanha sistemática de difamação contra a Revolução Vietnamita. O êxodo dos Hoas começou em agosto do ano passado, quando foi completada a coletivização do Sul do país. Antes disso o Vietnã propôs aos EUA o estabelecimento de uma ponte aérea entre Hanói e New York para a evacuação dos descontentes com o regime, mas os EUA recusaram a proposta alegando não poder receber os refugiados.

A França recusou dar visto de entrada a treze mil vietnamitas que queriam imigrar para aquele país e que tiveram a sua saída do Vietnã liberada. E as duas Chinas tiveram a mesma atitude: os comunistas chineses recusaram-se transportar para seu território dois navios de refugiados que haviam prometido recolher depois do fim dos combates entre os dois países. O regime de Taiwan recusou-se mesmo a dar refúgio a pessoas com o seu passaporte.

Mas as tão faladas atrocidades contra os "boat people" não resistem a entrevistas um pouco mais bem feitas com os refugiados, tais como as realizadas por fontes "insuspeitas" como o "Washington Post" e o "Christian Science Monitor". Mas o grande problema parece vir das funções realizadas pelos refugiados antes do fim da guerra: eram em sua maioria pequenos comerciantes e profissionais liberais que ou ficaram sem função no novo regime ou não se acostumaram com remunerações compatíveis com um país de renda per capita de cento e cinquenta dólares.

(Roberto Grun)



# as mulheres se organizam

Grupos que lutam pela libertação da mulher, contam um pouco de suas histórias e de seus projetos.

Por Elizabeth Lóbo



**A** PESAR das resistências de muitos, a luta das mulheres chegou ao Brasil. A princípio relutante, é certo. Os primeiros grupos: O Centro da Mulher Brasileira, no Rio, o Jornal Brasil Mulher reivindicaram principalmente a organização e participação das mulheres nas lutas mais gerais da sociedade — por liberdades democráticas, pela anistia, por liberdade de organização. Mas ao poucos vão emergindo também os temas específicos da opressão das mulheres: a dupla jornada de trabalho, a inexistência de creches, a utilização indiscriminada dos métodos anti-concepcionais, as desigualdades no acesso ao trabalho e nos salários. Mais ainda estes temas repercutem nos vários setores da sociedade e de repente a questão da mulher chega aos sindicatos, aos grupos de mães e até à televisão.

"A opressão da mulher, diz Sheila Rowsthorn, não é uma condição moral abstrata, mas uma experiência social e histórica". A vivência cotidiana desta opressão e a trajetória destas mulheres, é o que as leva da consciência individual à necessidade de formar grupos e de lutar.

Divididas por sua situação de classe, algumas escapam ao papel de servas domésticas que lhes é designado pela sociedade, transferindo sua cervidão a outras mulheres.

Educadas umas e outras para a submissão, para a reprodução, identificadas ao pequeno mundo do lar, quando jogadas no mercado de trabalho arcam ainda com os encargos familiares.

Ao culto da família que serve de barreira ideológica à participação da mulher se soma a inexistência de equipamentos coletivos e creches que estendam a socialização e a educação das crianças. Tudo é feito para as "mamães" que não trabalham ou que dispõem de empregadas.

Enfim, o próprio corpo da mulher é transformado em objeto de consumo e de violência. É-lhes negado o direito a uma assistência médica eficaz na contracepção, a proteção na gravidez e na maternidade, o direito básico de dispor de seu corpo e decidir sua maternidade.

Marginalizadas na vida política e social as mulheres por muitos anos apenas serviram de eco às lutas políticas. Hoje, as herdeiras desta história silenciosa tomam a palavra. Nos grupos, nos sindicatos, nos círculos de mães, na imprensa, reivindicam afinal seu lugar, sua condição e trazem suas propostas.

O espaço que elas abrem aqui hoje, é de todas as que quiserem ocupá-lo.

## Movimento das mulheres pela libertação (R.G.S.)

### Vivemos a opressão que uns poucos exercem sobre muitos

No começo éramos poucas. Algumas companheiras chegaram do exterior no decorrer da segunda metade do ano 78 sentiram a necessidade de continuarem aqui a luta contra a opressão da mulher, na qual se haviam engajado. Ao chegarem juntaram-se ao pequeno e único núcleo de mulheres existente em Porto Alegre naquela ocasião, grupo que tinha na época a preocupação de estudar a problemática feminista.

Ao contarmos o grupo, nossas companheiras procuraram ampliar o número de participantes estendendo convites a todas as mulheres interessadas.

Porém, divergências de concepção quanto à forma de se levar um trabalho dentro de um grupo feminista, impossibilitaram que houvesse uma atuação em conjunto, o que provocou a ruptura com o grupo a que nos agregáramos.

Partimos em busca de novas formas de organização baseadas num relacionamento mais solidário, sem autoritarismos e agressividades. Nosso objetivo tem sido o de não reproduzir os comportamentos tradicionais em grupos mistos onde dominam a hierarquização e a competitividade.

O relatório feito pelas companheiras que participaram do I Encontro Nacional de Mulheres, no Rio de Janeiro, sobre o que viram, ouviram e fizeram, foi o que marcou o início de nossas atividades. Nessa ocasião contávamos já com 12 mulheres no grupo.

Como ponto de partida, optamos por nos informar e homogeneizar no grupo nossos conhecimentos sobre a questão feminista, iniciando então uma fase de estudos e discussões de textos.

Ao cabo de algum tempo, diante da crescente necessidade que passamos a sentir de termos uma atuação a nível prático nos diferentes setores da sociedade, nos decidimos pela elaboração de um programa mínimo que nos caracterizasse enquanto grupo e que expressasse aqueles pontos que no decorrer das nossas discussões haviam se tornado consensuais.

Hoje, depois de quatro meses de trabalho conjunto, somos 25 mulheres aproximadamente. Nossa tarefa prioritária, neste momento é construir uma linha que oriente nossa atividade prática, inserindo o grupo no processo político e social que o país vive. Em função disso estamos trabalhando em subgrupos, nos

ocupando da elaboração do nosso programa mínimo, da formalização do grupo, da montagem de uma biblioteca específica e da coleta de dados que informem sobre a situação da mulher, especialmente da mulher brasileira. Estamos em posse de contatos com outros grupos nacionais e internacionais, lutando por um espaço para divulgação do pensamento do grupo na imprensa.

Queremos enfatizar que as tarefas em que o grupo está hoje envolvido — programa mínimo, formalização — são apenas um meio para que possamos levar adiante as discussões sobre os diferentes aspectos da opressão da mulher e um trabalho de conscientização mais amplo. Seu caráter é transitório, mas de grande importância para o prosseguimento da prática do grupo.

O grupo entende que a luta contra a opressão da mulher está inserida na luta mais ampla contra a opressão de uma classe pela outra. Organizando-nos em torno da nossa situação específica, lutamos contra o sistema capitalista, porque estamos convictas de que o processo que sofremos enquanto mulheres faz parte da opressão que, na sociedade em que vivemos, uns poucos exercem sobre muitos.

Nosso grupo está aberto a todas as mulheres que aceitem nossa luta e que estejam dispostas a trabalhar conosco para fortalecê-la.



## Nós Mulheres

### Somos uma transformação radical da sociedade em que vivemos

Somos cerca de 30 mulheres. Estamos, neste momento, em fase de reestruturação, trazendo conosco a experiência de 3 anos de trabalho e discussão, onde o jornal *Nós Mulheres* foi nosso principal porta-voz. Uma série de problemas, que vão desde nossa organização interna e questões financeiras até a própria dificuldade de se concretizar um projeto feminista no Brasil, hoje, levaram-nos a interromper a publicação. Contudo, o grupo não se desfaz. Continuamos atuando, ainda que de maneira fragmentada. Ademais, o impulso dado pelo I Congresso da Mulher Paulista, em março deste ano, e todo o movimento de mulheres contribuíram para que adquiríssemos novas forças e retomássemos de forma sistemática nossas atividades, reunindo novas pessoas, idéias e perspectivas de trabalho. O texto que aqui apresentamos explicita nossa concepção de feminismo, é o resultado das discussões em torno Gessa reestruturação. Reafirmamos o mesmo princípio que pautou a existência do jornal há três anos atrás: a consciência do imperativo de lutarmos contra todas as formas de opressão que sofremos enquanto sexo, o que para nós significa lutar pela transformação radical da sociedade em que vivemos.

#### A experiência do *Nós Mulheres*

O grupo reunido desde 1976, em torno do jornal *Nós Mulheres*, optou por uma organização de trabalho que comportasse uma democracia interna a mais ampla possível, partindo da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidades que despertasse as potencialidades criativas de cada uma. Nossos editoriais eram feitos por qualquer uma de nós, as matérias sugeridas pelas participantes e as decisões mais importantes tomadas em conjunto. O grupo portan-

to, lutou persistentemente contra estratificações no seu interior, buscando uma rotatividade de funções.

A não-hierarquia trazia velhos vícios de comportamento, produto de nossa vivência em uma sociedade organizada segundo moldes autoritários. Eramos idealistas ao pensar que nosso simples querer era suficiente para alcançar a mudança. Eramos idealistas, mas o que propúnhamos estava certo: a democracia a partir do trabalho. E mais que isso, uma luta interna e externa contra as relações de poder (sempre negadas, mas sutilmente introduzidas), as hierarquias que separam, de antemão, as "mais experientes", "mais preparadas" das "menos experientes e preparadas". Neste momento, o desafio se mantém: como nos organizar, com uma divisão de trabalho justa e igualitária, sem uma prática impositiva e autoritária, coerente com nossa concepção de feminismo.

#### O Grupo *Nós Mulheres* hoje

O Grupo *Nós Mulheres* estrutura-se em torno de 3 subgrupos:

1 — Grupo de estudos, que pretende aprofundar as questões relativas ao feminismo e à condição de mulher.

2 — Grupos de base: tem o objetivo de prestar assessoria, a partir de solicitações de grupos de mulheres, tanto em comunidades de bairro, quanto em organizações profissionais e sindicais.

3 — Grupo de publicações: voltado para a divulgação de textos que discutam a questão da mulher, e a médio prazo, uma revista feminista.

Paralelamente, participamos da Coordenação dos Grupos de Mulheres de São Paulo, definida a partir desse congresso, do Movimento de Creches e do grupo de luta contra as modificações propostas pelo governo para a CLT.

Convidamos quem se interessar por nosso trabalho a nos encontrar em nosso endereço provisório, à rua Joaquim Eugênio de Lima, 686, sala 104, onde nos reunimos quinzenalmente às 3.as-feiras, às 21 horas.

## Coletivo das mulheres do Rio de Janeiro

### Assumir nossas vidas como sujeitos delas

Somos um grupo de aproximadamente cinquenta mulheres de gerações diferentes e vivências distintas, que em algum momento, em épocas diversas, procuramos o Centro da Mulher Brasileira, único espaço no Rio de Janeiro onde acreditávamos que poderíamos encontrar mulheres com uma perspectiva de luta feminista. Levávamos conosco inúmeros questionamentos sobre nossa condição, muitas dúvidas, algumas idéias, uma enorme necessidade de intercmbiar experiências e de realizar objetivos coletivamente, a partir do despertar da consciência da opressão específica que sofre o nosso sexo.

Não encontrando o que esperávamos decidimos deixar o CMB e procurar o nosso próprio caminho. Nessa decisão houve também a preocupação de multiplicar os espaços feministas no Rio. Estava na cabeça de cada uma de nós a idéia de criar grupos onde comportamentos autoritários e agressivos não se cristalizassem. Onde pudessemos nos relacionar de forma afetiva, com muita camaradagem, e discutíssemos a nossa vivência, a nossa sexualidade num clima de franqueza e de confiança mútuas. Desse modo os grupos não teriam uma vinculação burocrática a um único espaço e nossas reuniões não reproduziriam modelos sociais vigentes de hierarquização e competitividade. A ligação dos vários grupos se faria de forma horizontal, sem subordinação a uma direção, com estruturas e formas de funcionamento criadas na própria vivência desses grupos, a partir das suas necessidades.

Com essas expectativas nos dividimos em comissões de trabalho e grupos de "auto-consciência", que consideramos de fundamental importância para o nosso desenvolvimento e através dos quais tornamos viáveis nossas transformações mais profundas a nível emocional e ideológico. A prática desses grupos tem por objetivo ampliar o nível de consciência dos problemas femini-

nos, mas de maneira não anequeadora, com respeito à vulnerabilidade dos seus membros, o apoio sócio-emocional, a eliminação do criticismo e o real interesse em compartilhar os problemas umas com as outras.

#### A estrutura do Grupo

E nos grupos de "auto-consciência" que, através do rodízio de responsabilidades e de liderança, será possível desenvolver o potencial contido existente em todas as mulheres.

É também a partir desses grupos de "auto-consciência" que pretendemos ampliar o movimento, entrando em contato com mulheres ou grupos de mulheres já formados, no sentido de refletir com elas sobre os problemas da condição feminina, debatê-los, programar e realizar ações concretas.

Quanto à estrutura do movimento a partir da formação desses grupos, da sua ampliação e do desenvolvimento de diversas práticas e tipos de intervenção na realidade social, não temos receitas acabadas nem fórmulas prontas. Cremos em nossa capacidade de, coletivamente e em função das necessidades que surgirem, criar novas formas e estruturas de funcionamento e de vinculação dos grupos. Nossa grande preocupação no momento é justamente a de não estabelecer modelos a priori.

A superação de nossos problemas individuais só poderá se efetivar se o próprio processo de construção do Movimento reproduzir as preocupações e os questionamentos já vividos por algumas de nós ao nível das relações interpessoais, nas células familiares, nos locais de trabalho, etc. E os avanços de um movimento construído sobre novas bases, resultado de nossa imaginação e elaboração coletivas, só nos fortalecerá individualmente e contribuirá para que sejamos seres mais integrados, mulheres mais capacitadas a assumir nossas vidas como sujeito delas.

## Associação das Mulheres (S.P.)

### A luta feminista é válida para todas as mulheres

A Associação das Mulheres, criada em 1976 e até 1978 vinculada ao jornal *"Nós Mulheres"* tem-se caracterizado, em sua curta história, pela procura constante de alternativas concretas que contribuam para o fortalecimento do movimento de mulheres ao Brasil. Definindo-se como uma associação feminista, tem refletido sobre as questões centrais que se colocam à luta feminista no Brasil acreditando que essa luta é válida para todas as mulheres, já que todas sofrem algum tipo de opressão ou discriminação, embora com maior ou menor intensidade segundo a classe social a que pertencem. Procura então desenvolver práticas concretas que traduzam sua concepção de feminismo no ainda incipiente espaço de luta que tem sido conquistado pelos movimentos femininos e feministas. Entre os pontos fundamentais desta concepção, estão a certeza de que a consciência que as mulheres possam vir a ter de sua opressão deve transcender o âmbito individual, transformando-se em um movimento de massas para assim, e só assim, adquirir sentido: é a discussão de seus problemas específicos, em suas organizações específicas, levadas no conjunto das mulheres e ao conjunto da sociedade que dará condições para que essa luta seja assumida por todos, homens e mulheres.

#### Um movimento autônomo

A Associação concebe o movimento feminista como um movimento autônomo que não se coloca nem deve se colocar à parte dos movimentos gerais de luta por maior participação e transformação da sociedade, mas que, sem diluir-se neles, possibilita às mulheres a discussão de suas questões específicas, com formas de luta por elas definidas. Isso implica necessariamente na idéia de que a dupla militância das mulheres (atuação nos movimentos de mulheres e em partidos, sindicatos, associações, etc.) é possível e desejável para que as reivindicações que dizem respeito diretamente à mulher possam ser compreendidas e assumidas por todos.

Para a Associação não há contradição em sermos socialistas, democratas e feministas, as duas coisas estão ligadas em sua origem: a opressão feminina é uma das formas de opressão que caracteriza a sociedade dividida em classes e autoritárias, atingindo portanto também aos homens.

No momento que se vive hoje no Brasil, o movimento de mulheres como um todo deve expressar, segundo a Associação, uma unidade em torno de questões definidas como prioritárias a cada momento da luta, o que significa concretamente, um esforço conjunto dos diferentes

grupos, com concepções diversas de feminismo, que representam diferentes classes ou setores de classes sociais, para a definição dessas prioridades.

#### O que fazemos

A Associação tem lutado pelo fortalecimento da Coordenação de Grupos de Mulheres (criada a partir do I Congresso da Mulher Paulista em março deste ano). Da mesma forma tem participado do Movimento de Luta por Creches, editou dois Cadernos com textos que contam a experiência do movimento feminista em outros países e sua relação com partidos e sindicatos ("O Movimento de Mulheres na Espanha", "As Mulheres e os Sindicatos") e lançará proximamente o Caderno n.º 3 contendo textos dos principais grupos feministas brasileiros, a respeito de suas concepções. Está preparando também, em conjunto com mulheres de outros grupos uma publicação sobre a história do movimento de mulheres no Brasil de 45 a 64, numa tentativa de recuperar o caráter e a importância desse movimento em nossa história recente.

A Associação redige também o boletim destinado à clientela do SOF (Serviço de Orientação da Família), constituída principalmente por mulheres de baixa renda, falando de frigididade, menopausa, nutrição, por ex., temas cuja seleção e abordagem são sempre fruto de discussão e trabalho conjunto com o SOF. Juntamente com a Associação das Donas de Casa (ADC) editou o caderno "A Nossa História", falando do trabalho doméstico, que resultou também de um processo de discussão conjunta. Todas essas publicações significam concretamente um esforço de discussão e trabalho conjunto com estes grupos (SOF e ADC).

Internamente, há grupos de estudo em funcionamento na Associação desenvolvendo discussões em torno de dois temas: sexualidade feminina e mulher e trabalho. São grupos que contam com a participação tanto de associadas como de mulheres independentes e/ou de outros grupos.

No momento a Associação se volta à análise da questão da mulher na nova CLT, tema de importância fundamental e que diz respeito a todas as mulheres trabalhadoras, sejam elas de que camadas sociais forem.

Há ainda diversas atividades sendo programadas tais como a projeção e debate de filmes sobre questões femininas as mais diversas, a organização de um arquivo de dados sobre a matéria, atividades abertas à participação de qualquer pessoa interessada.

Associação das Mulheres  
Rua Artur de Azevedo, 2124-A



**EM TEMPO!**